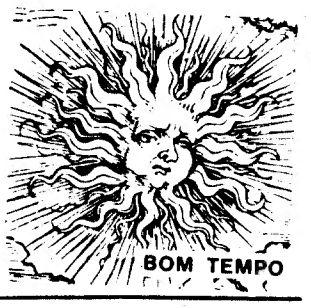
Diário de Lisboa

FUNDADOR: JOAQUIM MANSO DIRECTOR: A. RUELLA RAMOS

TERÇA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 1973 — N.º 18093 — ANO 53.º — PREÇO 1$50



O bom da música é não ter idade

Um conjunto musical composto por pessoas cujas idades vão dos 50 aos 73 anos não é coisa muito vulgar no nosso País. E dizemos no nosso País porque noutras latitudes até abundam. Nos Estados Unidos, por exemplo, há cerca de 300 destes conjuntos de música de câmara. Mas agora temos aqui, dentro de portas, um belo exemplo de como a música se pode tornar um aliciante para gente de qualquer idade, desde que lhe tenha um certo amor. Na Academia dos Amadores de Música de Lisboa, reunem-se, todas as sextas-feiras, seis ou sete homens, das mais variadas profissões, que, com os seus violinos, violetas e violas, se lançam a fazer reviver Haendel ou Mozart, Pergolesi ou Telemann. Numa altura em que tanto se fala de educação musical, talvez a nossa reportagem seja um incentivo para muitos jovens.

(Pág. 10).

O Leste nas conversações de Rui Patrício em Madrid

Ao chegar, ao princípio da tarde de hoje a Lisboa, o ministro Rui Patrício, dos Negócios Estrangeiros, que efectuou uma visita oficial a Espanha, declarou aos jornalistas que, nas suas conversações com Lopez Bravo, fora dada «especial atenção aos problemas da região mediterrânica e da posição dos dois países peninsulares face aos movimentos de integração e cooperação europeia, designadamente a C.E.E. e a E.F.T.A. e, ainda, às relações de Portugal e da Espanha com os países do leste da Europa».

Ontem, segundo a Reuter, o ministro português afirmara, numa conferência de Imprensa em Madrid, que o nosso País daria todo o seu apoio à Espanha caso ela pretenda entrar para a E.F.T.A., dizendo, nomeadamente:

«A Espanha é necessária ao desenvolvimento da Europa e os outros países europeus só podem beneficiar com a participação e cooperação da Espanha».

Noutro passo, revelou:

«Os nossos dois Governos concordaram em tomar medidas concretas e graduais que contribuam para intensificar as nossas relações bilaterais, as quais sem dúvida serão favorecidas pela integração dos países numa área económica supranacional».

O dr. Rui Patrício fora, ontem, recebido pelo generalíssimo Franco e pelo herdeiro do trono espanhol, príncipe Juan Carlos. A aguardar o ministro dos Negócios Estrangeiros, no aeroporto da Portela, estavam diversas individualidades.

CASO WATERGATE: PRÉMIO PULITZER

O Prémio Pulitzer de Jornalismo, categoria serviço público, foi atribuído ao «Washington Post» pelas suas reportagens a respeito do escândalo Watergate. Este jornal de cujos artigos e informação o «Diário de Lisboa» tem o exclusivo para o nosso País, foi o primeiro a chamar a atenção para a possibilidade de uma ligação entre certos altos funcionários da Casa Branca e a operação de espionagem na sede do Partido Democrático. Na cobertura do escândalo distinguiram-se os repórteres Carl Bernstein, de 29 anos e Robert Woodward, de 30. (Telefoto UPI-Telimprensa-DL).

APÓS O RECOMEÇO DA LUTA

Demitiu-se no Líbano o primeiro-ministro

. BEIRUTE, 8 — (R.) — O primeiro-ministro libanês Amin Al-Hafez apresentou hoje a sua demissão poucas horas depois de ter sido declarado o estado de emergência no Líbano em consequência de terem recomeçado os combates entre forças do Exército e guerrilheiros palestinianos.

Esses combates alastraram à própria capital, prolongando-se por grande parte da noite com disparos de foguetões e rajadas de metralhadora.

A luta recomeçou ontem pouco depois do Governo e da resistência palestiniana terem chegado a um acordo destinado a pôr termo ao conflito que rebentou na quarta-feira.

Em consequência dos novos incidentes, o Governo libanês entregou a segurança interna ao Exército e declarou o estado de emergência. No entanto, um informador militar disse mais tarde ter sido declarado o estado de sítio, ainda mais rigoroso e dando aos militares poderes mais drásticos para restabelecerem a ordem.

Os membros do Governo passaram a noite no palácio presidencial situado numa colina de Beirute depois de terem ali efectuado uma reunião especial para discutirem as medidas a tomar.

O dr. Hafez tinha assumido as funções de primeiro-ministro constituindo novo Gocerno apenas a 25 de Abril, substituindo naquele cargo Saeb Salam que se demitira a 10 de Abril logo após o ataque de comandos israelitas a Beirute.

O dr. Hafez é um professor de ciências económicas que anteriormente nunca tinha feito parte do Governo.

Não foi revelada imediatamente a razão que o levou a demitir-se, embora já no sábado ele tivesse mencionado essa possibilidade.

LIBERTADO O CÔNSUL

CIDADE DO MEXICO, 8 (R.) — O cônsul geral norte-americano em Guadalajara, Terrance Leonhardy, de 59 anos, foi libertado a noite passada, três dias depois de ser raptado por guerrilheiros esquerdistas, em troca de 30 presos políticos, que seguiram de avião para Cuba, onde já chegaram.

O diplomata foi posto em liberdade numa rua de Guadalajara, e telefonou imediatamente para a mulher dizendo-lhe «estou livre», — segundo revelou um informador governamental.

Leonhardy, exausto, mas aparentemente de boa saúde, foi encontrado sózinho por um automóvel da Embaixada dos Estados Unidos, enviado para o ir buscar, após ter telefonado para a mulher, que o aguardava ansiosamente.

Dez minutos depois de ter sido libertado, o consul tinha regressado ao lar, onde entrou por uma porta das traseiras para evitar a multidão de jornalistas que se concentravam defronte da sua residência.

A sua libertação ocorreu quando aumentava a preocupação acerca da sua segurança.

Nada se sabia do cônsul mais de 24 horas depois da Embaixada cubana na Cidade do México cumprir as exigências dos raptores e confirmar a chegada a salvo a Havana de 30 presos políticos mexicanos soltos em troca da sua vida.

A primeira indicação de que Leonhardy tinha sido libertado foi dada quando sua mulher, Lee, apareceu a uma janela da residência, a espreitar para a rua, aguardando o regresso do marido ao lar. A ela juntaram-se mais tarde os dois filhos ainda pequenos.

A sra. Leonhardy suportou três dias de tensão e de boatos, incluindo um dizendo que o marido fora libertado sete horas antes de o ser na verdade.

32 PÁGINAS INCLUINDO "ECONOMIA"

Contra a poluição

Frente à residência do primeiro-ministro inglês, Edward Heath, mulheres britânicas protestam contra a instalação de uma refinaria de petróleo italiana, próximo das suas residências, em Canvey Island. As manifestantes afirmam que a refinaria poderá «crucificar» Canvey através da poluição da atmosfera e causar eventualmente incêndios e inundações. Entretanto, em Paris, decorreu também uma manifestação para protestar contra o prosseguimento dos ensaios nucleares franceses no Pacífico. (Telefoto UPI-Telimprensa-DL).

DL/NACIONAL

COMUNICADO LUSO-ESPANHOL SOBRE A VISITA DE RUI PATRÍCIO

. MADRID, 8 — A propósito da visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Rui Patrício, a Madrid, foi tornado público um comunicado conjunto luso-espanhol do seguinte teor:

. «O Ex.mo sr. ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, dr. Rui Manuel de Medeiros D'Espiney Patrício, realizou uma visita oficial a Sevilha e a Madrid, nos dias 4 a 8 do corrente mês de Maio, no âmbito das que periodicamente efectuam os dois ministros de Assuntos Exteriores, no cumprimento do estabelecido no Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e não Agressão entre a Espanha e Portugal, assinado em Madrid em Maio de 1970.

Durante a sua permanência em Madrid, o dr. Rui Patrício foi recebido por S. Ex.ª o chefe do Estado espanhol, por Sua Alteza Real o príncipe da Espanha e pelo vice-presidente do Governo, com os quais manteve muito cordiais conversações em torno dos temas fundamentais das amistosas relações de vizinhança entre os dois países.

Os dois ministros de Negócios Estrangeiros e os seus colaboradores realizaram várias conversações e reuniões de trabalho, em Sevilha e Madrid, nas quais analizaram tanto os principais temas da situação política internacional como os específicos das relações bilaterais.

Uma vez mais se tornou patente a compreensão e o mútuo respeito dos dois Governos, no desenvolvimento das suas respectivas políticas, e o espírito de amizade e de aberta cooperação entre os dois países.

Os ministros examinaram o desenvolvimento — que consideraram positivo — das reuniões preparatórias da conferência de segurança e cooperação na Europa e manifestaram a esperança de que a mesma coopere na manutenção da paz e do progresso no nosso continente. Coincidiram em apreciar que, sendo a segurança indivisível, a conferência deve também ter presente o problema que aquela apresenta na região mediterrânea, à qual os dois países atribuem especial importância.

Reiteraram a conveniência de lograr, através de acções múltiplas nos diversos foros internacionais, uma efectiva distensão na bacia mediterrânea. Exprimiram igualmente que o restabelecimento de uma paz duradoira no Médio Oriente é necessária para a paz e segurança internacionais;

. Declararam também o seu repúdio pelas acções terroristas e pelas intromissões directas ou indirectas nos assuntos internos dos Estados.

Dedicou-se especial atenção a outros aspectos da mútua cooperação entre eles;

. RELAÇÕES CULTURAIS — No terreno cultural, as duas partes exprimiram satisfação pelos trabalhos desenvolvidos pela comissão mista permanente para a aplicação do Convénio Cultural Luso-Espanhol em vigor, e reafirmaram a esperança de que os projectos e acordos aprovados na segunda sessão plenária daquela comissão se tornem realidade em breve prazo, a fim de se alcançar um efectivo incremento na cooperação cultural entre os dois países. Os dois ministros congratularam-se pelo grande êxito das solenes cerimónias realizadas em Madrid para comemorar o 4.º centenário da publicação de «Os Lusíadas», assim como pela contribuição espanhola para os que se realizaram em Portugal. Também se felicitaram pela recente realização da Semana Portuguesa, em Barcelona, réplica à anterior Semana Espanhola realizada em Lisboa.

Os dois ministros concordaram em prestar, nos novos planos de estudos e projectos de desenvolvimento universitário, muito especial atenção à língua, literatura e história de um e outro país, atribuindo-lhes o maior nível possível nos planos do ensino e da invdestigação. Igualmente consideraram urgente a negociação e assinatura do acordo específico previsto no artigo 10.º do vigente convénio cultural hispano-português de 1969, estabelecendo a equivalência de títulos e diplomas, assim como as condições do exercício profissional dos respectivos nacionais.

RELAÇÕES ECONÓMICAS — No campo das relações económicas bilaterais estudaram-se atentamente os intercâmbios comerciais entre os dois países, constatando com satisfação o substancial incremento dos mesmos no último ano. Também se analisaram as medidas complementares que puderam ser adaptadas para favorecer e incrementar ainda mais esses intercâmbios, conseguir um maior equilíbrio dos mesmos e obter uma mais estreita cooperação, e benefício mutuo.

Dentro deste objectivo, as relações dos dois países com a Comunidade Económica Europeia e a Associação Europeia de Comércio Livre foram submetidas a uma pormenorizada análise. Pela parte espanhola, agradeceu-se muito particularmente o apoio de Portugal à vinculação da Espanha à E. F. T. A. a qual poderia servir de ambito adequado a uma intensificação das relações económicas hispano-portuguesas.

As duas partes chegaram a acordo para a convocação, no momento oportuno, da comissão mista económica, criada pelo acordo de 22 de Maio de 1970.

RELAÇÕES CONSULARES — Os ministros examinaram em profundidade o problema dos subditos portugueses, que desenvolvem as suas actividades em Espanha e a dos nacionais espanhóis, que as exercem em Portugal, à luz do regime institucional vigente entre os dois países e, especialmente, tendo em conta o convívio consuiar de 1870. Concordaram na necessidade de continuar o estudo deste assunto, a nível de duas delegações nomeadas para esse efeito, as quais deverão reunir-se antes de terminar o ano em curso.

CONVENIOS E ACORDOS BILATERAIS — Os dois ministros precederam à troca de instrumentos de ratificação do convénio geral sobre cooperação científica e tecnológica, de 22 de Maio de 1970, e do acordo adicional ao convénio geral sobre segurança social, da mesma data. Procederam igualmente à assinatura de um acordo complementar ao convénio geral sobre segurança social.

No ambito de reuniões periódicas estabelecido, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal convidou para nova visita a Lisboa o ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha. A data da mesma será determinada ulteriormente.»

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
Secretaria de Estado da Instrução e Cultura
Direcção-Geral dos Assuntos Culturais

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

TEMPORADA DE BAILADO DE 1973
(de 30 de Maio a 3 de Junho)

BATSHEVA DANCE COMPANY

CALENDÁRIO DA BILHETEIRA

Hoje ..... Antigos Assinantes (tarde)
Amanhã ..... Bilheteira encerrada
Dias 10-11-12 ..... Novos Assinantes
Dia 13 ..... Bilheteira encerrada
Dias 14 e seguintes ..... Venda Avulso

Bilheteira aberta das 13 às 19 horas — Telef. 36 86 64

TRABALHO EVENTUAL A ESTUDANTES

OFERECE-SE

Para angariação de assinaturas de revista, assunto sério, pretende-se formar equipa de estudantes que estejam dispostos a, nas suas horas livres, trabalhar em Lisboa. Condições a combinar pessoalmente. Resposta a este jornal ao n.º 794.

SE JÁ TEM DINHEIRO!
COMPRE UM ANDAR
SE NÃO TEM...
COMPRE TAMBÉM!...
N. B. IMÓVEIS DE N/ CONSTRUÇÃO
Dirija-se a: PINÁCULO
Av. das Descobertas, lote 1512—Restelo
Telef. 61 21 78 LISBOA-3
Pináculo

o maior êxito de:
STEVE McQUEEN/ALI MacGRAW
Juntos no cinema como na vida real!
SAM PECKINPAH
THE GETAWAY

NO AMOR - NA VIOLÊNCIA - IMBATÍVEIS!!...
STEVE McQUEEN/ALI MacGRAW em "THE GETAWAY" com BEN JOHNSON · AL LETTIERI e SALLY STRUTHERS arg. WALTER HILL bas. no romance de JIM THOMPSON mús. QUINCY JONES prod. DAVID FOSTER e MITCHELL BROWER real. SAM PECKINPAH uma prod. SOLAR/FOSTER-BROWER apresentada pela FIRST ARTISTS TECHNICOLOR GRUPO D (M/18 anos) um exc
UM TRIUNFO 3.ª SEMANA MONUMENTAL

Em complemento: O documentário a cores «ERA UMA VEZ... AMANHÃ», real. de Fernando Lopes e prod. da Telecine-Moro.

SATÉLITE
5.ª SEMANA
grupo D/8 anos
Animatógrafo

produção CENTRO PORTUGUÊS DE CINEMA
PERDIDO POR CEM...
JOSÉ CUNHA * MARTA LEITÃO
NUNO MARTINS * ANA MARIA
LUCAS * ROSA LOBATO FARIA
ANTÓNIO MACHADO * ALBANO
PEREIRA * ANTÓNIO RAMA
JOÃO CÉSAR MONTEIRO
E A PARTICIPAÇÃO DE PAULO DE CARVALHO
UM FILME DE
ANTÓNIO-PEDRO VASCONCELOS

HORÁRIO DAS SESSÕES:
TODOS OS DIAS: 15H30, 18H30, 21H45.
ÀS SEXTAS E SÁBADOS: SESSÃO SUPLEMENTAR ÀS 24H15.

DL/OPINIÃO

O MAIS PODEROSO DO MUNDO

Escolheu-se esta coluna como lugar de comentário de casos nacionais, e a pontualidade com que tem cumprido a opção dá-lhe o direito, uma vez por outra, de divagar por esse vasto mundo, não porque o assunto doméstico falte, mas porque não está mal reflectir sobre certos comportamentos alheios quando dessa reflexão algum proveito resulte para uso próprio. Afinal veremos que para além de idiossincrasias particulares, de usos, modos de vida e instituições diferentes, sempre fica um fio, ao parecer inquebrável, que faz da espécie humana, como grupo de «animais políticos», uma só comunidade.

Vai grande agitação pelos Estados Unidos da América por efeito das sequelas daquele episódio de espionagem eleitoral que ficará na História com o nome de «escândalo Watergate». O que ao princípio pareceu apenas mais uma página de folhetim jamesbondesco, evidentemente censurável, mas cabível nesta elástica moral que é a do tempo, veio a tornar-se em terramoto social, ao ponto de se admitir (ou será isso a aplicação daquela comprovada técnica que manda atear fogos maiores para combater outros fogos?) que o presidente Nixon poderá, eventualmente, demitir-se «para restabelecer a confiança na idoneidade da presidência». Se tal virá a acontecer ou não, cabe ao futuro dizê-lo, como sempre que o presente não pode dar respostas... O mais provável é que as ondas acabem por acalmar-se e que o homem mais poderoso do mundo (como lhe chamam) chegue ao fim do seu mandato, depois de se sacrificar algumas cabeças para benefício da moral e satisfação da opinião pública.

Claro que não esquecemos que estamos aqui privados de uma informação ampla sobre a matéria, claro que não podemos esquecer que neste caso, como em outros de igual e mesmo menor calibre, o que se sabe é sempre muito menos do que o que se desconhece: os escândalos políticos são verdadeiros «icebergs»: vogam serenamente, ocultando nas águas o volume maior do gelo e os estragos só realmente se dão quando o visível se tornou maior do que o invisível. Então, o «iceberg» cai, esmagando quanto esteja ao seu alcance. De qualquer modo (para revertermos ao caso e abandonando a analogia), cabe-nos reconhecer que são merecedoras de respeito instituições que se mostram dotadas de energia motriz própria e suficiente para não se deterem perante as mais do que prováveis pressões feitas nesse sentido: da sugestão à intimação pura e simples, o caso Watergate deve ter passado por todos os cambiantes da manobra política. E, não obstante, é um antigo conselheiro jurídico da Casa Branca que vem declarar que «o presidente tinha conhecimento das tentativas efectuadas pelos seus altos funcionários para encobrirem o caso e que até as aprovara»...

Não faltará quem diga, perante estes acontecimentos, que a democracia norte-americana não goza de boa saúde, se ela é compatível com sucessos destes; e quem entenda poder colher daqui a prova de que a democracia desrespeita a autoridade. Quanto à saúde, permita-se que, por nossa parte, a achemos excelente, se assim vem a lume um escândalo que põe em perigo o futuro político do próprio presidente e que nem por isso pôde ser abafado. Quanto ao desrespeito pela autoridade, só assim entenderá quem tenha decidido esquecer que é na democracia e nos seus orgãos institucionais que a autoridade reside. Não num simples homem, mesmo que ele seja o mais poderoso do mundo, como se diz que é o presidente Nixon...

Democracia americana

Enquanto, há alguns dias apenas, ninguém ousava pronunciar a palavra horrível de "impeachment" (comparência do presidente perante o Supremo Tribunal), agora a questão já se põe ao homem da rua que foi ontem entrevistado por diversas emissoras de televisão. Alguns, indicam que, mesmo no caso do presidente ter estado ao corrente do caso, antes das eleições de Novembro último ou se tivesse tido mesmo a intenção de abafar o caso, não tem de ser objecto de sanções. Os desta opinião estão convencidos de que os seus adversários políticos (os democráticos) fizeram o mesmo, mas sem se deixarem apanhar.

Os outros entendem que o presidente tem de assumir as suas próprias responsabilidades e pagar o preço se tanto for preciso para preservar a democracia americana.

Perspectivas de banho de sangue

Kaiser Matanzima, o chefe do povo Xhosa e primeiro-ministro do respectivo Bantustão, ou região semi-autónoma, avisou o Governo branco da Africa do Sul que, se não resolver o problema da divisão do país a contento dos negros, "haverá um banho de sangue".

Matanzima, que chefia o Governo do primeiro Bantustão criado na Africa do Sul desde 1963, disse que a Africa do Sul tem de escolher entre duas alternativas: ou a divisão do território entre brancos e negros de forma que os negros, mais numerosos, fiquem com a maior área, ou a criação de um único Estado multirracial em que brancos e negros tenham direitos iguais com base no sufrágio universal.

Num discurso aqui proferido, Matanzima propôs: "Vamos dividir a terra e deixem-nos governar a nossa zona", mas preveniu que os negros querem ter voz activa na partilha e chegar a um acordo sobre a divisão, pois caso contrário haverá problemas.

"Este é um aviso realista e moderado feito por um político veterano. O Governo branco é aconselhado a dar satisfação aos negros desde já, pois caso contrário haverá um banho de sangue na Africa do Sul".

Matanzima disse ainda ser necessário "acabar com as barreiras entre brancos e negros para evitar o caos, uma vez que não se pode tolerar indefinidamente uma situação em que a maioria é oprimida pela minoria".

Afirmou ainda que o Governo do Transkei, que chefia, respeita o Governo da República e gostaria de coexistir com ele pacificamente, mas sublinhou que os brancos devem corrigir o que está errado na Africa do Sul quanto antes "pois caso contrário os nossos filhos erguer-se-ão contra eles e arrancar-lhes-ão o domínio da terra".

O chefe Matanzima queixou-se ainda do comportamento da polícia sul-africana no território do Transkei e disse: "Queremos pedir à polícia do Governo da República que abandone o Transkei, uma vez que não tem qualquer respeito pelos cidadãos daquele território.

"O povo africano não aceitará outra coisa que não seja a igualdade entre negros e brancos. Queremos tudo o que nos pertence neste país e estamos a trabalhar para a independência, mas não a podemos alcançar enquanto não dirigirmos todos os sectores da vida no Transkei".

URBANO TAVARES RODRIGUES

UMA OUTRA LISBOA POR DENTRO

Quem se lembra ainda de Lisboa dos galegos que nos entravam pela casa dentro com grandes carregos, falando «axim», suados e bonacheirões, amealhando, tostão a tostão, a bucha para a velhice, para montarem a sua tenda? Bem, eu já nem sou desses tempos, mas ouvia, em pequeno falar neles aos meus pais — o tempo da água de bilha, da fava rica, das horas lentas, dos cumprimentos morosos...

E eis que descubro agora, num livro de novelas excelente (mas não estou a «criticá-lo») de António Gedeão a atmosfera perdida dessa Lisboa. Que nos é, aliás, apresentada «por dentro», com os seus ritos calmos, a sua pasmaceira terna, ou melosa, os livros que se liam nas comuns casas burguesas (o Feuillet, o Peres Eserich, o Dumas), os objectos semi-sagrados — como a poltrona, transformada pelo menino em fetiche erótico —, os derriços de janela, os delíquios de amor. Tudo isto nos é dado numa linguagem minuciosa, que joeira a vida com escrúpulo irónico e talvez nostálgico, que conduz o olhar pelas fendas da muralha que nos separa do passado e descobre — ou faz-nos descobrir — a secreta relação das coisas anódinas, a sua sombra mágica (sem segredo aparente). A vida profunda da casa, os seus manes, os seus tabus, até mesmo os avisos inaudíveis, tudo se concentra na poltrona — trono, alcova proibida, objecto de sacrilégio, testemunha. O conserto da poltrona procura ao adolescente a satisfação do trabalho manual (já tinha devorado o Kropotkine). Por fim, a poltrona será o paralelo do caixão, numa das páginas mais belas do livro: «Abriram as portas para dar passagem à poltrona, pegaram nela, cada um por seu lado, e colocaram-na na casa de jantar, debaixo do relógio, onde ultimamente sempre estivera. A Arlette tirou-lhe a cobertura vermelha, dobrou-a, meteu-a numa gaveta e voltaram para junto do corpo da mãe. A luz impúbere da madrugada trespassava os vidros das janelas da casa de jantar. A poltrona era um esboço desenhado a lápis num papel cinzento, em que só se distinguiam as linhas mestras e o resto se adivinhava, o assento descambado e encovado, as costas sumidas, os braços coçados com sinais do forro à vista. Parecia estar nela um corpo sentado, dormitando com as mãos no regaço. Mas não. O corpo estava estendido sobre a cama, com as mãos postas uma sobre a outra, o cabelo ralo no antigo jeito dos bandós, os olhos profundamente cerrados, os ossos do rosto salientes, as faces espalmadas, a boca sorrindo».

«The Los Angeles Times»/«DL» WILLIAM TUOHY

ALIMENTAR 800 MILHÕES

MA-LU (CHINA) — Sob um céu chuvoso, os agricultores desta comuna do povo pululam sobre o solo imundo, precioso... lavrando, plantando, cultivando, enquanto os altifalantes, montados em postes telefónicos, os exortam a maior esforço.

O problema central com que a China tem de se enfrentar actualmente é o de alimentar e vestir a sua população de 800 milhões de habitantes — um quarto da população mundial, uma quarta parte de toda a Humanidade.

E, para conseguir o seu objectivo, integralmente 80 por cento de todos os chineses trabalham no campo, a maioria deles nas comunas do povo, como esta perto de Xangai.

Em Pequim, o Governo tem dado a palavra de ordem: perante a actual situação de seca no Norte da China, a qual afecta a produção de cereais, a produção agrícola deve ser aumentada a todo o custo.

Isto significa longas horas de trabalho e trabalho mais árduo para os camponeses da comuna de Ma-Lu, e para os agricultores das outras 75 mil comunas da China.

Neste país de trabalho intensivo, os campos parecem estar sempre pontilhados de camponeses, em contraste evidente com os dos Estados Unidos, aonde só ocasionalmente se vê um fazendeiro trabalhando os campos com o seu tractor.

Ma-Lu abriga 27 000 pessoas agrupadas em 14 «brigadas de produção» ou aldeias adentro do aglomerado comunal.

As 6632 famílias desta comuna cultivam cerca de 2300 hectares de trigo, arroz, algodão e soja que lhes pertencem. E exploram, também, os laticínios, criam porcos e pequenas oficinas de serralharia e fábricas artesanais.

Há um hospital para a comuna e uma clínica para cada uma das brigadas de produção, ou aldeamentos, existindo ainda 24 escolas primárias ou secundárias.

Uma unidade familiar típica nesta comuna é a de Sund Chiang, condutor de transportes agrícolas, que vive com a sua mulher, que também trabalha ali, seus pais, sua avó e dois filhos, numa casa anexa com quatro divisões.

Ele e sua mulher, trabalhadora médica, ganham cerca de 450 dólares por ano, porém, o custo de vida é ali tão baixo que conseguiram arranjar as coisas para comprar a sua própria casa, e depositar 400 dólares no banco.

Após a tomada do poder pelos comunistas em 1949, as terras de cultivo foram redistribuídas pelos pequenos camponeses, mas cedo se verificou que o sistema de cada camponês cultivar o seu próprio minúsculo pedaço de terra era insuficiente. Gradualmente, o regime organizou os agricultores em grupos de cooperação maiores.

Em 1958, as comunas do povo foram fundadas durante o «grande passo para a frente» numa vasta tentativa para colectivizar a agricultura chinesa.

As comunas, cuja população média é de 7000 pessoas, foram inicialmente designadas como a unidade básica de vida social, política e económica — algo como o «kibbutzim» israelita, com dormitórios centralizados, refeitórios e áreas destinadas às crianças, que seriam criadas à parte de seus pais.

Porém, as comunas não se desenvolveram de uma maneira completamente total segundo este padrão. Fez-se um recúo: o foco da vida social e económica foi deslocado da comuna para a brigada de produção. As crianças são criadas em casa dos pais, embora haja centros infantis para as mães que trabalham.

Contudo, muitas comunas tornaram-se, como esta, industrial e agriculturalmente auto-suficientes.

Além de fazer a maior parte dos utensílios nas instalações de serralharia, e as sampanas para pescar nos canais nas instalações de construção de barcos, a comuna de Ma-Lu fabrica pequenos motores a gasolina.

Hoje, a comuna serve como unidade administrativa básica nas áreas rurais da maior parte da China, fornecendo educação, serviços médicos, transportes, irrigação, controlo de cheias e redistribuição de lucros obtidos com os seus produtos.

A terra é propriedade da comuna, porém, cada trabalhador tem uma participação na comuna, e pode ter a sua própria casa, e uma pequena horta na qual pode cultivar as suas próprias coisas para delas tirar lucro.

As terras rurais fora da comuna são propriedade do Estado, que detém igualmente todo o capital industrial principal da China.

Na China rural de hoje, o debate ideológico continua a ser sobre a mecanização das culturas ou sobre o facto dos agricultores possuírem as suas próprias terras.

Alguns proponentes da ideologia rural «pura» mantêm que a China não tem ainda a suficiente experiência para fazer uso de um grande número de máquinas agrícolas de elevado custo, e algumas comunas dirigidas por camponeses têm-se mostrado relutantes quanto a investimentos em máquinas.

Argumenta-se também que a enorme população camponesa da China não tem outra alternativa senão basear a sua política no emprego maciço do trabalho rural.

Durante a revolução cultural, também, os guardas vermelhos afirmaram que os bastiões da propriedade privada das comunas — aonde o camponês tinha direito a manter um pequeno pedaço de terra — eram contra os ensinamentos do presidente do Partido, Mao Tsé-Tung, e, com efeito, constituíam «comunismo **goulash** soviético».

A discussão continua quanto a se os camponeses precisam alguns incentivos materiais para conseguirem produções mais elevadas, bem como outros de ordem espiritual e ideológica.

As comunas, também elas, servem como as chamadas escolas do 7 de Maio — as ligações com as massas rurais, para onde os intelectuais citadinos e os homens do quadro do Partido vão para efeitos de reeducação nas virtudes básicas da China e na filosofia maoísta.

Em 1972, dizem os funcionários chineses, tiveram de enfrentar «a pior seca desde há muitos anos e outras calamidades naturais».

Continua na pág. 4

DL/GERAL

Votos das jornadas internacionais de ginecologia

Na sessão de encerramento das Jornadas Internacionais de Ginecologia, às quais nos referimos, foram aprovados os seguintes votos:

Diligencias no sentido de se conseguir que o Instituto Nacional de Etatística possa fornecer, a partir de 1 de Janeiro de 1974, o número de óbitos por cancro genital e mamário, por concelhos, para que se possa ter uma ideia da sua incidência regional.

A fim de evitar o uso de terminologia não aplicada internacionalmente, prepõe-se que seja formada uma comissão constituída por anátomo-patologistas, citologistas e ginecologistas das Faculdades de Medicina, Hospitais Centrais e I. P. C., encarregada de criar um critério uniforme para a classificação das citologias, displasias, etc, de forma a poder-se falar uma linguagem comum em futuras reuniões. E ainda que seja criado um registo nacional de tumores genitais o mamários femininos, os quais serão objecto de declaração obrigatótia. Esse registo terá a sua seue na Direcção-Geral de Saúde ou no Instituto Português de Oncologia e dele farão parte, como membros consultivos, um representante das Faculdades de Medicina, ontro, outro dos Hospitais Centrais e outro do Instituto Português de Oncologia.

Vendido por 241 contos um quadro de Ticiano

Por 241 contos, um anónimo levou para casa «O Tributo da Moeda», quadro atribuído a Ticiano mas sobre e cuja autenticidade os críticos não poêm as mãos no lume. O referido quadro que esteve a leilão no Bairro Alto foi posto em hasta pública por razões comerciais, encontrava-se à espera de comprador desde Junho de 1971, mas nos Leilões anteriores os lances nunca atingiam o valor da base de licitação: 90 contos. Por determinação judicial, ontem seria o seu último leilão.

O que não se esperava era que atingisse o preço que atingiu. Tudo se precipitou com um lance mais ousado, após uma série de ofertas sóbrias. A partir dos cem contos travou-se um animado despique que só terminou quando o quadro já valia 241 contos, por muito que se dissesse (despeito?) que não é mais do que uma cópia da obra «O Cristo do dinheiro», existente na Galeria Real de Dresden, Alemanha.

Dificuldades matrimoniais

Na igreja paroquial de Benfica vai começar amanhã, às 21 e 30, uma série de sete encontros sobre as dificuldades do casamento, orientados por uma equipa de casais. Temas indicados: O casamento está em crise? Estão em crise as novas gerações? Estão em crise os homens, face às instituições. A sessões são semanais e realizam-se às quartas-feiras. O centro paroquial de Benfica presta todas as informações.

Dia Mundial da Cruz Vermelha

Comemora-se hoje, nos 116 países que fazem parte da respectiva Liga, o Dia Mundial da Cruz Vermelha, em homenagem a Henry Dunand, que há 110 anos fundou esta instituição, hoje com cerca de 230 milhões de membros.

Para dar conta do programa das comemorações, o secretário-geral da Cruz Vermelha Portuguesa, coronel médico Alfredo Ribeiro Magalhães, convocou uma conferência de Imprensa na sede daquele organismo. A campanha deste ano, a nível mundial tem como finalidade principal a conservação da Natureza e a melhoria do meio-ambiente, e em Portugal integra-se no programa a levar efeito pela Comissão Nacional do Ambiente, com a colaboração da Escola Nacional de Saúde Publica, do Instituto Nacional dr. Ricardo Jorge e da Liga para Protecção da Natureza.

DÓLARES FALSOS

Detida em Lisboa uma quadrilha internacional

A Polícia Judiciária terminou agora todo um processo de investigação sobre uma quadrilha internacional cuja principal actividade era a transacção de notas de dólares falsas.

Segundo a P.J., no dia três de Fevereiro último chegaram a Portugal, vindos de Inglaterra, por via aérea, os súbditos britânicos Alain Michael Searle o John Fuller, transportando consigo elevadíssima qualidade de notas de 10 e 50 dólares e **traveler's cheques,** falsificados.

Desde logo os mesmos em diversos locais de Lisboa e arredores começam a executar um plano previamente traçado e que se traduzia e efectivou na passagem desses dólares e **traveler's cheques.**

Instalado e posto a actuar Alan, o referenciado John Fuller deixa Portugal no dia seguinte à sua entrada, não sem que antes fosse estabelecido contacto telefónico com Basil Taggart que se encontrava em Londres e havia de revelar-se uma das figuras mais importantes, senão o chefe do grupo.

Este indivíduo, em substituição de John Fuller, chega ao aeroporto da Portela no dia 5, onde é esperado por Alan Michael Searle e vai alojar-se no compartimento do hotel que aquele ocupara.

Com a sua participação continuam a actividade criminosa com preferência pela aquisição de objectos de ouro, mediante a entrega de notas e **traveler's cheques,** via dupla adoptada para obtenção dos valores que representavam tais objectos e ainda dos trocos em moeda portuguesa correspondentes à diferença dos valores adquiridos e montante de dinheiro falso entregue.

Surpreendida a fraude e reconhecido Alan como passador de moeda falsa, fingem desconhecer-se e imediatamente Basil Taggart ausenta-se para o estrangeiro na manhã do dia 6, levando já consigo objectos e dinheiro assim obtidos.

Antes porém, acompanhado de Alan e da intervenção policial do hotel, é o Taggart quem sobe aos quartos e esconde no interior de um divã, que se encontrava no mesmo andar - 3.º -, as notas e **traveler's cheques** falsificados ainda em poder deles. Utilize, para isso e além do mais, um saco de plástico de uma sapataria que servira de invólucro de um par de sapatos ali adquiridos pelo processo que vem descrito.

Todo este «material», constituído por notas de 50 e 10 dólares **traveler's cheques** de 20 e 50 libras falsificadas, num total de alguns milhares, foi entretanto encontrado e apreendido.

No dia 19 desse mês, um segundo grupo constituído pelos ingleses Francis Rice e Roderick Vernon Williams e pelo sul-africano William Frederick Smith, chegou a Lisboa vindo de Londres, depois de bem instruídos por Taggart quanto aos pormenores da sua actuação e perfeitamente a par dos factos ocorridos até ao momento em que Fuller e Taggart os podiam conhecer.

Este último, nesse mesmo dia, seguiu por via aérea de Londres para Las Palmas onde aguardaria a chegada ou notícias da actuação dos seus companheiros em Lisboa.

Chegados os três — Rice, Smith e Roderick — ao aeroporto de Lisboa no dia 19, separaram-se imediatamente com o propósito de dificultar o possível trabalho de vigilância relativo à sua actividade. Deste modo, 2 — Rice e Roderick — hospedaram-se num hotel de Lisboa e o terceiro — Smith — no anterior hotel, na linha do Estoril, especificando desde logo que desejava ocupar — e ocupou durante 4 horas — um quarto no 3.º andar, o que não resultou, como é curial, de mera «coincidência».

Este, com o objectivo de se apoderar da moeda e «traveler's» cheques escondidos por Taggart, utiliza um cinto apropriado para o efeito bem como umas luvas especiais.

Apesar das diligências efectuadas por Smith para encontrar os dólares e «traveler's» cheques que deveriam estar no divã, a sua missão, neste aspecto, fracassou, dado que nesta data já se encontravam na posse da Polícia Judiciária.

Cerca das 20 horas, cumprindo-se o combinado, entram no hotel os restantes elementos, onde jantaram.

Face ao insucesso de Smith, foram flagrantes o desagrado e o nervosismo de todos, o que os levou a uma busca minuciosa pelos restantes andares, após a refeição.

Surpresos com o acontecido, do hotel fazem uma ligação telefónica para certo local (cerca das 23.00 horas) em Las Palmas para darem conta a Taggart das contrariedades surgidas e pedirem-lhe instruções.

E no dia seguinte, numa tentativa desesperada para saberem de Alan onde estariam as notas e «traveler's», procuraram contactar com este a pretexto de se encontrarem de passagem em Lisboa e desejarem visitar o amigo.

Frustrada a diligência e porque as dificuldades para a execução do plano que os trouxera a Lisboa se mostrassem invencíveis, decidiram regressar a Londres, mas estavam já sob a vigilância da Polícia que os deteve.

INCÊNDIO NUM VAZADOURO COM DESPEJOS DE NAFTAS

Naftas e lixo que esta manhã começaram a arder num vazadouro municipal da Bouba, situado na serra da Mira, perto da Venda Nova, fez erguer uma densa e negra coluna de fumo, perfeitamente visível de vários pontos de Lisboa. Eram 7 e 30 da manhã quando o guarda descobriu o incêndio.

Corri a avisar os bombeiros mas já nada havia a fazer. Isto são os ciganos e os miúdos que puxam fogo ao lixo. Todos os anos acontece a mesma coisa e isto continua sem estar vedado...

Uma empresa refinadora de petróleo, a SACOR, que dantes despejava os seus resíduos directamente no mar, passou, desde há três anos, a transportá-los em camiões cisternas para este local. Mas aqui também são despejados lamas de açúcar, lixos de diversas outras fábricas e municipais. Tudo isto, associado à espessura das naftas acumuladas (três metros) e, ainda, à falta de água, deixa entrever sérias dificuldades, embora não ponha em perigo casas ou haveres. Compareceram no local dois auto-tanques e um auto-chefe dos BSB, comandados pelo chefe Abaz Fernandes e um carro dos Voluntários da Amadora.

Trucidada por um comboio

Na passagem de nível de Belém, foi esta manhã trucidada por um comboio uma mulher de identidade desconhecida, aparentando cerca de 40 anos. O corpo recolheu ao Instituto de Medicina Legal.

Totobola em Timor

Uma portaria dos Ministérios do Ultramar e da Saúde e Assistência, publicada hoje no «Diário do Governo», manda estender à província de Timor a exploração das apostas mútuas desportivas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Alimentar 800 milhões

Continuação da pág. 3

A produção cerealífera baixou a partir de 1971, que foi também um ano medíocre. A desapontadora colheita de cereais teve de ser compensada com importações adicionais de trigo dos estrangeiros.

E o decréscimo na produção de algodão e oleaginosas pode não ser compensada pelo aumento verificado em outras culturas importantes como a do arroz, cânhamo, seda, chá, açúcar, tabaco e frutos.

As condições climatéricas nas zonas cerealíferas do Norte da China continuam adversamente secas, criando embaraços ao ciclo primaveril de plantio.

Assim, dizem os peritos, se a seca continuar no Norte da China, o país mais populoso do mundo terá de enfrentar enormes problemas que requererão as energias colectivas e os talentos de todas as suas comunas do povo, como esta, para ser resolvidos.

LUSTRES

Fazemos novos, reparamos, transformamos ao gosto do cliente. Fábrica: Av: 5 de Outubro 203-r/c. Esq. Tel. 771639 (Ao Campo Pequeno).

VENDA AO PÚBLICO

Dentes Postiços

DENTOFIX dá-lhes firmeza

DENTOFIX forma uma almofada agradável, mantém as placas tão firmes e justas que permite comer e falar com maior conforto e segurança; em muitos casos quase tão bem como com dentes naturais. DENTOFIX diminui o receio constante de que caia, mova ou abane a placa. Peça hoje DENTOFIX em qualquer farmácia, drogaria ou perfumaria.

GRANDES FACILIDADES DE PAGAMENTO

ASSIM TODOS PODEM COMPRAR!...

ALCATIFAS	TELEVISORES	MÁQUINAS DE LAVAR	CANDEEIROS
MOBÍLIAS	GRAVADORES	FOGÕES	ASPIRADORES
MAPLES	GIRA-DISCOS	ESQUENTADORES	ENCERADORAS
PAPÉIS DECORATIVOS	ALTA FIDELIDADE	FRIGORÍFICOS	FRITADEIRAS

E TODA A GAMA DE ELECTRODOMÉSTICOS

M. L. FERREIRA — Rua D. Estefânia, 48-A

TV

DL/ESPECTÁCULOS

TRISTEZAS DESTA VIDA: FUTEBOL — MAIS UMA ILUSÃO PERDIDA

canal da crítica

Por MÁRIO CASTRIM

Futebol em «Momento Desportivo». Bom. Não se pode dizer que as saudades fossem muitas porque futebol, graças a Deus, é coisa que não falta na televisão.

Desta vez era a respeito de futebol português, arredado do campeonato do Mundo segundo a previsão de Luis Alves. Isto por obra e graça da equipa da Bulgária que nos deu aquela «sova» há dias.

Diga-se, desde já, que tudo se cifrou na discussão do «caso de Sófia» ou com aspectos mais ou menos ligados com isso. Lívio Borges, da Federação, reconheceu que a derrota nos veio trazer uma enorme complicação. Agora, se pretendermos ir até Munique, será necessário que a Irlanda nos faça o grande favor de bater a Bulgária — e alguém, não me lembro quem, confidenciou ao sr. Borges que a Irlanda prometera fazer-nos um bom serviço. O que mereceu a Artur Agostinho um leve, mas significativo, toque de ironia. Realmente, torna-se perigoso embarcar em ilusões que é como quem diz, ir em futebois...

O dirigente deferativo apresentou mais razões para a quebra dos jogadores portugueses nas búlgaras paragens: falta de colectivismo (com mil diabos, mas então esquece-se que se trata de *Association?)*, baixa de forma e saturação dos jogadores e depois táctica errada na escolha de datas.

Imagine-se que fomos aceitar o desafio para o dia dois de Maio. Três dias de feriado em Sófia, uma colossal manifestação e, portanto, um impacto psicológico que não deixaria de ser prejudicial à nossa equipa. Além de que se procedeu a uma concentração maciça no estádio: em vez de 70 foram 80 mil as pessoas...

Como se vê, tudo se conjugou para, extra futebolisticamente, arruinar a nossa jogatana. Não fossem todos esses elementos e...

Nada de dúvidas. Luis Alves não esteve com panos quentes, os paninhos quentes que rodeiam as boas intenções e acabam por rodear as más desilusões. Luis Alves, do «Século», depois ajudado por Rodrigo Pinto, do «Record» aquilo não tinha salvação possível. *«A Bulgária é-nos superior em todos os aspectos...»*. Ainda podíamos (e devíamos) levar mais. Ninguém se iluda ao pensar que vamos derrotar aqui os búlgaros: *«isso é falta de realismo...»*

Pois é, meus ricos meninos, mas não é por se esconder a verdade que a realidade se modifica.

FALTA DE PERNAS OU FALTA DE QUÊ?

Bem. Arrumemos agora as botas no que respeita à questão lácto-búlgara futebolística. Procuremos ir um pouco mais adiante.

Não custa nada.

Não fechem os olhos.

Não apaguem as luzes.

Não imponham silêncio aos petizes.

Nada de ritual.

Só o que temos a fazer é puxar um bocado pela pinha, para procurar as razões da nossa debilidade futebolística.

Não venham para cá dizer-nos que é tudo uma questão de preparação física. Que somos uns poços de habilidade mas nos faltam pernas.

Então isto de nos faltarem pernas é hereditário? E uma fatalidade?

Depois, somos beras só na bola?

. Que tal vamos nós de basquete?

E de volei?

E de ciclismo?

E em tudo o mais?

Vamos lá a saber: a Holanda, com cerca de 12 milhões de habitantes, possui 800 mil jovens praticantes de futebol.

Em Espanha, o Real Madrid tem não sei quantos milhares de aprendizes de basquete. Perde-se a conta ao número de andebolistas na Roménia. Na Alemanha Oriental, o desporto é um direito de cidadania, inscrito na Constituição.

Vejamos outros aspectos.

Como se pratica desporto no nosso país?

. Onde se pratica, de preferência, o andebol?

. Por que é que nas escolas e liceus não se pratica o futebol?

. Por que é que os estádios, em particular, e toda a relva, em geral, estão interditos à bola dos gaiatos?

. Quantos praticantes de futebol há no nosso país?

. Como se efectua o recrutamento para os clubes?

Estará a sociedade portuguesa madura para a prática de um desporto sem soluções de continuidade e com garantias de aperfeiçoamento dos mais aptos?

. Em resumo: fora da televisão (e mesmo esse importado) haverá futebol em Portugal? Mesmo essa realidade chamada Benfica não será uma realidade... relativamente real?

. Inevitável. Nunca se sabe onde vamos parar quando começamos a falar de futebol, ou de andebol, ou doutra coisa qualquer, afinal de contas.

Exposição de Maria José Patela

Maria José Patela, ceramista espontânea cujos trabalhos já por diversas vezes tem exposto ao público — nomeadamente em Beja, Leiria e Espinho — inaugurou hoje em S. João da Madeira, mais uma exposição de trabalhos seus. A «mostra», patrocinada pela Câmara Municipal desta vila, terá lugar no salão nobre do edifício dos Bombeiros Voluntários locais, prolongando-se até ao próximo dia 20 do corrente.

TELEFONES

COMPRA-SE DIREITO A TRANSFERÊNCIA. RESPOSTA AO APARTADO 5 - 180. LX. 5.

inii INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO INDUSTRIAL

INFORMAÇÃO TÉCNICA / SERVIÇOS PRESTADOS

- Serviço de pergunta-resposta
- Difusão selectiva de resumos
- Difusão selectiva de patentes
- Difusão de índices de revistas técnicas recentes
- Reprodução de artigos
- Bibliografias comentadas
- Índices bibliográficos, clássicos e por computador
- Reportórios
- Monografias
- Boletins sinaléticos e analíticos
- Formação de especialistas e de utilizadores: cursos e estágios orientados
- Assistência técnica para organização de serviços de informação
- Jornadas, simpósios e conferências
- Missões
- Edição e difusão de trabalhos do INII

Informação técnica em geral
Divisão de Informação Técnica
Rua Garcia de Orta, 68 - Lisboa-2 Tel. 67 27 13/67 32 38/9

Informações específicas sobre

Química, Biologia e Ind. Alimentares	Tel. 38 43 01
Metalurgia	Tel. 73 10 63/4
Electroquímica e Corrosão e Protecção de Materiais	Tel. 67 66 49/67 40 05
Madeira	Tel. 72 21 31
"Management" e Ciências Sociais	Tel. 67 20 96
Economia	Tel. 66 82 54
Design	Tel. 69 13 40/67 47 28

Acaba de sair o 2.º fascículo da

HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA

dirigida por A. H. de Oliveira Marques

Uma obra que estará terminada em 1974.

A obra que se esperava sobre o discutido período da Primeira República.

INICIATIVAS EDITORIAIS
Av. Rio de Janeiro, 6-s/c., Esq.
Telef. 72 40 51

INICIATIVAS EDITORIAIS

Em ÁGUEDA o «DIÁRIO DE LISBOA» vende-se na Agência Oliveira Salazar, 54.

DL/ESPECTÁCULOS

RETRATO DE JOSÉ LUIZ

Tenho na minha frente, o José Luiz Gomez. E no fim da derradeira representação do «Gaspar». Pergunta-me: «Gostaste, Carlos?» Pergunto-lhe: «Estás satisfeito, agora?» As perguntas têm origem no facto do José Luis não ter gostado da estreia da peça de Handke. Esteve «frouxo», dizia. Por isso, alterou a encenação e a cena, de facto, mais força.

O Villaret, cheio de jovens, acaba de o aplaudir de pé; Fiama Hasse Pais Brandão diz-lhe ter bisado o espectáculo; um grupo de rapazes e raparigas espera por autógrafos. José Luis está contente. Mesmo com o rosto «sujo», descubro-lhe o sorriso aberto do costume: a marca da simplicidade, da ausência total de cabotinismo, da alegria de quem fez honradamente um trabalho bem feito. O retrato de José Luis Gomez é o retrato da anti-vedeta. Obrigado, também por isso, José Luis. E obrigado, Jeannine. Obrigado, E. Hernandez, Fidel Almansa, Camilo Garcia.

C. P.

CRÍTICA DE CINEMA — Lauro Antônio

Humor francês muito vagabundo

TÍTULO: «Humor Vagabundo» (Humer Vagabonde)
REALIZAÇÃO: Edouard Luntz, 1971 (França)
INTÉRPRETES: Jeanne Moureau, Michel Bouquet, Madelaine Renaud, Erick Penet, etc.
DISTRIBUIÇÃO: Distribuidores Reunidos
ESTREIA: Cinema Estúdio 444 (4.5.1973)

TÍTULO: «O Loiro do Sapato Preto» (Le Grand Bolnd Avec Une Chaussure Noire)
REALIZAÇÃO: Yves Robert, 1972 (França)
INTÉRPRETES: Pierre Richard, Bernard Blier, Jean Rochefort, Mireille Darc, Jean Carmet, Colette Castel, etc...
DISTRIBUIÇÃO: Filmitalus
ESTREIA: Cinema Império (3.5.1973)

TÍTULO: «Se Disparas, Mato-te»
INTÉRPRETES: Edmund Purdon, Frank Latimore, Mary Silvers, etc.
DISTRIBUIÇÃO: Vitoria Filmes
ESTREIA: Cinema Olympia (1.5.1973)

TÍTULO: «Passos na Escuridão» (All the Colours of the Dark)
REALIZAÇÃO: Sergio Martino, 1972 (Itália)
INTÉRPRETES: George Hilton, Edwige Fenech, Ivan Rassimov, Susan Scott, etc.
DISTRIBUIÇÃO: Filmitalus
ESTREIA: Cinema Eden (4.5.1973)

Humor francês, humor vagabundo

O francês Edouard Luntz, homem bastante interessante (recorde-se **A Última Cartada**, para só falar de um filme seu que conseguiu penetrar no circuito comercial português) oferece-nos agora uma nova película sua, de alcance e significado bastante reduzidos. O esquema é de grande simplicidade e Luntz vai buscá-lo a um muito belo romance de Antoine Blondin: Benoit, um provinciano, parte para Paris, à conquista da cidade, deixando para trás mãe, mulher e filhos. Na grande cidade, Benoit encontra, todavia, a opressão, a insignificância, o vazio, a decadência. Sob a forma de um mesmo rosto (Michel Bouquet), Benoit cruza-se com as diferentes faces de uma autoridade repressiva, num universo retirado de Kafka e pedido de empréstimo a alguns surrealistas.

Luntz falha, todavia, de certa maneira, os propósitos, mas as intenções da obra e alguns dos seus achados justificam algum interesse por esta «viagem ao fundo da noite». Com um rigor interpretativo inultrapassável, Michel Bouquet reparte-se por vinte e dois (22) papeis. Sem a mais pequena facilidade. Um tratado!

E também um intérprete (Pierre Richard) quem, de alguma maneira, torna suportável uma outra comédia francesa, esta decididamente menor e desinteressante: **O Loiro do Sapato Preto**, uma realização de Yves Robert.

Assentando todo o seu esquema numa troca de identidade (um simples violoncelista é tomado por um perigoso agente secreto e disputado enquanto tal...), **O Loiro do Sapato Preto** serve-se de um estilo de humor, pejado de facilidades e de cócegas frívolas no espectador. Por isso se compreende que entusiasme o bom burguês da V República francesa que dele faz um êxito monumental. Nem outra interpretação é possível para as cifras de bilheteira que o anunciam como um dos **top ten** desta época.

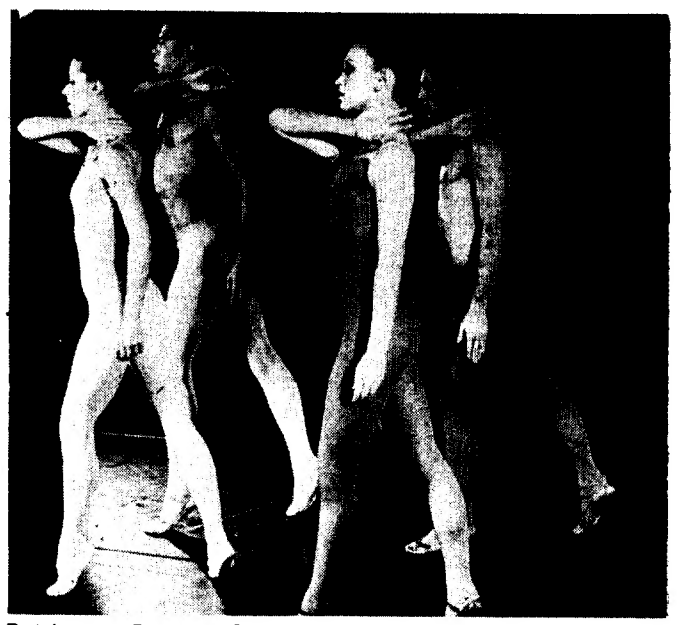
Como dissemos, só Pierre Richard consegue, aqui e ali, alguns apontamentos efectivamente curiosos. Uma sequência merece ser referida: um concerto, com três ou quatro músicos distraídos, em função de um caso amoroso que os liga... Tudo o resto já foi visto dezenas de vezes.

Falando de filmes já vistos, antes de o terem sido, haverá ainda que aqui arquivar o nome de duas películas estreadas durante a semana e que nada de novo trouxeram para os respectivos **géneros** em que se inscrevem. O **western** nada lucrou com **Se Disparas, Mato-te**, com Edmund Purdon e Frank Latimore nos protagonistas. No **género** «terror psicológico», um italiano, Sérgio Martino tenta a sua sorte com **Passos na Escuridão**. Situações inverosímeis e sequências escalafriantes (que provocam unicamente o riso) demonstram, por A B, a inépcia do realizador e a inconsequência da obra.

A BATSHEVA DANCE COMPANY, DE ISRAEL NA TEMPORADA DE BAILADO DO S. CARLOS

Após a sua Temporada de Opera, terminada há dias, vai o Teatro Nacional de S. Carlos efectuar a sua habitual Temporada Oficial de Bailado, que decorrerá de 30 de Maio a 3 de Junho próximo e durante a qual actuará, pela primeira vez no nosso País, uma das mais prestigiadas companhias de Dança Comtemporânea; a Batsheva Dance Company, de Israel.

Fundada em 1964 pela conhecida protectora das artes e ciências Batsheva de Rotschild, contando desde o seu início com a colaboração e orientação artistica dessa grande figura da Dança que é Martha Graham — bailarina, mestra e coeógrafa que imprimiu novos caminhos estéticos e humanos à Dança de hoje e formou toda uma geração de coreógrafos da «modern dance» — e fazendo parte da Fundação Batsheva para o Desenvolvimento das Artes e Cultura — a mais considerada organização cultural e artistica de Israel e um dos mais respeitados organismos culturais do mundo — a Batsheva Dance Company ocupa hoje um lugar de particular relevo no mundo da Dança na medida em que imprimiu uma original fisionomia à Dança Comtemporânea. Com efeito, quando se fala da



Batsheva Dance Company mais indicado è falar de Dança Contemporânea do que de «Modern Dance», embora Martha Graham, a grande teorizadora e concretizadora da «Modern Dance» tenha aberto o caminho inicial e traçado, de certo modo, os destinos estéticos da Companhia. A Senhora Batsheva de Rotschild, tendo determinado e desejado criar em Israel uma grande companhia de dança, viu-se perante o dilema de qual a fisionomia estética que a mesma deveria assumir; na impossibilidade de imediatamente criar uma companhia clássica — pois Israel não possuia uma tradição académico-clássica — e não desejando também criar uma companhia folclórica dado que era ainda confuso definir o folclore e a tradição popular de um jovem país como Israel; assim, decidiu-se inteligentemente criar uma companhia alicerçada na estética da «Modern Dance» que acabava de se impor internacionalmente e parecia, também, a mais indicada para um país recentemente formado e organizado. E como não podia deixar de ser, a escolha para orientar a Companhia nos seus passos recaiu sobre Martha Graham que não só tem prestado à Companhia uma inestimável colaboração como reuniu à volta da mesma alguns dos mais destacados entre os seus alunos bailarinos e coreógrafos. Solidificada a categoria artistica e técnica dos seus elementos, a direcção artistica da Companhia procurou então dar uma fisionomia cultural nacional à mesma; a milenária cultura literária biblica iria, então, ser a inspiradora, naquilo que ela impôs universalmente através dos séculos, de grande número das excelentes obras do reportório desta novel companhia que em breve iria deslumbrar o mundo nas suas habituais digressões através do Médio Oriente, da Europa, das Américas, da Asia e da Africa, impondo-se ao respeito dos públicos e da critica dos numerosos países que tem visitado não mediante a alta categoria dos artistas mas também o nivel excepcional do seu reportório.

E, pois, esta companhia, dirigida por esse grande bailarino e coreógrafo que é William Louther, que o Teatro Nacional de S. Carlos vai apresentar ao público português numa breve série de espectáculos em que serão dadas obras de Martha Graham, Jerome Robbins, Norman Walker, John Buttler, Miraldi Sharon, John Cranko, Norman Morice, Rina Schenfeld, etc.

Da companhia fazem parte, como suas primeiras figuras, os bailarinos Rina Schenfeld, Ehud Ben-David, Rena Gluck, Rahamin Ron e Nurit Stern.

Maria Marques em novo disco

O regresso de Maria Marques à actividade nos restaurantes típicos lisboetas foi assinalado com um «LP», para a etiqueta «Orfeu» (edição de Arnaldo Trindade), onde se encontram reunidas algumas das suas criações mais populares e, ainda, poemas inéditos de António de Sousa Freitas, Fernando Vieira e Fernando Peres (entre outros) para melodias tradicionais harmonizadas por Martinho da Assunção.

A gravação do novo disco, que está já à venda decorreu nos estúdios «Musicorde», com direcção do técnico Alberto Nunes. O conjunto de acompanhadores incluiu Francisco Carvalhinho e António Chainho (guitarras), Martinho da Assunção e José Maria Nóbrega (violas).

Maria Marques

VÁ AO TEATRO!!!

VASCO MORGADO recomenda os seus espectáculos

TEATRO Tel. 32 60 17

VARIEDADES

39.ª SEMANA

Grupo C M/ 14 anos

SÓ ATÉ DOMINGO

com JOSÉ VIANA

no protagonista

SUA EXCELÊNCIA O BENDURA

com

DORA LEAL (revelação da temporada 72-73), Henrique Viana, Luís Santos, Manuela Cassola, Rita Nobre, Vítor de Sousa, Luís Pinhão, Cândido Mota, Carlos Rosa, Joaquim Miranda, António Semedo, Ana Le Mattre, Jorge Nascimento e a colaboração de MARIA PAULA

Às 21.45 H

/.ª Feira — Estreia no Sá da Bandeira — PORTO

TEATRO Tel. 86 47 56

LAURA ALVES

RUA DA PALMA

Hoje: Às 21.45

Grupo C M/ 14 anos

ELENCO

(por ordem de entrada em cena) Costa Ferreira, Marília Gama, Amilcar Botica, Jacinto Ramos, José Carlos, M.ª Helena Mattos, Beatriz Vaz, Madalena Braga, Adelaide João, Leonor Poeira, Luís Mata, José Braz

2.ª feira, descanso da C.ª

ÚLTIMA SEMANA

TEATRO Tel. 32 74 93

CAPITÓLIO

19.ª SEMANA

Grupo D M/ 18 anos

Uma comédia inglesa com FLORBELA QUEIROS

No elenco: IRENE ISIDRO, Carlos Duarte, Jorge de Sousa Costa, Norberto de Sousa, Fernanda Franco, Mariano, Fátima Miranda e, pela primeira vez em comédia, OCTÁVIO DE MATOS

Todas as noites: 21.45 h.

4.ª feira, descanso da C.ª

SÁBADOS, 2 SESSÕES: 20.45 e 23 H.

DOMINGO

«Matinée» às 16 horas e à noite às 21.45 h.

BREVEMENTE: **«O DIA EM QUE RAPTARAM O PAPÁ»**

um novo estilo de comédia — M/ 14 anos

SENHORA

Dinâmica, responsável, excelente aparência e educação, bons conhecimentos Inglês / Francês, 20 anos experiência profissional em postos executivos de secretariado, contabilidade, tesouraria, telex. Deseja lugar compatível em boa Empresa ou como auxiliar de homem de negócios. Resposta com referências a este jornal ao n.º 795.

AGUARDENTE VELHA Riepoort a prova está na prova

GRILL DO HOTEL FLÓRIDA

Ao jantar toca

HELDER REIS

Telef. 54171

DL/GERAL

em 3 linhas

Foram contratados, por conveniência urgente de serviço, além do quadro, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e assistentes eventuais da Faculdade de Medicina, respectivamente, o eng. João Cândido de Antas Furtado Coelho e os drs. António Eduardo Baptista Coelho e Vítor Manuel Fontes Falcão.

///

Foi tornada extensiva às obras de ampliação — mais 50 quartos — a declaração de utilidade turística do Hotel Almanzor, que a Sociedade de Investimentos Hoteleiros Almansor, S. A. R. L. está a construir em Vale de Covo, Lagoa (Algarve).

///

Foi prorrogado até 26 de Outubro próximo o prazo para conclusão das obras do Hotel Madeira Sheraton (anteriormente designado por Hotel Atlântico), a construir no Funchal por M. J. Pestana — Sociedade de Turismo da Madeira, S. A. R. L. e cuja utilidade turística já fora declarada.

///

A eng.ª D. Veres Peres da Costa Bruto da Costa foi contratada para desempenhar funções correspondentes a assistente, além do quadro, do pessoal do Instituto Nacional de Investigação Industrial.

///

Está aberto concurso documental para investigadores de 3.ª classe (Biologia) do quadro do pessoal civil do Instituto Hidrográfico.

///

Foi dada por finda, a seu pedido e com público louvor, a comissão de serviço que o eng.º João Cardona Gomes Cravinho vinha desempenhando como director do Gabinete de Planeamento da Secretaria de Estado da Indústria.

///

O técnico Luís Filipe Teles Gomes da Costa foi contratado como assistente da Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Angola.

///

Foi concedida uma comparticipação à Misericórdia de Lagos para aquisição de mobiliário e equipamento destinado ao seu hospital concelhio.

Operação stop

Não foi apreendida nenhuma viatura nem preso nenhum indivíduo durante as operações Stop efectuadas ao longo do mês de Abril no distrito de Faro.

Neste período foram fiscalizados 2277 veículos e 1498 motociclos; por falta de apresentação de livrete, foram autuados 64 automobilistas, 44 por falta de carta de condução. Por estacionamento em local proibido, foram multados 18 condutores e por não terem pago o imposto apenas cinco. Nesta Operação Stop participaram 120 guardas, 18 subchefes, 3 chefes e 12 viaturas da Polícia de Segurança Pública.

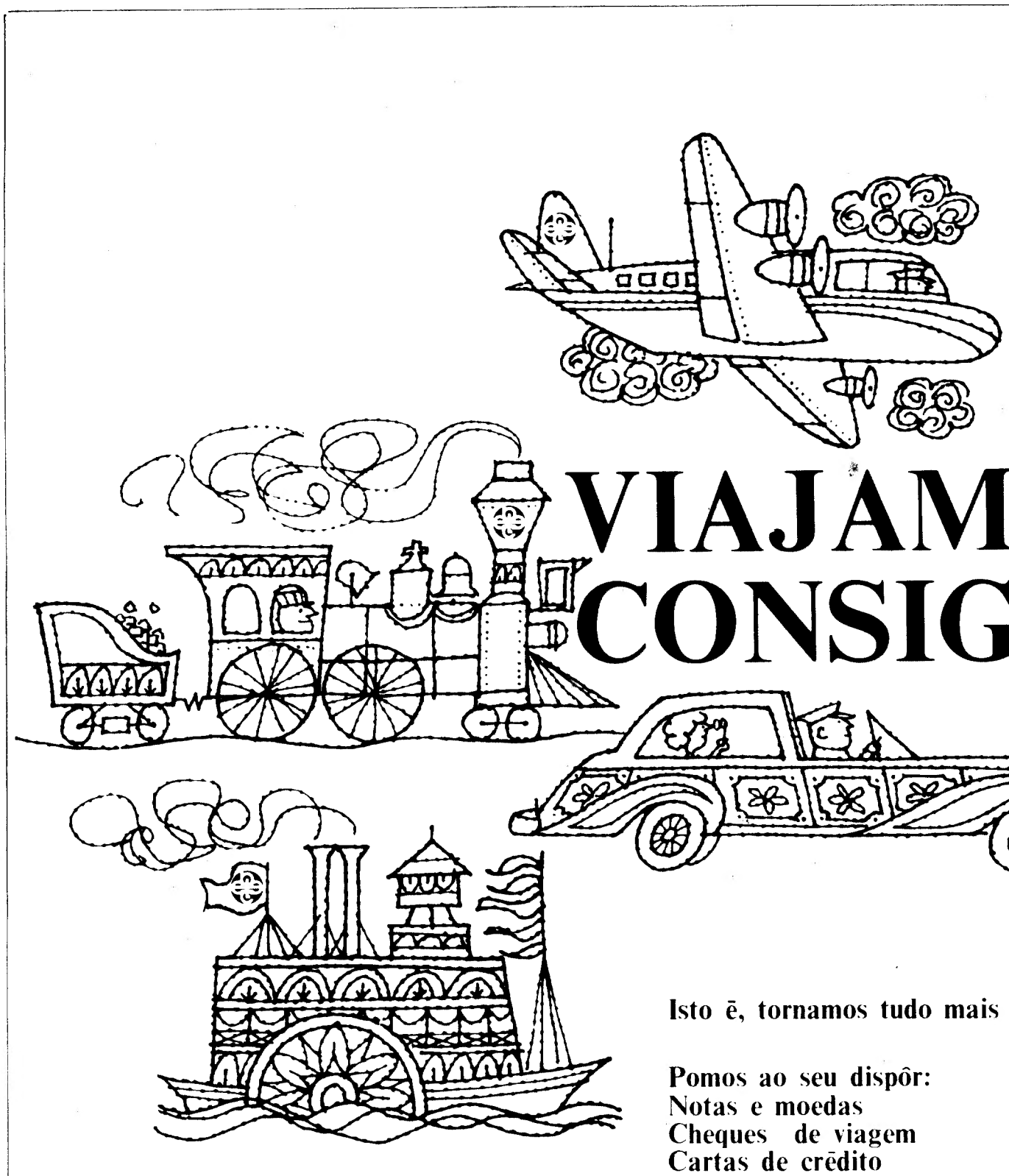
«GRANADA DE «BAZOOKA» NA 5 DE OUTUBRO»

«Para exclarecimento da notícia» que, no passado, dia 2, publicámos sob o título em epígrafe, recebemos da Sociedade de Representações Hermann Biener (Lisboa», L.da, uma carta em que se afirma que **«não foi nenhum colaborador desta firma a avisar a Polícia da existência de uma granada de «Bazooka» na porta do prédio vizinho ao nosso armazém»**.

Na carta se esclarece, também, que a Hermann Biener não está ligada à ITT-Rabor, **«por laços que não sejam os de meros clientes, o que somos há 11 anos, quando a Rabor não pertencia ao grupo ITT»**.

Agradecidos pelos esclarecimentos presntados, cumpre-nos apenas referir que as informações constantes da notícia foram colhidas no local.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Joaquim Farracha e Filhos, Rua do Comércio, 113 — OLHÃO



VIAJAMOS CONSIGO!

Isto ē, tornamos tudo mais fācil.

Pomos ao seu dispôr:
Notas e moedas
Cheques de viagem
Cartas de crēdito
Ordens de pagamento

E ainda a
Carteira do Viajante
que lhe serā muito util para
as primeiras despesas.

BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA

onde cada um conta mais do que a sua conta

DL/GERAL

LOURENÇO MARQUES

CARGUEIRO FRANCÊS ABALROADO NO PORTO

LOURENÇO MARQUES, 8 (L.) — Em consequência de um violento abalroamento verificado cerca do meio-dia de ontem, ficou praticamente destruído o arradtão francês «La Barbade», que se encontrava acostado ao cais Gorjão, desta cidade.

O acidente parece dever-se a avaria mecânica registada no cargueiro grego «Resolute» que, ao pretender atracar à muralha do cais, embateu violentamente naquele arrastão. Os danos estão avaliados em oito milhões de escudos, valor da garantia que os armadores do navio grego tiveram que prestar como caução, a fim da sua unidade mercante poder zarpar deste porto.

O arrastão, construído em madeira, e que normalmente ópera na pesca do camarão e da lagosta ao longo da costa de Moçambique, ficou destruído e, segundo o seu comandante, Jacques Stephin, as despesas não compensarão o restauro, pelo que o barco se pode considerar irremediavelmente perdido. A tripulação, que se encontrava a almoçar no momento do choque, saltou de imediato para terra, por ordens do seu comandante.

Emissão filatélica

No próximo dia 16 são lançados na circulação os selos da Emissão Comemorativa da Visita do Presidente Médici. Esta emissão compõe-se dos seguintes valores e tiragens: 1$00, tiragem de 9.000.000; 2$80, tiragem de 1.000.000; 3$50, tiragem de 1.000.000; e 4$80, tiragem de 1.000.000.

Serão afixados carimbos comemorativos e vendidos sobrescritos alusivos ao acontecimento, ao preço de 3$50, nos locais a seguir indicados e até ao dia da emissão: Repartição de Filatelia — Rua General Sinel de Cordes, 9 — 1.º Esq.º — Lisboa 1; Estação do Correio da Batalha, Porto; Estação do Correio de Coimbra; Estação do Correio do Funchal (Madeira).

BRETTON-WOODS EM AUTÓPSIA CAMINHA-SE PARA UM SISTEMA MAIS FLEXÍVEL DE CÂMBIOS

A desvalorização do dólar e a flutuação das moedas de outros países constituem uma autêntica «serpente sem túnel», disse ontem às 21 e 30, o dr. Virgílio Rapaz durante uma conferência que proferiu numa sala da Escola Superior de Meios de Comunicação Social. A exposição apresentada pelo dr. Virgílio José Rapaz, assistente do Instituto Superior de Economia e regente da Cadeira de Moeda e Crédito daquele mesmo Instituto. À hora do início do colóquio havia ali mais de uma centena de alunos e muitos convidados, entre os quais os srs. Mello Moser e Jorge Rodrigues e mons. Avelino Gonçalves. Na ausência do prof. Martinho Nobre de Mello, director da escola, impossibilitado de comparecer por motivos de saúde, a apresentação do conferencista foi feita pelo dr. Manuel Lopes Rocha, da direcção do Instituto Português de Administração e Informação.

Depois de resumir as circunstâncias do aparecimento na cena internacional do acordo de Bretton-Woods, o dr. Virgílio Rapaz delineou as características axiais do texto que passou a enquadrar as relações monetárias internacionais do chamado Mundo Ocidental, dedicando especial atenção ao regime de câmbios então estabelecido, o qual, recorde-se, visava conciliar as vantagens das paridades fixas com uma certa flexibilidade, representada, como se sabe, pela possibilidade, condicionada, embora, de alteração de taxas de câmbio.

Mas o cariz económico do após-guerra — acrescentaria o dr. Virgílio Rapaz — modificou-se profundamente em relação ao momento da criação do Fundo Monetário Internacional, baseado naquele acordo. Para adequar o esquema de Bretton-Woods às novas exigências, foram entretanto tomadas diversas medidas, nomeadamente uma notável aceleração do processo de interdependência entre as economias e uma acrescida liberalização dos movimentos internacionais de bens, serviços e dinheiros. Dentro desta perspectiva, houve que entrar na elevação de quotas, na constituição do «Pool» do ouro, na celebração do «General Arrangements to Borrow» e de «swaps», na concessão de créditos «Stand-by», na instituição de um duplo mercado de ouro e na criação de Direitos Especiais de Saque.

ENTRADA EM CRISE

Vieram as crises. Devido ao desequilíbrio da balança comercial dos Estados Unidos? Por motivo da especulação internacional? Graças às próprias paridades fixas? Por vezes, a crítica foi mais longe, estendendo-se mesmo à própria essência da organização económica na sua totalidade.

O facto é que em 1971 o presidente Nixon suspendeu a convertabilidade do dólar e já no período pós-smittsoniano assistir-se-ia a nova desvalorização do dólar e a uma flutuação conjunta de um grupo de países europeus («serpente sem túnel»), decidida como resolução provisória enquanto o grupo dos Vinte prosseguia com os seus trabalhos de reforma.

A parte final da palestra procurou esclarecer os participantes sobre as diferentes vias de saída para a situação actual, manifestando-se o dr. Virgílio Rapaz no sentido de que, caracterizando-se a economia dos nossos dias por uma acentuada rigidez dos seus elemenos, é cada vez mais difícil conseguir adequada representatividade das taxas de câmbios através da adaptação dos dados internos. Assim sendo, isto é, complicada a hipótese de a economia doméstica se alinhar sobre os parâmetros externos, há que tentar a via oposta, pelo que se caminha para um sistema de ajustamentos mais flexíveis de câmbios.

Tudo isto não significa que a era de Bretton-Woods tenha desaparecido, pois não só ficarão de pé os seus pilares básicos, como é bem possível que saiam reforçados os poderes da actuação e sanção do seu orgão gestor: O Fundo Monetário Internacional.

Após exposição do dr. Virgílio Rapaz seguiu-se um interessante debate com que se discutiram certos pormenores do texto apresentado.

SINUSITES
Vias respiratórias obstruídas
GOTAS NASAIS BRONE
À VENDA NAS FARMÁCIAS
Pedidos de Literatura:
PESTANA & FERNANDES, LDA.
LISBOA — Rua da Prata, 153, 2.º

Sotavento na rota do Sol

a partir de 3 de Junho
com paragem também em LOULÉ
Caminhos de Ferro Portugueses

ALESSIO da MAX FACTOR
Convida-a a evidenciar melhor o seu encanto através do "charme" e da experiência de um dos maiores visagistas internacionais.
Às ordens da sua beleza nos
GRANDES ARMAZENS DO CHIADO
DE 1 A 11 DE MAIO

ESCOLA INTERNACIONAL DE DECORADORES
EXPÕE DECORAÇÃO NA
SOPAL
DE 5 A 12 DE MAIO
LISBOA — RUA IVENS, 58 - 64

CASINOS DO ALGARVE
Têm o prazer de anunciar que o seu Casino do Alvor, no Algarve, estará aberto ao público todos os dias, a partir de 9 de Maio, das 17.00 às 03.00 horas. Na sua sala de jogos, esperam por si todos os jogos internacionalmente preferidos, desde a Roleta ao Blackjack, do Baccarat à Banca Francesa e Craps, além de uma sala de «slot machines» actualmente tão em voga.

DL/GERAL

O Chefe do Estado no Complexo da Setenave

«A implantação de um complexo industrial como a Setenave provocará certamente alguns problemas, dadas as deficiências das infraestruturas de Setúbal» — afirmou o administrador-delegado daquela empresa, eng. Álvaro Barreto, durante a sessão, esta manhã realizada nas instalações da Setenave, no estuário do Sado, e a que presidiu o Chefe do Estado.

O orador salientou especialmente (e realçando o facto de em breve serem criados 3 600 novos empregos) o problema da habitação, os elevados valores de transacção dos terrenos para urbanização, já aprovados e o valor das rendas que também aumentaram de 60 a 90 por cento nos últimos seis meses; o ensino primário e secundário, prevendo-se a necessidade para 1974 de mais dois ciclos preparatórios e um liceu ou uma escola técnica. Lembrou, por outro lado, a necessidade de criar estabelecimentos adequados a nível superior, em face do desenvolvimento industrial da construção naval e falou dos transportes rodoviários e ferroviários, da urgência de implantação de um ramal Praias do Sado-Niterena e a conclusão da auto-estrada Casal do Marco-Setúbal.

O orador não esqueceu também as deficiências notórias no sector das comunicações; a ampliação e construção de uma unidade hospitalar, a construção de um Posto da Previdência junto do novo estaleiro e a melhoria da Barra para receber os grandes navios.

Os novos estaleiros da Setenave resultaram, conforma salientou o eng. Álvaro Barreto, do facto de a Lisnave ter chegado ao limite das suas possibilidades de expansão, pelo que se tornava necessário proceder à construção de um novo estaleiro.

Está terminada a primeira fase de trabalhos de construção, calculando-se que em Março de 1974 se dará o arranque da actividade de construção naval e em 1975 se dará o arranque na reparação naval.

A capacidade de trabalhos deste estaleiro está esgotada até 1975, com as primeiras encomendas já efectuadas. A nova unidade industrial está preparada para a construção dos futuros petroleiros de 1 milhão de toneladas.

O administrador-delegado sublinhou a importância deste estaleiro, o qual criará na primeira fase, 3 600 empregos e dará **«contribuição substancial para a estabilização dos polos de desenvolvimento industrial de Setúbal e será um importante multiplicador industrial na sua zona de actividade pelo seu significativo impulso, designadamente na Siderurgia e no desenvolvimento tecnológico»**.

O Chefe do Estado foi recebido pelo sr. José Manuel de Mello e outras personalidades ligadas à empresa. Esperavam ainda o almirante Américo Thomaz, os ministros das Finanças, da Marinha, das Obras Públicas e Comunicações, secretários de Estado da Indústria e do Tesouro, vários directores-gerais e personalidades do distrito de Setúbal.

Os convidados e os orgãos de informação fizeram em seguida uma visita às instalações, nas quais vão ser investidos 1 milhão e 200 mil contos.

Colóquio na Escola de Meios de Comunicação

Numerosa assistência esteve ontem na Escola Superior de Meios de Comunicação Social num colóquio subordinado ao tema «Autópsia de Bretton Woods» promovido pelos alunos daquele estabelecimento como uma das suas actividades circum-escolares. Entre os presentes viam-se professores e assistentes da Universidade e de outros estabelecimentos de ensino superior, alunos dos cursos ministrados na E.S.M.C.S. bem como estudantes de Economia e Finanças e Gestão. O elevado número de assistentes fora atraído pela grande actualidade do tema — que neste momento preocupa círculos económicos e financeiros em todo o mundo — e pela reconhecida competência do apresentador, que foi o dr. Virgílio Rapaz, regente da cadeira de «Moeda e Crédito» no Instituto Superior de Economia e subdirector da Escola Superior de Organização Científica do Trabalho. Presidiu à sessão o dr. Manuel Lopes Rocha, da Direcção do Instituto Português de Administração e Informação.

Os assistentes, que no final estabeleceram diálogo amplamente esclarecedor, seguiram com muita atenção a exposição que foi servida por vasta base informativa e por uma aguda análise, com um sentido prospectivo, do complexo problema.

D. Ema Maia Mascarenhas de Freitas

Da igreja do Santo Condestável para o cemitério dos Prazeres, realizou-se o funeral da sr.ª D. Ema Maia Mascarenhas de Freitas, de 40 anos, casada com o jornalista Amadeu José de Freitas, nosso antigo camarada de redacção e mãe do menino Carlos Amadeu Mascarenhas de Freitas e de D. Maria Helena Mascarenhas Cordeiro Dias.

A morte da sr.ª D. Ema de Freitas foi muito sentida por todos quantos conheciam as suas qualidaKDes de esposa e mãe exemplar, às quais aliava o dom natural da simpatia.

À família enlutada e em especial ao nosso camarada Amadeu José de Freitas, apresenta o «Diário de Lisboa» sentidas condolências.

A C. P. INFORMA:

SERVIÇO ESPECIAL PARA FÁTIMA PEREGRINAÇÃO DE MAIO DE 1973

Nos dias 11 a 13 de Maio estão à venda em todas as estações e apeadeiros da C. P. bilhetes especiais, de IDA E VOLTA, a preços reduzidos, para as estações de FÁTIMA ou LEIRIA com validade para regresso até às 24 horas do dia 14 de Maio.

Nos dias 11 e 12 é assegurado o transporte a todos os Srs. Passageiros, em autocarro, das estações de Fátima e de Leiria para o Santuário de Fátima.

No dia 13 é assegurado o transporte a todos os Srs. Passageiros, em autocarros, do Santuário de Fátima para as estações de Fátima e de Leiria.

O preço de transporte no percurso da camionagem é de 15$00 por passageiro e viagem de ida, ou de volta (30$00 por viagem de ida e volta).

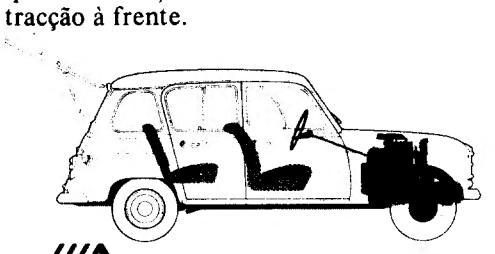
O preço de transporte para o percurso desde a estação de Lisboa (Rossio) até à de Leiria, e volta, é igual ao preço de transporte para o percurso desde a estação de Lisboa (Santa Apolónia) até à de Fátima, e volta, é estabelecido segundo este último percurso. Em consequência, é facultada aos Srs. Passageiros procedentes de Lisboa (Rossio) ou Lisboa (Santa Apolónia) e das estações ao sul de Lisboa, quando viagem por via Lisboa, a utilização de uma via, à ida, e de outra, à volta, sem acréscimo de encargos.

Aos Srs. Passageiros procedentes da estação de Alfarelos e de todas as outras situadas ao norte desta, quando munidos de bilhetes de ida e volta para a estação de Fátima, é facultado o regresso pela estação de Leiria.

Com Renault 4, os quilómetros são mais baratos.

O Renault 4 é um carro que vai longe. E por pouco dinheiro: o seu consumo é mínimo, não precisa de água e muda de óleo cada 5.000 Km. Também não necessita de lubrificação nem de anti-congelador.

O Renault 4 é um carro verdadeiramente económico e robusto. Duas características que nem sempre andam ligadas...
Para o Renault 4 qualquer piso é bom: a sua suspensão ignora pedras ou buracos.
O Renault 4 é um carro com dupla personalidade: bom na cidade, excelente para grandes viagens.
A sua mala é extensível por reclinagem do banco de trás, o que faz dele um verdadeiro "break". E com porta traseira.
Se precisar de um carro para **utilização comercial** o Renault 4 está pronto para todo o serviço. Vai longe e bem carregado, por pouco dinheiro. Faça contas e tire as suas conclusões. Com o Renault 4, cada quilómetro fica **mesmo** mais barato.
Motor de 4 cilindros – 852 cm3 – 32 cv. SAE – 110 Km/h – 4 velocidades sincronizadas – suspensão independente às quatro rodas, com barras de torsão – tracção à frente.



RENAULT
O maior fabricante mundial de tracção à frente

DL/NACIONAL

Um conjunto com 474 anos

O bom da música é não ter idade

Um momento para Haendel, com Nascimento a «dirigir».

O «acontecimento», com foros de coisa rara no nosso mundo musical, embora não fosse anunciado por qualquer dos modos conhecidos (televisão, rádio, jornais, cartazes gritantes e charanga na rua), estava marcado para sexta-feira passada, à noite. Criada a expectativa, informámo-nos do programa: na Academia dos Amadores de Música de Lisboa, ali à Rua Nova da Trindade, iria tocar-se nada menos que: Concerto Grosso, de Pergolesi; Opus 12, de Haendel; Sonata de Câmara, de Locatelli; concerto para orquestra e violeta, de Telemann; e Quinteto de Mozart, com duas violetas.

Programa aliciante, sem dúvida, faltava apresentar os intérpretes. Não era uma daquelas grandes orquestras que costumavam encher as páginas dos periódicos. Não tratava, tão pouco de ir ouvir um raro virtuoso Pablo Casals surgido da última vaga de apaixonados da música. Por isso também houve procura desenfreada de bilhetes, pois também não havia bilhetes. Mas a orquestra lá estava, a assistência é que não. De qualquer modo tocou-se com amor, com sensibilidade, com ardor... se bem que o conjunto nem sempre se portasse como tal. Lá estava Bernardino Nascimento, **violeta** emérito nas horas de ócio, de 52 anos, Chefe de Repartição do Ministério da Educação Nacional; Eduardo Pernes, **violino** que pede meças, comerciante, de 60 anos, louco por música desde a infância; Carlos Botelho, o nosso consagrado mestre pintor, de 73 anos, **violino** de raça, no qual as notas tomam o tom das cores da sua admirável paleta; dr. Jaime Pinto, **violino** de grandes efeitos à Stravinski, médico, cientista experimentado, de 51 anos, João Katz, **violoncelo** de espanto, alemão de nascimento, mas português por naturalização, tradutor, de 62 anos; Jean Pierre Chabloz, **violeta** de belo efeito, formado em Humanidades, pintor, decorador, de 63 anos, suiço de Lausanne; Sérgio da Fonseca, **violino** sentimental, proprietário duma tabacaria, de 62 anos. E um que esteve ausente: dr. Albano Enes Dias, **violino** de requinte, que foi Provedor do Hospital de Santa Maria e chefe de gabinete de dois ministérios da Saúde, hoje funcionário superior da Gazcidla, de 51 anos. Quatrocentos e setenta e quatro anos no total.

Texto de JOSUÉ DA SILVA

Fotos de RUI PACHECO

Os violinos atacam forte, com o cientista dr. Jaime Pinto em primeiro plano, tendo ao lado Sérgio da Fonseca e a seguir Eduardo Pernes, o único profissional do conjunto.

PORQUE TOCAM ELES

Claro que os adjectivos são por nossa conta e risco. No fundo, nenhum dos componentes deste raro conjunto de «carolas» da música gostaria de se ver nos cornos da lua. Eles tocam por amor, por graça, porque se sentem bem quando interpretam Mozart ou Haendel, porque lhes pede a sua sensibilidade e porque se sentem assim mais realizados como homens. Reunem-se na Academia dos Amadores de Música, ou em casa de qualquer deles, todas as sextas-feiras e, agarrados aos seus instrumentos, dão a vida que podem aos compositores da sua predilecção. Sem ares de «estrela», coisa que aliás ignoram. Estivemos a ouvi-los na última sexta-feira e alguns números até saírem bem, embora se note flagrantemente a falta de harmonia entre os vários pares do conjunto. Mas isso não tem importância. A responsabilidade deles, que não tocam para nenhum público — quanto muito para alguns amigos — refere-se apenas à comunicação que estabelecem entre si através da música. Reuniram-se há cerca de vinte anos. O **mais novo** no conjunto é o pintor Carlos Botelho, que por sinal é o mais velho: 73 anos. Porém, todos jovens de espírito, todos bem humorados, todos respeitando um certo convívio que a música harmoniza e humaniza ainda mais.

— **Agarrar num instrumento e interpretar um par de peças** — disse-nos o dr. Jaime Pinto — **é um tónio psicológico e emocional, uma canalização de tensões, de componentes emocionais para um sentido de beleza. Acho, com a minha experiência de médico, que em vez de comprimidos, que raramente resolvem alguma coisa, se devia dar esta receita às pessoas que vivem sob tensão constante. Gostaria de ver aqui gente jovem. A música irmana as pessoas. É um extraordinário pretexto para contactos humanos.**

Carlos Botelho encontra na música um outro complemento da sua força de artista. De todos os elementos deste conjunto, apenas um, Eduardo Pernes, se profissionalizou... aos 60 anos. Já está sindicalizado e procura lugar numa orquestra de Lisboa.

— **Toda a minha vida desejei fazer música. Infelizmente, durante muitos anos, só toquei para mim, trabalhando em coisas que não me agradavam nada. Consegui o meu primeiro grande trunfo quando, numa longa estadia em Moçambique, fui violino duma orquestra em Lourenço Marques.**

Alguns deles são músicos multifacetados: Bernardino Nascimento toca, além de violeta (um instrumento parecido com o violino), contra-baixo, piano, viola, bandolim e violino. Jaime Pinto, embora a sua especialização seja o violino, **mexe** no violoncelo.

São um grupo simpático, humano, versátil, cheio de bonomia. Às vezes, as coisas não saem bem e o dr. Jaime Pinto, com aquele seu ar impetuoso, dá o seu gritinho:

— **Então vamos lá ver se agora não sai burrada. Fomos muito mal. Recomeçar.**

Na passada sexta-feira, aquando assistimos ao ensaio, no final duma peça de Pergolesi cuja interpretação não contentou ninguém, Carlos Botelho levantou-se e exclamou para Jaime Pinto, apontando os assistentes:

— Espera lá. Antes de continuarmos acho que era de ver se há alguém morto na sala. (Gargalhada geral).

Um exemplo de que nunca se é velho, senão quando queremos. Uma certa forma de comunicar que nos traz uma enorme satisfação pessoal. Música como terapêutica para as grandes tensões em que nos vimos envolvidos? Talvez. Mas sobretudo uma ponta de mística, neste amor com que aos sessenta, setenta ou mais anos se interpreta Haendel risonhamente. Um exemplo que todos nós poderíamos seguir. Sem complexos nem desculpas de falta de tempo — apesar do dia-a-dia intenso. Pelo que vimos na passada sexta-feira, nem sequer é difícil. E já agora, um apelo do dr. Jaime Pinto, a todos os músicos — e parece que há muitos — que tocam isolados, em suas casas, sem convívio com outros músicos. Dirijam-se, às sextas-feiras, à Academia dos Amadores de Música de Lisboa. Têm lá um lugar e franca camaradagem.

Carlos Botelho, pintor e nosso colaborador, faz «chorar» o seu violino no quinteto de Mozart.

DEFENDA-SE DO PERIGO

LEMBRE-SE

KONI

O AMORTECEDOR DARÁ

MELHOR ESTABILIDADE
MELHOR DIRECÇÃO
MELHOR COMODIDADE

CARREGÁVEIS * REGULÁVEIS * REPARÁVEIS

UM MODELO ESPECIAL PARA CADA TIPO DE CARRO

Distribuidores para Portugal — Soc. Geral de Importações, Ld.ª
Av. Ant.º Augusto de Aguiar, 23-A — Tel. 560156/7/8 — LISBOA

SINDICATO NACIONAL DOS COMERCIALISTAS

Organismo Profissional dos Licenciados em Ciências Económicas e Financeiras

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Nos termos dos nossos Estatutos e do Decreto n.º 51/72, de 10 de Fevereiro, é convocada a Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Comercialistas, a reunir na sua sede, Rua Rodrigo da Fonseca, 76-1.º, Dt.º, no dia 22 de Maio próximo, pelas 21 horas, para:

ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES PARA O TRIÉNIO DE 1973/1975

Se à hora indicada não estiver presente o número legal de sócios, a Assembleia Geral reunirá, meia hora depois com qualquer número, nos termos da parte final do Art.º 20.º dos Estatutos.

Lisboa, 17 de Abril de 1973.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) **Vergílio Martins de Sousa Moreira**

DL/NACIONAL

Campistas alemães demandam Portugal

Três quilómetros de «roulottes» atreladas em 80 automóveis de matrícula alemã e ocupadas por elementos directivos do Clube de Campismo Alemão atravessaram esta manhã a fronteira, na Beira Alta, estando, neste momento, a caminho de Lisboa, não sem antes terem percorrido a Guarda, Celorico da Beira e Coimbra. Objectivo da excursão: conhecer a oferta turística do país, especialmente em matéria de campismo e caravanismo.

Portugal não é, porém, o único país contemplado com a curiosidade dos campistas alemães: antes de chegarem aqui, os visitantes viram como é que são as coisas em Espanha. E gostaram tanto (existindo ali 530 parques de campismo, dos quais trinta do Estado, não era para menos) que vão lá voltar, logo que deixem Lisboa. Aqui, ficarão instalados no parque de Monsanto — que, como se sabe, é o melhor dos poucos que temos — até ao dia 13; e, se gostarem, prometem mandar para cá muitos turistas, amantes desta modalidade de deslocação e alojamento.

PORTUGAL NA CAUDA DA EUROPA CAMPISTA

Com efeito, um estudo realizado pelo Clube de Campismo Alemão prevê que 8,5 milhões de campistas alemães irão de férias este ano e que 55 por cento deles as passarão fora da Alemanha. Este número é muito superior ao do ano passado, que já era considerável: 2,8 milhões foram de férias, e 1,5 milhões para o estrangeiro, percorrendo um total de 2 mil e duzentos milhões de quilómetros.

Em dinheiro esse gosto pelo campismo traduz-se em 2 mil e quinhentos milhões de marcos (mais de 21 mil contos em moeda portuguesa) gastos em viagens de férias e na renovação do material e equipamento de campismo e caravanismo. Na República Federal da Alemanha existiam, em fins de 1972, 3 milhões e duzentas mil barracas de campismo e prevê-se um aumento de 12,5 por cento até ao fim do Verão, deste ano.

A escolha do país e do parque é feita a partir de um guia anual editado pelo clube, que descreve os parques de campismo de toda a Europa. A título de curiosidade, informa-se que este guia não tem a indicação de um único parque português... Mas talvez passe a haver, depois desta visita...

De resto é um bocado difícil, para já, concorrer com os outros países da Europa. Basta ver os números: de cerca de 15 mil parques de campismo existentes neste continente, 4 mil situam-se em França, outros 4 mil na Grã-Bretanha, 2 mil em Itália, mil e quinhentos na Alemanha, 530 em Espanha, 500 na Suiça, 450 na Austria, 400 na Jugoslávia, 350 na Holanda, 300 na Bélgica e apenas 100 em Portugal.

A caravana alemã forma uma espécie de comboio, com a extensão de três quilómetros

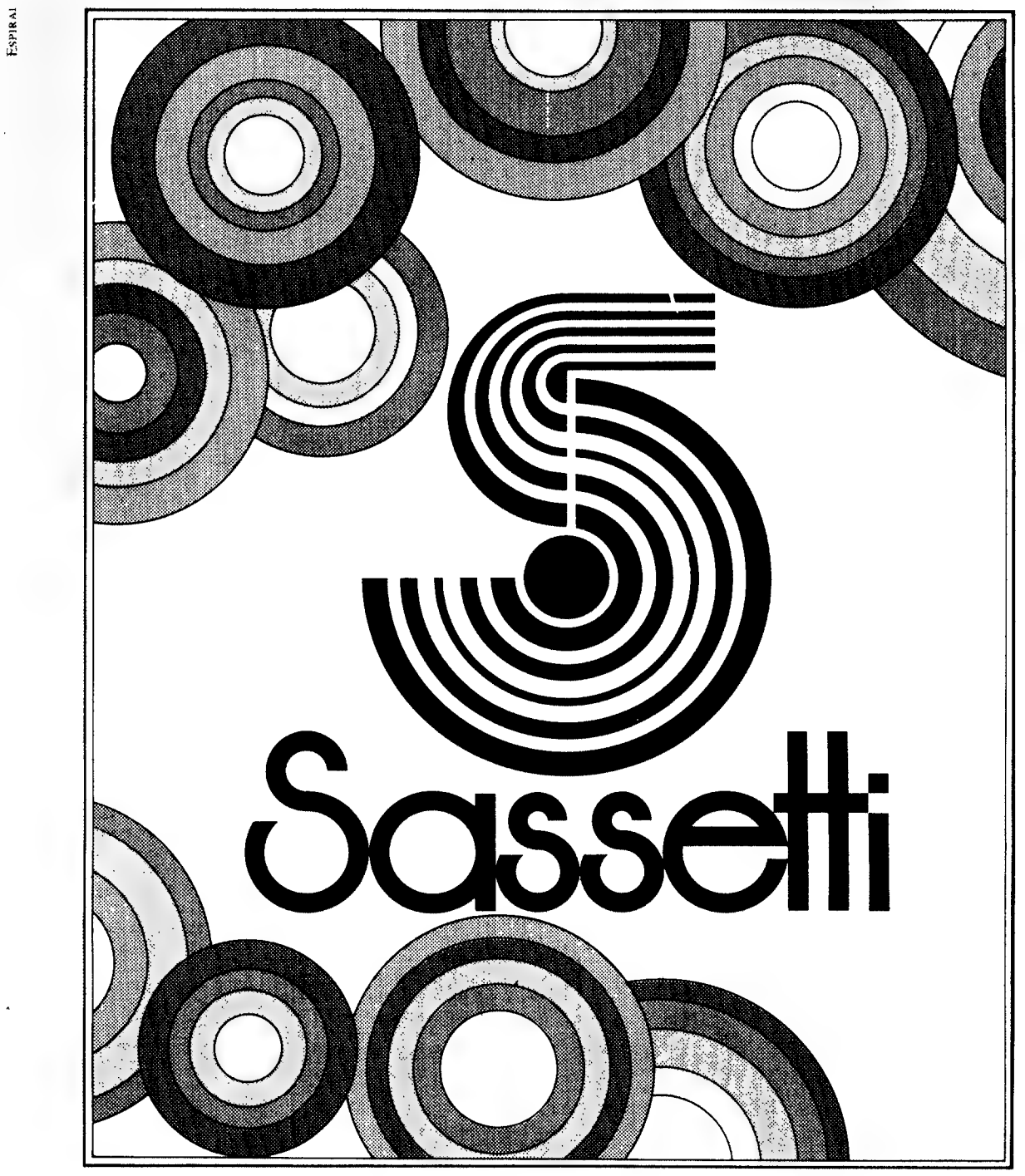
OS TRATAMENTOS NO HOSPITAL DE S. JOSE

Sobre as condições de internameto no hospital de S. José o nosso leitor Mário das Neves Pinto de Carcavelos, enviou-nos a seguinte carta:

«Imprevistamente, fui forçado a utilizar o serviço «SOB» (salvo erro, assim é designado) que interna os doentes tratados de urgência no banco do Hospital de S. José. Descrições de pesadêlo que anteriormente me haviam sido feitas sobre o panorama ali existente, foram de longe ultrapassadas pela experiência ao vivo de sete dias de inferno ali passados: normais convalescentes junto a doentes agonizantes; condições higiénicas repugnantes; total ausência de elementares meios técnicos para limpesa diária; tectos e certos recantos verdadeiramente imundos e infectos; setenta, oitenta, ou mais, doentes, dispondo de uma única sanita e dois lavatórios, etc. Condições, cuja existência é verdadeiramente aviltante e a que não pode estar sujeito seja que cidadão fôr.

Estamos em tempo de remodelação? Ela é extensiva à saúde e assistência? Caso afirmativo que se comece por ali. Desejaria ardentemente — talvez fosse o remédio — que os responsáveis pela organização de tal sector e também os seus familiares fossem obrigados a tratamento em tal meio, para sentirem na carne, e especialmente no espírito, o que de escárnio ao direito humano provoca tal situação.

Nem o cidadão pode estar sujeito, especialmente na doença, a tal atentado, nem o extraordinário, valoroso e abnegado corpo médico e de enfermagem assim como restante pessoal, merecem tão degradantes condições de trabalho. Resta-me acrescentar que apesar de a experiência ter ocorrido passados alguns meses, ainda me sinto traumatizado pela recordação.»



há muito tempo que a música é o nosso ofício...

completamos 125 anos de constante renovação musical.

correias de ventoínha
para automóveis camiões e tractores.

MINTEX

auto lusitânia, lda. Av. da Liberdade 75 79 – Lisboa-2

O CASO DA HER

Duas personalidades estiveram em foco na sessão de ontem: o advogado dr. Alfredo Pimenta e o prof. Figueiredo Dias, da Universidade de Coimbra.

O dr. Manuel João da Palma Carlos, com a independência profissional que tem caracterizado a sua intervenção, independência que reivindica como direito e dever dos advogados, comentou incidentalmente uma carta do dr. Alfredo Pimenta publicada no «Expresso» do último sábado que visava especialmente a intervenção do dr. Palma Carlos neste processo.

A afirmação do dr. Alfredo Pimenta de que o dr. Palma Carlos estaria a desempenhar «tarefa política de iconoclasta», respondeu este causídico:

«Se ao escrever e endereçar tal carta, o dr. Alfredo Pimenta visou o desencandeamento contra mim de qualquer tipo de reacção, eu devo lembrar-lhe que melhor faria se reclamasse, sim, aos poderes do Estado, a efectivação do inquérito que se imporia, sobre as actividades que eu publicitei e que desviaram na verdade a acção da justiça do seu curso normal e legal».

Outros aspectos da referida carta mereceram também o comentário que adiante relatamos.

E quase no final das suas alegações de ontem, o dr. Palma Carlos criticou os métodos utilizados pelo prof. Figueiredo Dias, num parecer que este concedeu aos assistentes.

CARLOS CHAMPALIMAUD CONDUZIU INTERROGATÓRIOS A D. ALBANA E D. MARIA LUÍSA

Na sequência lógica das considerações que produzi na última sessão de julgamento, sobre os termos em que têm de ser compreendidas e interpretadas as declarações prestadas na instrução preparatória pelas senhoras D. Maria Luísa e D. Albana, que os assistentes consideram viciadas por pretensas contradições — recordarei que, em primeiro lugar, importa não esquecer que ambas as senhoras prestaram várias declarações, em momentos diversos e entre si distanciados no tempo, perante diversos instrutores, e até em processos diferentes, instruídos por diferentes inspectores da Polícia Judiciária e por diferentes magistrados do Ministério Público.

Assim, começaram as duas senhoras por ser ouvidas em declarações, em 2 de Junho de 959, perante o inspector dr. Araújo e Sá, actual subdirector da Polícia Judiciária.

Depois, em 4 de Agosto de 1959, ambas as senhoras intervêm, numa acareação, com todos os queixosos Henrique, Carlos e Vasco de Sousa Jardim e ainda com António Champalimaud.

Em 6 de Agosto de 959, nova acareação com os mesmos intervenientes.

Ainda na mesma data de 6 de Agosto de 1959, as duas senhoras intervêm noutra diligência de acareação, e a sr.ª D. Maria Luísa ainda presta declarações no mesmo dia.

Mais tarde, em 6 de Dezembro de 960, agora no 4.º, Juízo Criminal, e perante o ajudante do procurador da República, sr. dr. Fernando José de Carvalho de Sousa, são as senhoras de novo ouvidas em declarações.

Menos de duas semanas após, em 9 de Dezembro de 960, as duas senhoras retornam à Polícia Judiciária, agora para prestarem declarações no processo da 9.ª emissão, perante outro inspector, o sr. dr. Mário Bento Martins Soares.

Dois anos depois, também no processo da 9.ª emissão, iniciam-se as espantosas acareações a que as senhoras são submetidas, com Carlos Champalimaud, sob a presidência do sr. dr. Lopes de Melo, então ajudante do procurador da República, junto do 3.º Juízo Criminal de Lisboa.

Ora é exactamente sobre estas delcarações prestadas perante o sr. dr. Fernando Faria Pimentel Lopes de Melo, que eu quero debruçar-me um pouco.

E que as circunstâncias em que se processaram, e em que elas decorreram, não podem deixar de merecer, mais do que um simples comentário, uma viva crítica e uma palavra de reprovação.

Duas senhoras, de impoluta honestidade, com os seus conceitos tradicionais de família e tradição, habituadas a conceder e a receber tratamento afável e correcto correspondente ao meio social em que haviam vivido, duas senhoras cuja idade se aproximava já dos oitenta anos, foram submetidas, foram sujeitas, às impertinências, às más criações, aos raciocínios tipicamente doentios, à agressividade e incorrecção de que deu tantas mostras nesta sala de audiências, e perante mim mesmo, o assistente Carlos Champalimaud.

Nessas acareações, permitiu-se inqualificavelmente que as duas pobres senhoras fossem verdadeiramente massacradas por seu sobrinho Carlos, como a simples leitura dos respectivos autos o demonstram, em dias sucessivos: em 4, 15, 7 e 18 de Janeiro de 1962.

Senhoras habituadas ao conforto das suas casas, chamadas a esta desconfortável Boa Hora, num mês gélido como foi aquele Janeiro de 962, eram mantidas durante horas, no também desconfortável gabinete do magistrado instrutor — não para serem ouvidas por este, mas sim para serem submetidas a toda a espécie de perguntas impertinentes, por parte de Carlos Champalimaud, sobrinho que efectivamente fora delas, mas de cuja qualidade fora demitido, de facto, pela arrogância e incorrecção como já antes se lhes dirigira, e pela guerra e perturbação em que as lançara sem qualquer pudor nos últimos anos da sua vida.

Imagino, o quanto teria custado àquela pobre senhora, a sr.ª D. Maria Luísa, o ver permitir-se que um indivíduo da agressividade, má criação e arrogância de Carlos, se lhe dirigisse nos termos em que o fazia, com sucessivas perguntas inadequadas para o respeito que devia manter-lhe, para a sua posição de tia mais velha, para a sua já tão avançada idade.

Podem V. Exas. imaginar qual seria o tom de voz de uma senhora de 79 anos, a ter de dizer perante o tratamento a que se via submetida, uma frase como aquela que eu não quero deixar de relembrar:

«Estou muito cansada e é com sacrifício que venho aqui pela tercira vez. Trabalhei como nunca o fiz o que a mais do que a minha idade, setenta e nove anos, as minhas forças permitem».

E foi necessária esta verdadeira súplica da sr.ª D. Maria Luísa, para que o sr. dr. Lopes de Melo pusesse finalmente cobro ao achincalhamento a que as duas senhoras vinham sendo sujeitas, sem o menor respeito pela lei, pela idade das senhoras, pela sua dignidade e pela sua personalidade.

Que se vá a um tribunal responder ao gabinete de um magistrado instrutor, que se intervenha mesmo numa acareação, cuja dignidade o magistrado instrutor conserve ou imponha vá!

Mas, no caso dos autos, as senhoras eram chamadas àquele gabinete, não para serem ouvidas pelo magistrado mas sim para serem inquiridas e terem de responder às perguntas de Carlos Champalimaud.

Documenta-se a exactidão do que afirmo, do que consta do próprio auto denominado de acareação, do final dele, estando presentes Carlos Champalimaud e D. Albana e onde pode ler-se, para pasmo de todos quantos conhecem as mais elementares regras do Processo Penal, onde pode ler-se, o que eu próprio vou ler textualmente a V. Exas.:

«**Depois de ter terminado o interrogatório feito por Carlos Sommer Champalimaud** foi perguntado à acareada Albana de Sommer Osório, se desejava fazer qualquer pergunta ao seu sobrinho Carlos, tendo a mesma respondido negativamente, pelo que foi dada por finda esta acareação».

Pois foi isto o que se passou, e que felizmente até consta do respectivo auto: o interrogatório à senhora D. Albana foi feito por Carlos Champalimaud!

Por Carlos Champalimaud, um doente psíquico pericialmente diagnosticado, e a quem, no entanto, se concederam neste processo histórico as mais honrosas e importantes intervenções de instrutor, de controlador, de orientador, por causa de quem se criou legislação especial e especiais regras do processo. Carlos Champalimaud, o homem que influenciou o senhor Procurador-Geral da República interino, sr. dr. Manso Preto, para determiná-lo às intervenções que já referi, sobre o exercício do poder judicial, e a quem o agente do Ministério Público junto do 3.º Juízo Criminal de Lisboa, sr. dr. Lopes de Melo, já antes, em 1962 — permitiria que se lhe substituísse nas funções que a ele competiam, transmutando para Carlos Champalimaud na forma que referi o direito de inquirir suas idosas tias!

Esta aceitação das teses de Carlos Champalimaud, o acolhimento das suas pretensões, o acatamento das suas sugestões — conduzir-nos-ia a este julgamento!

Como se vê, até da declaração produzida por D. Maria Luísa o sr. Carlos Champalimaud, interrogador de suas tias, até se permitiu levar para os interrogatórios perguntas antecipadamente preparadas, e preparadas, sabe-se lá por quem!

E basta uma leitura apressada dos autos de acareação a que me venho referindo, para facilmente se alcançar que os interrogatórios dirigidos às senhoras D. Maria Luísa e D. Albana, elaborados e efectuados pelo inquiridor sr. Carlos Champalimaud, são de uma ilegalidade afrontosa para a Justiça.

São formuladas as perguntas mais disparatadas, versando os mais diversos e diferentes temas ao sabor dos interesses inconfessáveis de Carlos Champalimaud, vai-se ao ponto de inquirir às duas senhoras qual o teor dos testamentos que elas mantinham em vigor naquela data; o sr. Carlos Champalimaud dirige-lhes impropérios traduzidos em acta, profere infâmias contra seu irmão António, pretende que as suas tias satisfaçam os seus caprichos respondendo-lhe ao que muito bem lhe apetece saber.

E as senhoras, assim, já que nenhuma objecção é feita pelo respectivo magistrado ao teor do absurdo interrogatório que lhes é dirigido, vêem-se, dizia eu, obrigadas a responder.

E a responder o quê? À matéria do processo?

Vejam V. Exas. quantas perguntas feitas por Carlos Champalimaud, feitas às senhoras nesse processo, que era o processo da 9.ª emissão, recaíram sobre a matéria que o processo versava?!

Entretanto, tudo isso foi permitido, nessas desastradas diligências a que se deu o nome de acareações.

Pois foi, senhores juízes, desses confusos, prolixos e intermináveis autos, que o meu Exmo. colega sr. dr. Eridano de Abreu se permitiu extractar um ou outro passo, para tentar desvalorizar afirmações produzidas pela sr.ª D. Maria Luísa e pela sr.ª D. Albana — talvez com o objectivo de infirmar a posse, dos títulos por parte das senhoras, posse manifesta, comprovada e traduzida nos múltiplos actos que eu já a V. Exas. descrevi.

Isto passou-se em 1962 — mas algo mais ocorreria em 1965, depois da «dinamização» dos processos pela intervenção da Procuradoria Geral da República, e depois de entrar no exercício das suas especiais funções o inspector especial, sr. dr. Manuel Fernandes.

OS ÚLTIMOS INTERROGATÓRIOS DAS SENHORAS

D. Albana e D. Maria Luísa serão novamente interrogadas.

D. Albana, já então com 82 anos de idade é chamada à Polícia Judiciária a prestar declarações em 6/1/1966.

D. Maria Luísa, por si, com 83 anos de idade, já nem forças tinha para tanto; e é ouvida em sua própria casa, no leito onde pouco tempo mais tarde, em 6/3/1967 viria a falecer.

Se essas senhoras houvessem podido sobreviver aos vexames de que foram objecto, e se pudessem ter vindo aqui perante V. Exas. dizer-lhes o que passaram e sofreram, e traçar, elas, o retrato dos assistenes — talvez mais cedo tivesse mudado a sorte deste processo —, porque V. Exas. necessariamente não podiam ficar indiferentes à grandeza de alma, à dignidade, às palavras dessas senhoras.

Pseudo-acareações em 1962, interrogatórios em 1966. Tantos anos, tão longos anos, decorridos desde então, até esta fase final do presente processo.

Anos perdidos, principalmente, em exames pseudo-periciais, e perfeita e totalmente inúteis, do pseudo-perito sr. dr. José Francisco Viegas!.

E é agora, depois de tudo quanto narrei, tantos anos passados, que se permitem ainda os assistentes, vir manifestamente especular com algumas frases isoladas das senhoras D. Maria Luísa e D. Albana, frases isoladas e desgarradas, inteiramente desligadas do contexto factual em que foram produzidas e do próprio contexto excrito em que se integram.

Porque, apesar das penosas condições em que as senhoras D. Maria Luísa e D. Albana prestaram as suas declarações durante a instrução preparatória, nos termos que referi, apesar disso, apesar da sua idade as declarações delas apresentam-se perfeitamente lúcidas, sem contradições, e inteiramente verdadeiras, como o viria a demonstrar a prova documental produzida no julgamento.

Na verdade, de todas as declarações por elas produzidas, sobressaiem fundamentalmente os seguintes factos:

— que as acções de seu irmão Henrique Sommer lhes ficaram a pertencer a elas em consequência da sua carta de 20/10/42 e das contas conjuntas em nome de Henrique Sommer e de sua irmã D. Maria Luísa:

— que sempre puderam dispôr das acções;

— que sempre receberam os dividendos respectivos;

— que todos os seus sobrinhos tiveram perfeito e rigoroso conhecimento de que as acções em causa lhes ficaram a pertencer.

— que D. Albana se dispunha mesmo a deixar a sua metade das acções recebidas de Henrique Sommer ao seu sobrinho e afilhado Carlos;

— que por diversas vezes emprestaram as acções a António Champalimaud, mas que este sempre pontualmente lhas restituiu.

Apenas as Senhoras terão revelado, eventualmente, algumas hesitações ou imprecisões no tocante aos locais onde as acções se encontravam depositadas, ao longo dos anos que decorrem entre a morte de Henrique Sommer e as datas em que prestaram declarações.

Mas até essas impressões se compreendem perfeitamente, quando relacionadas com a necessariamente complexa movimentação dos títulos durante todos esses longos anos.

HESITAÇÕES COMPREENSÍVEIS

Não podemos esquecer, Srs. Juízes, que desde a morte de Henrique Sommer, até às datas em que as Senhoras prestaram as declarações que vimos analisando, os títulos sofreram a complexa movimentação que em resumo recordarei a V. Exas.:

— Levantados em seguida à morte de Henrique Sommer por D. Maria Luisa do Banco Espírito Santo, do Banco Nacional Ultramarino e de Sommer e Ca. Lda., os títulos são levados para o local que os autos não revelam com exactidão embora fosse de presumir que terão sido guardados por D. Maria Luisa na Casa Forte de sua casa;

— posteriormente são depositados na Empresa de Cimentos de Leiria para efeitos de Assembleias Gerais e para efeitos da 8.ª emissão;

— em Outubro de 1945, D. Maria Luisa endossou todos os títulos nominativos, e há-de presumir-se que o endosso haja sido materializado em casa de D. Maria Luisa, como é correntemente praticado em realção à generalidade dos grande accionistas;

— durante o lapso de tempo em que os títulos nominativos estiveram em casa de D. Maria Luisa, é bem possível que esta Senhora os tivesse guardado na casa forte da sua própria residência;

— uma vez efectuado o endosso, os títulos nominativos retornaram à Empresa de Cimentos Leiria, a fim de serem averbados a António Campalimaud e depositados para efeito da 8.ª emissão;

— em fins de Novembro de 1945, agora todos os títulos dão entrada no Banco Totta para caução do empréstimo aí contraído por António Champalimaud em 26 de Novembro de 1945;

— até 1957, as acções mantêem-se no Totta, mas todos os anos as duas Senhoras recebem antempadamente os dividendos respectivos, que lhes são entregues por António Champalimaud, conforme largamente expus já a V. Exas.;

— em Feveriro de 1957 foram levantadas as acções do Banco Totta e transportadas por Constantino Sobral para a Empresa de Cimentos de Leiria, onde ficaram durante alfum tempo, mas para serem restituídas às Senhoras D. Maria Luisa e D. Albana, como se comprova através do documento de fls. 8931;

— em 11 de Julho de 1957, os títulos nominativos e as cautelas representativas do depósito das acções ao portador na Empresa de Cimentos de Leiria, são transportadas a casa da Sra. D. Albana assinando elas o recibo de fls. 8938, manuscrito pelo próprio Constantino Sobral;

— mas logo, escassos dias decorridos, as acções retornam à Empresa de Cimentos de Leiria, a fim de serem averbadas às Senhoras D. Maria Luisa e D. Albana.

O perito da Polícia Judiciária, sr. dr. José Francisco Viegas, que gastou longos anos para investigar o destino dos títulos físicos que pertenceram a Henrique Sommer, não prosseguiu as suas investigações para além do ano de 1957, e do processo efectivamente nada consta relativamente ao movimento dos títulos posterior ao recebimento deles pelas Senhoras D. Maria Luisa e D. Albana, em 1957, após integral amortização do empréstimo Totta.

Ora, a partir desta data, e até às datas em que as Senhoras prestaram declarações, os títulos ainda sofreram diversas movimentações, até que, em 1961, foram encerrados na própria casa forte da Senhora D. Maria Luisa, e posteriormente foram por ambas as Senhoras depoistados no Banco Nacional Utramarino, mantendo-se neste Banco até à morte das suas proprietárias e até ainda hoje se encon-

1 SEMANA em LONDRES

SÓ abreu LHE OFERECE ESTAS VANTAGENS:

1) PARTIDAS AOS DOMINGOS (TODOS OS DOMINGOS ATÉ OUTUBRO)
2) MODERNOS JACTOS «TRIDENT»
3) CHEGADAS E PARTIDAS AO AEROPORTO CENTRAL DE LONDRES (HEATHROW)
4) MELHORES PREÇOS
5) A TRADICIONAL QUALIDADE abreu

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA abreu

FUNDADA EM 1840

LISBOA — Av. Liberdade, 160 Telef. 320021 (15 linhas)
PORTO — Av. dos Aliados, 207 Telef. 37921 (15 linhas)
COIMBRA — Rua da Sota, 2 Telef. 27091/27092

BIO-STRATH

SUPER ALIMENTO NATURAL À BASE DE LEVEDURA

Restitui ao organismo as energias necessárias para o desenvolvimento físico e intelectual.

Aumenta as possibilidades de sucesso escolar.

Revigora as células e equilibra o sistema nervoso.

Produto Suiço preparado por STRATH LABOR-ZURICH

À VENDA NAS FARMÁCIAS

RANÇA SOMMER

tram nesse local, com excepção das 2520 acções que vieram a ser apreendidas e entregues à guarda da Caixa Geral de Depósitos.

Quem tiver presente toda esta complexa movimentação dos títulos, compreenderá claramente as declarações prestadas pelas Senhoras D. Maria Luísa e D. Albana, relativamente aos locais e respectivas datas em que as acções estiveram depositadas.

Como poderá exigir-se que as Senhoras, mais de oitenta anos, em face da vicissitudes ocorridas a partir da data em que seu sobrinho Carlos iniciou a ofensiva fraticida, ouvidas na Polícia Judiciária e nos 3.º e 4.º juízos criminais, por diversos instrutores, em processos diferentes, em datas distanciadas entre si, como poderá exigir-se, dizia que elas informem, com absoluto rigor quais os locais e respectivas datas por onde andaram as suas acções de Cimentos de Leiria?

Acresce que, como é natural, como é de experiência comum, como é normal, os acontecimentos mais recentes são melhor recordados pelas pessoas, circunstância esta que permite compreender que as Senhoras D. Maria Luisa e D. Albana tivessem, quando foram ouvidas, melhor recordação dos factos ocorridos com as acções nos anos imediatamente antecedentes àqueles em que prestaram declarações.

Uma coisa é certa, porém.

Referiram as Senhoras, como locais onde estiveram as acções, a Empresa de Cimentos de Leiria, o Banco Nacional Ultramarino e a casa delas.

Ora, em todos esses três locais as acções estiveram efectivamente guardadas.

Como exigir, pois, outras precisões inteiramente irrelevantes?

Interpretadas e compreendidas no contexto que venho referindo, todas as declarações das Senhoras se harmonizam com a realidade por nós conhecida, são merecedoras de todo o crédito e delas resulta inquestionavelmente que as Senhoras sempre exerceram sobre as acções que receberam de Henrique Sommer, uma posse plena, pacífica, contínua, pública, titulada e de boa fé.

E de todas essas declarações, como dos numerosos actos que as Senhoras D. Maria Luisa e D. Albana exerceram sobre as acções, resulta cristalinamente que houve da parte delas, sempre, a convicção de serem proprietárias das acções.

É exacto; pois, o que escreveu o sr. Professor Ferrer Correia com base nos factos que tenho vindo a referenciar e nas próprias declarações das Senhoras D. Maria Luisa e D. Albana, que ele teve oportunamente de examinar:

«Durante largos anos, as duas referidas Senhoras comportaram-se, relativamente às acções da Empresa de Cimentos de Leiria, como se as mesmas lhes pertencessem. Durante longo tempo (muito mais do que o necessário para a usucapião se verificar), as acções permanecem sob o seu domínio efectivo — e temos assim o **corpus** da posse. Por outra via, os numerosos actos sobre elas ou com elas praticados supõem implicam, da parte das possuidoras, a convicção de serem proprietárias — e temos, pois, o animus».

Conclusão necessária do que se deixa extractado, e que já a V. Exas em sessões anteriores, disse: — é de que, quando se entende que a Sra. D. Maria Luisa e a Sra. D. Albana não eram ainda proprietárias das acções à data da morte de Henrique Sommer, vieram a adquirir essa propriedade por usucapião.

No ano de 1957, a propriedade assim adquirida por essa via da usucapião, estava incontroversamente consolidada.

E se nos reportámos, neste momento, tão somente à referida data de 1957, é porque seria exactamente em tal data que haveria António Champalimaud de proceder à restituição das acções, que havia recebido para integrar a caução a prestar ao Banco Totta.

A quem devia, portanto António Champalimaud efectuar a restituição das acções?

O art.º 86 da pronúncia afirma que António Champalimaud recusou a restituição aos herdeiros testamentários de Hernqieu Sommer quando a entrega dos títulos lhe foi solicitada já depois de Março de 1957, justificando a recusa com a alegação de que as acções não haviam sido deixadas aos herdeiros mas sim a suas tias D. Maria Luisa e D. Albana.

O contexto desse artigo da pronúncia enferma logo, do grave erro de partir do pressuposto, que nenhum artigo anterior autorizava, de que a entrega dos títulos fora efectivamente solicitada pelos quixosos.

Ter-se-ía imposto que se começasse por articular que a entrega dos títulos tinha sido efectivamente solicitada, especificando-se os termos, momento e circunstâncias em que tal solicitação se houvesse processado.

Isso não foi feito.

Em mera afirmação dogmática, limita-se o mencionado artigo 86 da pronúncia a afirmar que quando a entrega foi solicitada, António Champalimaud recusou a restituição.

SE OS PRÓPRIOS MESTRES NÃO ESTÃO DE ACORDO...

Suponhamos, porém, em mera tese, que os queixosos, depois de Março de 1957, hajam na verdade pedido a António Champalimaud que lhes fizesse a entrega das acções em causa.

Como deveria agir António Champalimaud, que havia recebido as acções por empréstimo das mãos de suas tias?

Colocado perante tal dilema, com as acções recebidas de suas tias, que ele tinha por donas das acções, e o pedido de entrega delas feito pelos queixosos — como deveria agir António Champálimaud?

É evidente, que eu estou a colocar o problema num campo meramente teórico, na medida em que não houve sequer solicitação de entrega das acções feita pelos queixosos.

Eu digo: se isso se verificasse nessa altura, em 1957, em que António Champalimaud, tendo terminado o contrato no Totta, tendo terminado o empréstimo que havia solicitado no Totta, quer restituir as acções que tinham vindo parar às mãos dele por empréstimo, eu pergunto, se nesse momento — embora o facto não se tenha passado — se nesse momento António Champalimaud tivesse sido colocado nesse dilema, saber se devia restituir as acções às tias de quem as havia recebido, se as devia entregar a seu irmão, se nesse momento lhas reivindicassem, qual a posição de António Champalimaud podia tomar?

António Champalimaud não teve efectivamente dúvidas nenhumas: restituiu-as às tias o problema nem sequer foi equacionado, os irmãos não pediram as acções, nem tinham que as pedir porque sabiam que as acções haviam revertido para as tias e não para eles. Portanto esse problema não existiu.

Mas se o problema tivesse existido de facto, se ele tivesse sido suscitado, parece que, colocado assim numa encruzilhada, deveria António Champalimaud recorrer ao parecer dos técnicos.

Esses técnicos, visto que se tratava de um problema de ordem jurídica, seriam os juristas.

E então António Champalimaud iria a um advogado e perguntar-lhe-ía: estou nesta situação, recebi de minhas tias umas acções elas emprestaram-mas, mas agora os meus irmão dizem que as acções são deles, como é que eu devo actuar?

Ora, perante tal circunstancialismo, dados os pareceres divergentes incorporados nos autos, nós temos que concluir que a atitude que então António Chamapalimaud tomaria, seria uma ou seria outra consoante o jurista que procurasse para aconselhá-lo.

Aconselhado pelo prof. Ferrer Correia ou pelo prof. Pereira Coelho, entregaria as acções a suas tias, porque entendendo estes professores que eram elas as proprietárias das acções, não poderia entregá-las a quem o seu proprietário não fosse.

Mas se tivesse ido bater a outra porta, exactamente ainda naquele ano de 1957, o prof. Vaz Serra de harmonia com a sua doutrina de então, aconselhá-lo-ia da mesma forma — e ainda, e então, António Champalimaud continuaria a entregar as acções a suas tias.

Mas se tivesse consultado o prof. Vaz Serra nos anos de 1971, o do parecer recentemente junto ao processo a solução já divergiria frontalmente, e António Champalimaud se tivesse consultado apenas e tão somente o prof. Vaz Serra, com a opinião que ele tinha em 1971 e não tinha em 1957, então tinha que entregar as acções, se seguisse o conselho do seu jurista, aos pretensos ofendidos nestes autos.

Mas suponhamos que António Champalimaud não se satisfazia com a opinião de um só jurista, suponhamos que entenderia consultar na mesma altura o prof. Ferrer Correia de sempre e o prof. Vaz Serra de agora — então receberia conselhos totalmente divergentes.

Seria uma soluçao jurídica. Seria uma solução de libertação do ónus da manutenção das acções, na medida em que se impusesse que efectivamente havia dois possíveis proprietários.

No caso concreto tendo recebido as acções das mãos das tias, nunca seria, na verdade, uma solução com elegância moral, a entrega de tais acções aos pseudo-ofendidos neste processo.

Mas o problema não se pôs repito.

Ninguém punha em dúvida que a propriedade das acções fosse das senhoras, tivessem-nas elas adquirido por doação, por contrato a favor de terceiro ou por usucapião.

Os pretensos ofendidos nem sequer formularam a solicitação das entregas das acções.

O problema era líquido — ou melhor, nem sequer havia problema.

Mas se assim equaciono estas dúvidas, é tão somente para chamar a atenção de V. Exas. para o absurdo que traduz a imputação de um ilícito penal a um homem, sobre matéria em que pode haver tão divergentes opiniões, a respeito da solução factual a adoptar.

Só poderá alcançar-se resposta a estas dúvidas tendo presentes os factos, que eu referi logo no princípio das minhas alegações, traduzidos na criação e desenvolvimento de uma acção persecutória contra António Champalimaud, no sentido de ver eliminado um incómodo e valoroso concorrente.

O problema transmuta-se, assim e sempre, para o da existência de influências de agentes administrativos, na perseguição criminal de António Champalimaud, no stermos exactos que já também relatei.

A essa data — portanto quando os autos começaram a ser instruídos pelo sr. inspector especial Manuel Fernandes, quando os autos vieram para este Juízo Criminal — a essa data — se António Champalimaud, no ano de 1957, em vez de haver restituído a suas tias as acções que delas recebera, as houvesse entregue a seus irmãos — a sua perseguição criminal verificar-se-ia do mesmo modo, justicada então, e porém, em termos inteiramente opostos: no facto de António Champalimaud haver entregue aos pretensos ofendidos, as acções, quando não deveria ignorar, que pertenciam a suas tias, porquanto delas é que ele as recebera?

A essa data — a da remessa do processo aos juízos criminais, depois de instrução persecutória orientada pelo inspector Manuel Fernandes, ordenada e consentida por altos agentes do Executivo —, António Champalimaud seria inevitavelmente acusado, fosse pelo que fosse, por mais lícitas que fossem as suas condutas, seria acusado neste ou naquele processo, no processo A no ou processo B, e fosse por que crime fosse: pelo crime X ou pelo crime Y.

Trata-se, assim, de uma quarta questão cível prejudicial — que deveria igualmente ter conduzido a que António Champalimaud não fosse sequer pronunciado.

Quatro questões cíveis prejudiciais, portanto:

1.º — A resultante do regime matrimonial de bens, estipulado na convenção antenupcial entre Henrique Sommer e sua esposa D. Palmira — conducente ao reconhecimento de que as 9996 acções da Empresa de Cimentos de Leiria, abarcadas pela pronúncia, não integravam o remanescente da herança de Henrique Araújo Sommer.

2.º — a resultante da existência, em complementaridade, das vontade s de Henrique Sommer, manifestadas na sua carta de 20 de Outubro de 1942 e no seu testamento de 18 de Janeiro de 1943 — e conducente também à mesma conclusão de que as 9996 acções em causa não integravam o remanescente de Henrique Araújo de Sommer;

3.º — a resultante da existência dos depósitos solidários em nome e a favor de Henrique Sommer e de D. Maria Luísa Araújo Sommer — conducente à conclusão de que as senhoras adquiriram a propriedade das acções pela simples via desses depósitos solidários;

4.º — a resultante da necessidade de resolução prévia do problema consistente em fixar, se as senhoras D. Maria Luísa e D. Albana, adquiriram, ou não a propriedade das acções por via de usucapião usucapião do mero usufruto delas, conformemente à distinção efectuada pelo prof. Ferrer Correia no seu parecer que citei e junto aos autos).

NÃO HOUVE ENTREGA

Acrescentar-se-à que, mesmo que nenhuma das questões prévias fosse de proceder, a acusação contra António Champalimaud estava manifestamente votada a insucesso, por inexistência de qualquer dos seus elementos integradores de ilícito penal, mormente os elementos essencialmente constitutivos da natureza de um crime, como aquele por que António Champalimaud foi pronunciado.

E essa demonstração que vou de seguida fazer.

António Champalimaud vem acusado da prática de crimes previstos e punidos pelo art.º 453.º do Código Penal.

E sabido serem elementos essencialmente constitutivos de qualquer crime de abuso de confiança — não se verificando a tal respeito discrepâncias entre os autores — os seguintes:

a) a entrega ao agente do crime, com o consequente recebimento por parte dele, de dinheiro ou qualquer coisa móvel, de títulos ou escritos, para qualquer um dos fins enumerados no art.º 453.º do Código Penal, e que implique, para a pessoa a quem foi feita a entrega, a obrigação da sua restituição.

b) — o descaminho ou a dissipação da coisa recebida, por parte do agente;

c) — o prejuízo ou a possibilidade de prejuízo para o proprietário da coisa, do dinheiro, ou dos valores que entregou; e

d) — por se tratar de uma natureza dolosa, a existência de dolo por parte do agente.

No caso concreto destes autos, acontece: que nem houve entrega; que não houve descaminho nem dissipação, ou seja, que António Champalimaud não se apropriou dos títulos em causa; que não causou nenhum prejuízo aos pretensos ofendidos; e que não agiu com dolo.

Nem um só, senhores juízes, existe no caso dos autos, dos vários elementos do crime imputado a António Champalimaud: nem os títulos lhe foram entregues pelos pretensos ofendidos; nem António Champalimaud deles se apropriou, nem a sua actuação intui qualquer espécie de dolo.

Que não houve entrega, ressalta elementarmente da própria pronúncia.

Entretanto, não esqueço o que o ilustre advogado dos assistentes viria a sustentar nas suas alegações orais finais, não exigir a lei a entrega material dos títulos, bastanto, para a existência de crime, ou melhor, para a verificação do primeiro requisito do crime, que o acusado viesse a encontrar-se na disponibilidade material dos valores em causa.

Em face do disposto no art.º 447.º do Código de Processo Penal, porque a equacionação do problema, feita nos termos que deixo referidos, pelo ilustre advogado dos assistentes, nas suas alegações orais, não tem qualquer correspondência ou materialização em factos constantes do despacho de pronúncia, não se justifica sequer que eu me debruce sobre essa nova construção.

Seria apenas ocupar o tempo de V. Exas., sem nenhum proveito para a causa — e das constantes mudanças de posição dos assistentes, das suas malabarísticas evoluções, da sua continuada invenção, quer de novos factos, quer de novas teses, já eu estou efectivamente farto.

Deter-me-ei, pois, e somente, sobre a matéria do próprio despacho de pronúncia, que directamente respeita à pretensa existência do crime absurdamente imputado a António Champalimaud: a entrega a este, dos títulos, que na pronúncia se sustenta serem pertença dos ofendidos.

Ora, no caso dos autos, o que veio a ser consignado no despacho da pronúncia, depois de uma curiosa evolução da posição dos queixosos, foram os factos consubstanciados nos seus artigos 6.º a 15.º e 39.º a 42.º.

TRADIÇÕES GERMÂNICO--TRANSMONTANAS

Nos termos desses artigos, ficcionou-se uma peregrina chefia familiar do tipo tribal com origem — segundo a expressão do próprio assistente Carlos Champalimaud — em **tradições germânico-transmontanas** da família Sommer Champalimaud, chefia que teria sido exercida por Henrique Sommer em vida dele, e na qual lhe sucederia após o seu decesso, António Champalimaud.

Quais as tradições germânico-transmontanas da família Sommer Champalimaud, alegadas dogmaticamente pelo assistente Carlos, em audiência de julgamento, qual a raiz histórica delas — nada disso nos transmitem os autos, nenhuma justificação nos foi dada sobre essa matéria pelo referido assistente.

Na realidade, em pleno século XX, num país europeu, com o direito civil de origem napoleónica, seria difícil traduzir em actos ou factos, as concepções dogmáticas e megalomanas do referenciado assistente.

HEINRICH LUDWIG VON SOMMER

Tais concepções, aliás, estarão conformes com as suas concepções políticas pessoais, reaccionárias e ditatoriais, mas, contra o que ele afirmou, afrontam as suas próprias tradições familiares, descendente, como é, Carlos Champalimaud, de Henrich Franz von Sommer, que no ducado de Brunswich, onde vivia no último quartel do século XVIII, viria depois para Portugal, alistado no exército liberal e sendo um dos 7500 bravos do Mindelo.

Os dados que forneço a V. Exas. são extractados do Anuário da Nobreza de Portugal do ano de 1964, de onde se vê que, por seus feitos no exército liberal o 1.º Sommer vindo para Portugal fez parte das hostes liberais contra os miguelistas, aqui batalhou ao lado de D. Pedro IV e, por seus feitos, até foi promovido a capitão e condecorado com a ordem da Torre e Espada, no cerco do Porto.

Não foi, portanto, pelas ideias que o senhor Carlos Champalimaud absurdamente doutrinou nestes autos, que seu bisavô se bateu nas lutas liberais, que seu avô se bateu pela implantação em Portugal das liberdades públicas que floresceram nas primeiras décadas do século XIX e não foi por elas que teve jus à ordem da Torre e Espada, a mais alta condecoração militar portuguesa, ordem de cavalaria fundada por D. Afonso V em 1459 e que só admitia 27 cavaleiros.

Essa ordem extinguiu-se, e foi mais tarde reorganizada com o nome de Ordem de Torre e Espada, exactamente por D. Pedro IV.

Contra essa tradição de sua família — pois, e não de acordo com ela — o assistente Carlos Champalimaud reduziu os seus familiares a uma manada de inúteis e mentecáptos, abúlicos e subservientes, que sem reacção obedeciam à batuta do chefe.

O RETRATO DA FAMÍLIA SEGUNDO CARLOS

Que triste figura a do sr. Carlos Champalimaud, e que triste retrato o de uma família aqui pintada pelo pincel deste assistente!

E assim, os irmãos de Henrique Araújo Sommer pela palavra gratuita, e que o julgamento revelaria como irresponsável do senhor Carlos Champalimaud, aparecem aqui descritos por ele, em termos verdadeiramente confrangedores: Fernando Sommer um apático, oligofrénico, meio imbecil, incapaz de se aperceber dos factos mais ele-

Continua na pág. 18

Viagens apolo 73

CANÁRIAS
VIAGEM EM AVIÃO 8/15 DIAS
ESPECIALMENTE FRETADO.
Partidas todas as 5.as Feiras de Julho a Setembro.
PREÇOS A PARTIR DE 2.770,00
Estadia em regime de pensão completa ou quarto com pequeno almoço. Transporte Aeroporto-Hotel-Aeroporto.

MAIORCA
VIAGEM EM AVIÃO 8/15 DIAS
ESPECIALMENTE FRETADO.
Partidas todas as 3.as e 5.as Feiras de Junho a Setembro.
PREÇOS A PARTIR DE 3.400,00
Estadia em regime de pensão completa. Transporte Aeroporto--Hotel-Aeroporto.

TORREMOLINOS
8/15 DIAS
VIAGEM EM AUTOCARRO COM AR CONDICIONADO.
Partidas todos os domingos de Junho a Setembro.
PREÇOS A PARTIR DE 2.320,00
Estadia em regime de pensão completa.

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES
UTILIZE O NOSSO SISTEMA DE CRÉDITO
HAVAS EXPRINTER
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE VIAGENS

DL/ESTRANGEIRO

ESCÂNDALO WATERGATE

O DESMENTIDO DE NIXON NÃO SATISFAZ OS CRÍTICOS

WASHINGTON, 8 (R.) O presidente Nixon regressa hoje ao seu gabinete da Casa Branca após um longo fim-de-semana na Florida e numa ilha das Bahamas, mergulhando novamente no caldeirão do caso Watergate que continua a ferver, apesar do gesto conciliatório da administração ao anunciar que nomearia um investigador independente.

Por outro lado, a Casa Branca, através do seu porta-voz Gerald Warren, distribuiu ontem um firme desmentido às alegações de John Dean de que o presidente teria participado na tentativa de encobrimento do escândalo.

Essa declaração — que foi a mais categórica até agora feita pela Casa Branca, não satisfez porém completamente os críticos. Alguns sublinham que os termos em que está concebida representam uma habilidade legalística, pois não nega explicitamente o ponto que, segundo a Imprensa, Dean teria focado: o de que o presidente teve conhecimento da tentativa de encobrimento.

Warren salientou porém que o presidente Nixon já respondeu a esse ponto no seu discurso feito pela televisão na semana passada.

O nome de John Dean, antigo conselheiro jurídico da Casa Branca, não foi mencionado no desmentido transmitido por Warren aos jornalistas em nome do presidente, mas o simples facto de Nixon se ter sentido obrigado a fazer esse desmentido é interpretado como o reconhecimento da ameaça que Dean representa para a sua posição, numa altura em que o escândalo reduziu o seu prestígio público.

John Dean procura salvar-se da prisão oferecendo-se para dizer tudo o que sabe sobre o caso, a troco de imunidade judicial, mas segundo fontes bem informadas disseram à CBS, o procurador Earl Silbert recusou essa imunidade e pensa convocá-lo a depor perante o juri federal de instrução, que decidirá quais os implicados no caso que devem responder em tribunal.

Por outro lado, a comissão senatorial que investiga o escândalo poderá esta semana propor que seja concedida a imunidade a Dean, mas qualquer decisão nesse sentido terá de ser aprovada pelo secjtário da Justiça.

Silbert parece decidido a obter primeiro a condenação dos responsáveis pela espionagem em Watergate e só depois propor uma redução da sentença com base nas informações por eles prestadas ao tribunal.

Pelo menos 17 indivíduos que são ou foram colaboradores da Casa Branca estão abrangidos pela investigação e todos eles procuram encontrar a melhor maneira de se livrarem de uma pesada sentença.

A comissão do Senado já concordou em conceder imunidade a Jeb Magruder e Gordon Liddy, dois destacados elementos da campanha eleitoral republicana, e por seu turno o juiz John Sirica, que presidiu ao julgamento dos sete arrombadores, concedeu imunidade a Howard Hunt quanto a futuras incriminações, abrindo assim a perspectiva dessa figura chave vir a fazer revelações importantes nas audiências públicas da comissão senatorial.

Hunt tem sido a principal fonte de revelações sensacionais nos últimos dias, implicando altos funcionários da Casa Branca e da CIA no seu arrombamento do consultório de um psiquiatra, onde procurava elementos sobre Daniel Ellsberg, um dos acusados de divulgação dos documentos secretos do Pentágono.

No seu último depoimento perante o juri federal, Hunt revelou ainda que o conselheiro especial da Casa Branca Charles Colson lhe ordenou que falsificasse telegramas da Secretaria de Estado de modo a parecer que o Governo do presidente Kennedy tinha ordenado o assassínio do presidente Diem do Vietname do Sul, em 1963.

Colson, por seu turno, publicou um desmentido ontem, dizendo que Hunt, possivelmente, compreendeu mal uma conversa que ambos tiveram sobre o assunto.

Entretanto, Elliot Richardson, o novo secretário da Justiça, continua a procurar uma individualidade que reuna as condições necessárias para o cargo de investigador-mor. A escolha do homem mais indicado para tão delicada função poderá demorar ainda algum tempo pois, além de ser independente da administração, esse investigador terá de possuir uma integridade a toda a prova e reconhecida competência profissional como jurista.

Ontem à noite, pouco depois do presidente Nixon regressar a Washington, recebeu a visita de John Connally, que recentemente anunciou que abandonava o Partido Democrático para aderir ao Partido Republicano. Os dois homens passaram mais de duas horas em conferência e julga-se que Connally poderá ser escolhido para assumir temporariamente um cargo na administração, a fim de ajudar a preencher as lacunas abertas pelas demissões relacionadas com o caso Watergate.

Círculos oficiais dizem por outro lado que o presidente continua preocupado com as indicações quase diárias de que a sua credibilidade como dirigente nacional se encontra em jogo.

No entanto, não há por enquanto qualquer indicação de que a crise esteja a afectar as suas possibilidades de negociar eventuais acordos com o bloco soviético e Henry Kissinger encontra-se em Moscovo a preparar a conferência cimeira entre Nixon e Brejnev prevista para Washington no próximo mês.

O presidente perdeu crédito

WASHINGTON, 8 (R) A maior parte dos americanos pensa que será difícil ao presidente Nixon governar eficazmente no futuro em consequência do caso Watergate revela um inquérito à opinião pública.

O inquérito efectuado pela organização Louis Harris e publicado pelo jornal «Washington Post» diz que 54 por cento das pessoas entrevistadas estão convencidas de que, em consequência do escândalo que atingiu a Casa Branca, «o presidente perdeu tanto crédito que será difícil para ele voltar a governar novamente com eficácia». Trinta e sete por cento das pessoas consultadas não concordaram porém com esta opinião.

Apesar disso, só 13 por cento dos americanos pensam que o presidente se devia demitir e 77 por cento manifestaram-se a favor da sua continuação na Casa Branca.

Aviões libaneses ao ataque

DAMASCO, 8 (UPI/ANI) — Caças a jacto libaneses atacaram campos de refugiados palestinianos na periferia sul de Beirute — anunciou, em Damasco, um informador dos guerrilheiros.

O ataque aéreo — acrescentou — seguiu-se a bombardeamentos efectuados pela artilharia libanesa durante a noite.

Entretanto, num comunicado hoje difundido em Beirute, os guerrilheiros palestinianos atribuem ao Exército libanês a responsabilidade pelos incidentes verificados ontem à noite na capital do Líbano e nos arredores.

O Exército libanês ao abrigo do estado de emergência, determinou, por seu lado, a proibição de divulgar notícias referentes aos recontros com guerrilheiros palestinianos.

Por outro lado, o jornal «An Nahar», citando informações colhidas em círculos particulares, anuncia que o primeiro-ministro Amin Hafez, que apresentou já a sua demissão, contactou telefonicamente com o dirigente palestiniano, Yasser Arafat, sobre a presença de elementos estrangeiros que pretendem incitar à luta.

O jornal acrescenta que pouco depois do recomeço dos recontros o ministro sírio dos Negócios Estrangeiros, Abdel Halim Khaddam, telefonou ao presidente Suleiman Franjie perguntando-lhe as razões do súbito agravamento da situação.

PLANO DE LIQUIDAÇÃO

HAVANA, 8 (EFE/ANI) — Os últimos combates entre os «feddayin» e o Exército libanês constituiram «um estudo do equilíbrio de forças» com o objectivo de liquidar a resistência palestiniana de acordo com o plano de Israel e dos Estados Unidos — declarou o secretário da Frente Popular Democrática de Libertação da Palestina, Nayef Hawatme, em entrevista concedida em Beirute e publicada no diário «Granma», órgão do Partido Comunista Cubano.

Nayef Hawatme salientou ainda que «a experiência dos últimos acontecimentos levará a resistência palestiniana a consolidar-se política, militar e organicamente a fim de impedir qualquer tentativa da reacção libanesa para a liquidar».

CALEIDOSCÓPIO

ANIVERSÁRIO DE PASTEUR — A França comemorou ontem o 150.º aniversário do nascimento de Louis Pasteur, o grande pioneiro das pesquisas médicas, cujas descobertas incluíram uma vacina contra a raiva e a pasteurização do leite. Uma cerimónia, a que assistiu o presidente Georges Pompidou e que se realizou na Academia Francesa, registou-se numa altura em que o famoso instituto de pesquisas que tem o nome do sábio se encontra em dificuldades financeiras. Deverá começar em breve uma campanha em França para angariar donativos públicos destinados a ajudar o Instituto Pasteur, cuja descoberta recente mais notável foi uma vacina contra a gripe, a liquidar a sua anunciada dívida de 10 milhões de francos (cerca de 65 000 contos) e a construír uma nova biblioteca e um centro de imunologia. (r).

VAGA DE CALOR — O balanço trágico em consequência de uma vaga de calor que assola as planícies, varridas pela areia, do centro e do norte da Índia aumentou hoje para cerca de 40 mortos quando a temperatura continuou a subir, segundo revelam telegramas de agências noticiosas locais provenientes de vários centros. (R).

BOMBARDEAMENTOS NO CAMBOJA O Governo norte-americano não suspenderá os bombardeamentos no Camboja quer o Congresso aprove ou não a transferência de um fundo de quinhentos milhões de dólares destinado a cobrir os crescentes gastos com a guerra, e outras operações — declarou o secretário da Defesa, Elliot Richardson, a uma comissão do Senado. Richardson acrescentou que o presidente Nixon sente que os bombardeamentos no Camboja são de tal prioridade que está disposto a sacrificar outras necessidades militares se o Congresso se recusar a aprovar a transferência. (UPI e ANI).

«Mirage» abatido

DAMASCO, 8 (F. P.) — Um avião «Mirage» libanês foi abatido pela milícia palestiniana — anuncia a agência síria «Sana» citando a Voz da Palestina. A agência acrescenta que o «Mirage» caiu no mar.

Chefe de governo durante 20 dias

PARIS, 8 (FP) — Amin Hafez, que acaba de demitir-se do cargo de primeiro-ministro libanês, tinha sido nomeado em 18 de Abril findo, depois do «raid» israelita em Beirute. Pertence à Frente Democrática Parlamentar de Rachid Karame, partido nacionalista árabe moderado.

Nascido em Tripoli em 1926, Amin Hafez fez os seus estudos primários em Jerusalém, onde conheceu numerosos palestinianos com os quais nunca perdeu o contacto.

Doutor em ciências económicas, diplomado pela Academia Internacional de Haia, é professor na Universidade libanesa.

Muito alto, elegante, Amin Hafez faz parte dessa geração de intelectuais árabes profundamente marcados pelo probelma palestiniano. A primeira tarefa que se tinha atribuído era resolver os diferendos entre o Líbano e a resistência palestiniana.

Deputado por Tripoli, presidia há cinco anos, com diplomacia, à Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros.

Hafez é casado com Leilá Osseiran, poetiza de expressão árabe, cujas obras, a partir de 1967, passaram a ser consagradas á Palestina.

Foi hoje inaugurada em Paris a maior exposição de arte chinesa jamais apresentada fora da China. Entre as 374 peças expostas contam-se um crânio que data de 600 000 anos antes de Cristo e a «estrela» da colecção — um trajo fúnebre de jade, pertencente a uma princesa que viveu há dois mil anos. A telefoto mostra um grupo de visitantes observando esse trajo, que foi descoberto há apenas cinco anos nos arredoras de Pequim. (UPI/Telimprensa/«DL»)

MINIS-OBUS NUCLEAR PARA A NATO

LONDRES, 8 (F.P.) Escreve um especialista do «Times» que os Estados Unidos vão fabricar um mini-obús nuclear que, dentro de três a cinco anos, equipará as unidades terrestres da NATO na Europa Ocidental.

Ao que parece, este engenho possuirá enorme precisão, sendo a sua potência inferior a cinquenta toneladas.

O Ministério da Defesa britânico recebeu sem surpresa este artigo do «Times», salientando que «as ideias nele contidas» estão a ser estudadas pela NATO há já algum tempo. De fonte competente acentua-se que o principal interesse desta arma parece ser o baixo nível de radiações que quase a torna «limpa».

No entanto, já foram vários os responsáveis militares europeus que afirmaram opor-se à utilização de tal armamento pelas unidades europeias da NATO. Esses dirigentes consideram as armas tácticas não como «armas de combate» mas como «o traço de união» entre as forças convencionais e as forças estratégicas americanas. A introdução destes mini-obuses nucleares enfraqueceria tal «ligação» pois, desse modo, a arma nuclear passaria a ser «uma arma como as outras».

ESQUENTADORES franceses
E.L.M.
água quente barata!
Agora com DISPROGAZ
(patenteado)

Lopez Bravo em Londres

LONDRES, 8 (R.) O ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, Gregório Lopez Bravo, chega hoje de avião a esta capital, para dois dias de conversações com ministros britânicos sobre a disputa de Gibraltar, questões de economia e de segurança europeias e outros assuntos internacionais importantes.

Lopez Bravo deverá chegar num avião especial e iniciar logo conversações com o seu homólogo britânico, «sir» Douglas-Home. Será depois recebido em audiência pelo primeiro-ministro Edward Heath e, em seguida, convidado de honra de um banquete oferecido por «sir» Alec.

Será a quarta série de conversações entre os dois ministros dos Negócios Estrangeiros desde que concordaram em «pensar juntos» acerca das relações anglo-espanholas e especialmente sobre Gibraltar quando se encontraram em Setembro de 1971 em Nova Iorque durante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Avistaram-se pela última vez em Madrid, em Novembro.

Amanhã, Lopez Bravo efectuará conversações separadas com o ministro britânico da Defesa, «lord» Carrington, e John Davies, o ministro de Sua Majestade para questões relacionadas especialmente com o Mercado Comum Europeu.

O ministro espanhol deverá regressar de avião a Madrid na quinta-feira, de manhã.

FALTA COMBUSTÍVEL NOS E.U.A.

NEW YORK, 8 (ANI) Adensou-se a sombra negra da ruína que tem pairado sobre os muitos milhares de distribuidores e donos de postos de abastecimento de gasolina independentes, a quem falta a base da sua actividade — o combustível. Para tentar salvá-los, saíram a terreiro 15 senadores, tendo à frente o democrata Philip A. Hart, os quais pediram ao presidente Nixon que obrigasse as grandes companhias petrolíferas a fornecer o produto aos 40.000 revendedores independentes espalhados pelos Estados Unidos nas mesmas condições que aos seus próprios. No Senado, aguardam seguimento dois projectos de lei neste sentido.

O senador Hart afirmou que muitas centenas de estações de serviço independentes já fecharam e acentuou que, além de distribuírem pelo menos um quinto do combustível para motores e aquecimento, os independentes contribuem para travar a inflação, dado que, normalmente, vendem a preços algo inferiores aos praticados pelos revendedores das companhias.

Aumentou o número de companhias que estão a racionar em larga escala os seus fornecimentos de combustíveis e uma delas anunciou que estava a fretar dois super-petroleiros de 265.000 toneladas para importar mais petróleo em bruto e produtos refinados.

CAMISAS
POR MEDIDA
O seu género a seu gosto
Hirondelle
R. Pedro Nunes, 39
(Ao - SALDANHA)

O Parlamento europeu debaterá as relações EUA - Mercado Comum

ESTRASBURGO, 8 (R.) Membros do Parlamento do Mercado Comum discutirão hoje a difícil e controversa questão das futuras relações entre os Estados Unidos e a Comunidade Económica Europeia.

Os parlamentares debaterão o problema numa sessão que se espera observe algumas girândolas verbais de elementos da esquerda e comunistas, após dirigentes dos principais agrupamentos políticos apresentarem uma solução acolhendo com agrado o apelo do presidente Nixon, feito por intermédio do dr. Henry Kissinger, seu conselheiro sobre política externa, para uma nova Carta do Atlântico.

O comissário do Mercado Comum responsável pelas questões externas «sir» Christopher Soames, discursará no debate, mas é improvável que a moção seja votada até amanhã, após uma conferência entre parlamentares e uma delegação muito influente do Congresso dos Estados Unidos.

Os parlamentares, que vêm das legislaturas nacionais dos noves países do Euromercado, inauguraram a noite passada a sua sessão de Maio, de cinco dias.

Aprovaram por unanimidade uma resolução de todos os partidos pedindo às autoridades da CEE para fazerem tudo o que for possível para aumentar o auxílio a países africanos sofrendo de estiagem.

O tremendo problema de conseguir fornecimentos de energia para a CEE, o maior bloco comercial do mundo, será, também, discutido hoje, após ser apresentada uma série de relatórios.

O comissário encarregado da política da CEE quanto à energia, Henri Simonet, deve fazer, segundo se espera, uma comunicação sobre a opinião da comissão, com sede em Bruxelas, que é responsável pela administração quotidiana da Comunidade.

As actividades do dia começarão com uma hora de interrogatório parlamentar, durante o qual se aguarda que a comissão seja atacada pela sua discutida decisão de vender a um preço reduzidíssimo para a União Soviética a manteiga em excesso da CEE.

Dois deputados, o liberal alemão Martin Bengemann e o conservador britânico James Scott Horpkins formularão perguntas sobre o caso.

Um número de perguntas sobre vários outros assuntos será, também, apresentado ao Conselho de Ministros, o organismo que toma as decisões na CEE.

Deverá responder a essas perguntas o actual presidente do Conselho, o ministro belga dos Negócios Estrangeiros, Renaat Van Elslande.

SINERTE — Sociedade de Exploração de Pedreiras, SARL

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os escassos quatro meses de actividade da Sociedade, mostraram a necessidade imperiosa de se rever a situação financeira da empresa, de modo a conseguir-se um volume de proveitos que cubra com razoável margem as despesas correntes, e as obrigações inerentes à aquisição de material e máquinas. Por este facto já se iniciaram várias sondagens no sentido da aquisição de uma padreira localizada na zona de Loures-Odivelas, o que iria aumentar a capacidade produtiva da Empresa. O prejuízo apresentado de quatrocentos e vinte e um mil quatrocentos e trinta e oito escudos e trinta centavos (421 438$30) é o preço a pagar pelo «arranque» de uma empresa, num mercado onde é grande a concorrência, e sobretudo pelo mau período do ano em que ele se deu O Inverno . O esforço administrativo terá de ser orientado numa estabilização da situação no sentido de reduzir os custos fixos, tentar aumentar o ritmo da produção da única pedreira que se possui, e tentar-se um alargamento a outra pedreira de modo a triplicar-se o volume das vendas. Para tal será necessário um investimento adicional, que terá um montante dependente da dimensão da pedreira que se conseguir comprar. E nada mais havendo a tratar, se encerra a reunião do Conselho de Administração, feita aos 28 dias de Fevereiro de 1973, na sede Social, Lisboa, Rua Virginia Vitorino, n.º 13-7.º, Esquerdo.

OS ADMINISTRADORES

O Presidente - **Dr. Alberto Monteiro**
Dr. Joaquim Fernando Virgílio Ferreira
Dr. Joaquim Manuel Godinho Cid

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972

ACTIVO

DISPONÍVEL		
Bancos	134 567$70	134 567$70
REALIZÁVEL		
Clientes	168 164$20	
Depósitos de Garantia	50 380$00	
Gastos Antecipados	4 500$00	223 044$20
IMOBILIZADO		
Gastos Iniciais e Plurianais	10 982$30	
Trespasse	450 000$00	
Móveis e Utensílios	1 908$00	
Instalações e Obras de Adaptação	210 343$00	
Maquinaria Pesada	2 665 000$00	
Viaturas	100 000$00	3 438 044$20
		3 795 845$20
VALORES EXTRA PATRIMONIAIS		
Letras Descontadas		550 000$00

PASSIVO

EXIGÍVEL		
Fornecedores	3 054 394$50	
Letras a Pagar	573 446$50	
Encargos a Liquidar	96 250$50	724 091$50
SITUAÇÃO LÍQUIDA		
INICIAL		
Capital		500 000$00
ADQUIRIDA		
Perdas e Lucros		— 428 246$30
		3 795 845$20
VALORES EXTRA PATRIMONIAIS		
Credores por Letras Descontadas		550 000$00

O Balanço foi aprovado em Assembleia Geral de 29 de Março de 1973 e consta do respectivo livro que se encontra assinado por todos os accionistas.

O TÉCNICO DE CONTAS
Belmiro de Jesus Claro

OS ADMINISTRADORES

O Presidente — **Dr. Alberto Monteiro**
Dr. Joaquim Fernando Virgílio Ferreira
Dr. Joaquim Manuel Godinho Cid

CONTA DE PERDAS E LUCROS EM 31-12-72

DÉBITO

CUSTO DAS VENDAS	
Compras	13 327$50
Gastos com Pessoal	277 939$00
Serv. e Fornec. de Terceiros	209 235$20
Gastos Financeiros	20 613$30
Outros Gastos de Gestão	33 861$90
	554 976$90

CRÉDITO

VENDAS DE INERTES	126 730$60
Saldo para 1973	428 246$30
	554 976$90

O TÉCNICO DE CONTAS
Belmiro de Jesus Claro

OS ADMINISTRADORES

O Presidente - **Dr. Alberto Monteiro**
Dr. Joaquim Fernando Virgílio Ferreira
Dr. Joaquim Manuel Godinho Cid

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Senhores Accionistas:

Nos termos dos Estatutos e da Lei temos a honra de apresentar a V. Ex.as o nosso relatório sobre as contas do exercício de 1972:

No decorrer do ano procedemos às verificações e exame dos documentos, conforme a lei prescreve, tendo-nos certificado da correcta classificação e documentação das receitas e despesas.

A contabilidade, o balanço, a conta de ganhos e perdas ou de resultados e o relatório apresentado pela Administração satisfazem plenamente as disposições legais e estatutárias.

O critério valorimétrico adoptado pela Administração está de conformidade com o estabelecido pela lei e é o que melhor serve os interesses da empresa.

Em face do exposto é parecer deste Conselho:

a) Que aproveis o balanço, a conta de resultados e o relatório do Conselho de Administração.
b) Que aproveis as deliberações que a Administração tomou sobre a aplicação de resultados do exercício.
c) Que louveis não só o Conselho de Administração, pela boa gerência dos negócios sociais, mas também o pessoal pelas diligências postas no desempenho das suas funções.

Lisboa, 15 de Março de 1973.

O CONSELHO FISCAL

O Presidente — **Rui Jorge de Aguiar Santos Paiva**
João Medina Monteiro
Victor Manuel Simões (Técnico de Contas)

POESIA CONCRETA NO INSTITUTO ALEMÃO

«Eu prefiro um bacalhau a todos os poetas concretistas. O bacalhau é solidário, comum, popular e ainda tem uma espinha que aguenta todas as dentadas da crítica. Ao contrário daquilo de que comecei a falar.»

Não. Isto não se disse ontem, nas duas comunicações que se proferiram no acto inaugural da Exposição de Poesia Concreta, que até ao fim do mês estará patente no Instituto Alemão: a primeira de E. M. de Melo e Castro (**Poesia Concreta e Arte Radiofónica**) e a segunda de Hansjörg Schmitthenner. Não se disse, mas talvez fosse bom que se dissesse. Porque a acrobacia de E. M. de Melo e Castro não bastou para salvar a face da sua representação. Nem mesmo ajudado por Hansjörg. Nem mesmo com a pouca desfaçatez dos intelectuais da nossa terra ali presentes — alguns muito, muito conhecidos — que ao que parece não tinham feito o «treino» necessário para o enfrentamento. Ou preferiram, porque era dia de festa, não entrar em duras liças. Daí resultou ter o autor Melo e Castro saído airosamente do campo, de cabeça erguida como mandam as regras, mas isto certamente porque não teve tempo de fazer exame de consciência. Ao fim e ao cabo, se olharmos bem, sendo o concretismo um modo de dizer tartamudo, não admira que os seus defensores gaguejem. E, talvez por complexo, fecham-se na concha, rodopiam sobre si e sobre si mesmos adormecem. Inocentemente.

Explicaremos ainda que a iniciativa desta Exposição pertence ao Goethe Institut, de Munique, inserindo-se numas quantas manifestações a que se tem dado grande relevo de há uns tempos a esta parte, o que é de admirar numa cidade acéfala. No entanto, amanhã, à mesma hora, teremos mais. Outra sessão e outra oportunidade para o concretismo se mostrar tal qual é. Só é pena que falte lá o nosso amigo pintor com o seu bacalhau. Sempre ajudava.

J. DA S.

PROJECTISTAS CONSULTORES E AS OPORTUNIDADES PARA ESTES

Durante a sessão inaugural do I Congresso Nacional de Projectistas e Consultores, presidido pelo ministro de Estado para o Planeamento Económica, dr. Mota Campos, este afirmou:

«A minha presença neste acto tem um duplo significado: por um lado, pretendo corresponder ao vosso desejo — o que faço gostosamente — de assinalar com adequada solenidade o início dos vossos trabalhos; a par disso, pretendo manifestar-vos claramente o real interesse do Governo por uma iniciativa valiosa, que é legítimo considerar promissora de resultados positivos para o País e para a prestimosa classe profissional que constituis.»

E acentuou, logo a seguir:

«Considero, por isso, do maior interesse as questões que vos preocupam e para as quais viestes aqui tentar, em conjunto, encontrar soluções pertinentes — donde resulta que não se estranhará o meu cuidado em vos transmitir algumas breves reflexões, cujo mérito será, apenas, o de instituir a atenção com que vou seguir os vossos trabalhos.

O generalizado anseio de progresso que empolga a cominidade nacional está a ter — e terá no futuro, cada vez mais — expressão concreta em equipamentos económicos e sociais, ao serviço das actividades produtivas e da população em geral.»

No prosseguimento da sua exposição, o ministro de Estado invocou os benefícios do IV Plano de Fomento declarando nomeadamente que «os investimentos a fazer ao País ao longo dos seis anos da execução do Plano, necessários para se atingir a taxa de crescimento de 7,5 por cento, que ficou fixada como meta mínima a atingir até ao fim da década, são da ordem dos 480 milhões de contos — 80 milhões de contos por ano, mais de 6,5 por mês e cerca de 300 mil contos em cada dia útil desses próximos seis anos.»

Para logo acrescentar: «Imaginais, tão bem ou melhor do que eu, o que aí vai de possibilidades, dia a dia renovadas, de aplicação da vossa capacidade, altamente qualificada, para servir Portugal — porque sabeis como verbas daquele volume se vão exprimir em estradas e pontes, em portos e aeroportos, em escolas e hospitais, em barragens e obras de rega, em trabalhos de electrificação e abastecimento de águas, em infra-estruturas urbanas e casas de habitação, em fábricas e outras instalações ao serviço da indústria, do comércio, dos serviços — isto é, em equipamentos económicos e sociais diversos que pretendemos por ao serviço dos Portugueses.

Todos, e cada um dos empreendimentos previsots hão-de ser estudados e justificados em termos de viabilidade técnica e económica e executados e partir de projectos exaustivamente meditados por especialistas com diversificadas qualificações profissionais.

Abrem-se, pois, projectistas e consultores portugueses oportunidades sem conta de mostrarem quanto valem — de se realizarem profissionalmente e de contribuírem com o seu trabalho altamente qualificado para o progresso de Portugal e para a valorização do povo pirtuguês, de que vimos e a que pertencemos».

Hoje, entre os 425 profissionais inscritos, serão debatidos os seguintes temas:

—«Situação actual da actividade de projectista e consultor», «A qualificação e a comprovação da idoneidade. Os sistemas de concurso e os critérios de adjudicação e «Responsabilidade dos projectistas e consultores e o seu seguro».

SENHORA

Com conhecimentos decoração e bom nível cultura geral. Boa apresentação. Pretende colaborar em «atelier» decoração ou empresa imobiliária. Resposta a este jornal ao n. 796.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Diogo Abreu Fragoso Amado. Café Restaurante «Monte Alentejo» MONTEMOR-O-NOVO

MORADIAS VENDEM-SE NA ZONA DE CASCAIS

ÓPTIMAS MORADIAS COM 5, 7 e 9 ASS., EM LOCAL DE GRANDE VALORIZAÇÃO E LINDA VISTA.

PREÇOS: DESDE 650 CONTOS

TRATA: **BARAONA & BARAONA, LDA.**

Mediador Oficial

AV.ª VALBOM, 28 - 1.º

Telef. 280749 — CASCAIS

FAI • 73 A II Feira de Avicultura Industrial será inaugurada amanhã em TOMAR

DL/NACIONAL

Música medieval na Gulbenkian

O agrupamento vocal-instrumental inglês «Música Reservata», especializado na interpretação de música antiga, vai apresentar-se no Auditório Dois da Fundação Gulbenkian, em três concertos que se realizam amanhã, quarta e quinta-feira às 18 e 30. O primeiro destes concertos é preenchido com música da Borgonha do século XV (obras de Binchois, Dunstable, Ockeghem, Dufay, Josquin des Prés, etc.). O segundo é dedicado à música ibérica do século XVI, e o último à música francesa e inglesa dos séculos XIII a XV.

«Música Reservata» foi fundada em Londres por Michael Morrow, em conjunto com o cravista John Beckett e o flautista John Sothcott. Em 1960, o conjunto, que compreendia então dois cantores e oito instrumentistas, deu o seu primeiro concerto, com música dos séculos XIV a XV. «Música Reservata» foi alargando pouco a pouco os seus quadros, à medida que surgiram outros executantes preparados para se dedicarem à prática de estilos antigos exigindo técnicas vocais e instrumentos em muitos casos radicalmente diversas das que são em geral ensinadas no século XX.

«Música Reservata» tem-se dedicado profundamente à investigação e a reviver estes estilos de interpretação, na convicção de que só assim se pode servir a música de qualquer período, fazendo-a soar em toda a sua vitalidade.

Apesar de requerer muitas vezes um largo número de executantes — como nas obras de muitos compositores do século XVI e princípios do século XVII — os membros da «Música Reservata» mantiveram uma unidade estilística que se revelou essencial. As afinidades musicais e unanimidade de objectivos entre Michael Morrow — responsável pela investigação e pelas decisões sobre a prática vogal e instrumental — e John Beckett — que dirige os concertos — têm sido largamente responsáveis pela concretização e impulso desta consistência estilística.

Há petiscos na Feira de Agualva

Está a decorrer a Feira de Agualva (Cacém), que foi inaugurada no sábado com a presença de autoridades concelhias. Nos dias que deram início a esta tradicional festa duma importante zona suburbana, já houve festa da rija. No entanto, os próximos dias prometem: existem ali, em tendas de lona ou lata, os mais diversos petiscos que podem fazer as noites loucas de qualquer gastrónomo desiludido dos restaurantes lisboetas.

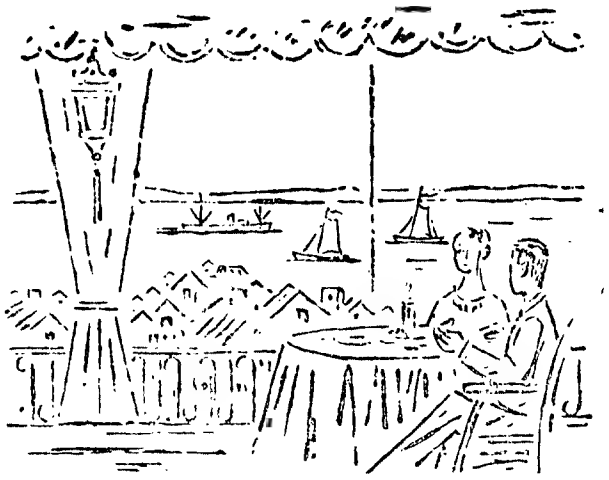
ONASSIS REGRESSA A MONTE CARLO

MONACO, 8 (ANI) — Depois de uma ausência de onze anos, o armador grego Aristóteles Onassis, voltou hoje ao principado do Mónaco não por motivo de negócios mas por razões sentimentais.

Segundo círculos geralmente bem informados veio para recolher pessoalmente os objectos que pertenceram ao seu filho Alexandre, cuja morte o afectou grandemente, e fechar a casa que este tinha em Monte Carlo.

GRIFO
BREVEMENTE

Restaurante
Varanda do Chanceler



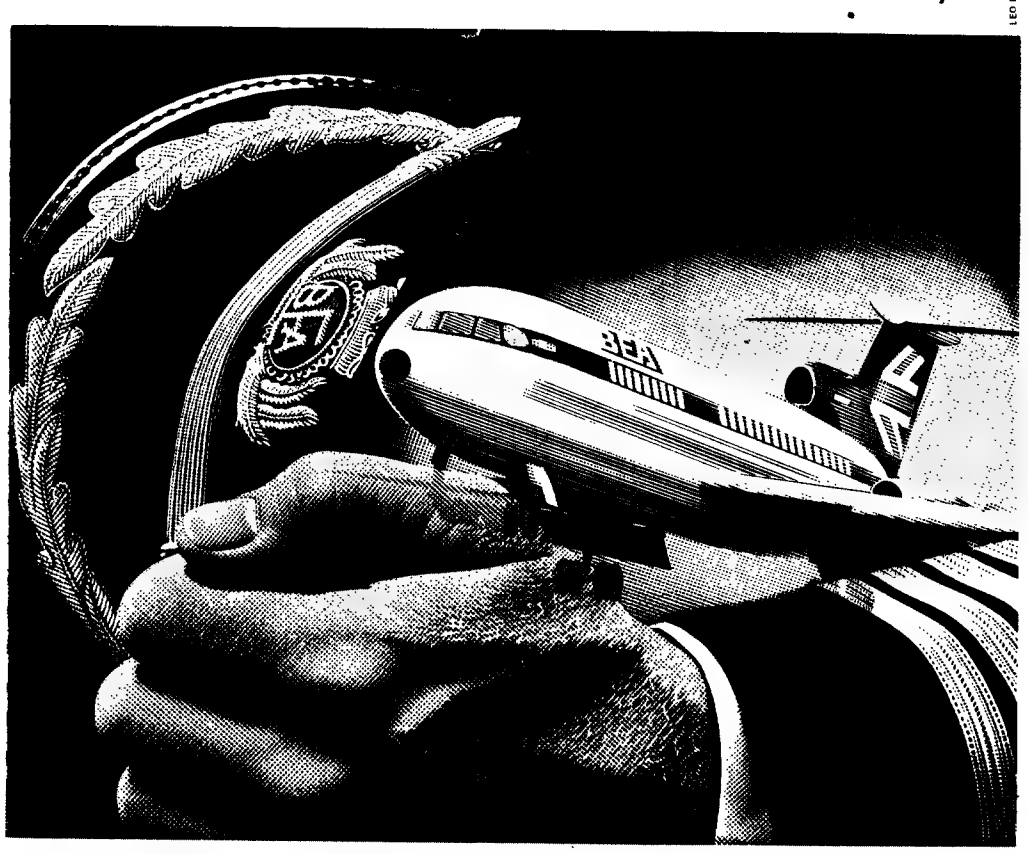
HOJE SALA RESERVADA AO JANTAR
Largo do Chanceler, 1-Alfama-LISBOA
TELEF. 86 62 86
Encerrado ao Domingo

A BEA
vai mais longe que Londres
(e parte diáriamente de Lisboa ás 14,05)

Sabemos o que o tempo significa para si. Por isso partimos agora de Lisboa às 14,05. Por isso o levamos a Londres em apenas duas horas e vinte minutos. E aí você está no centro de irradiação dos voos BEA para mais de 80 cidades da Europa, a uma hora óptima para apanhar qualquer voo de ligação. Ou para ver Londres e partir no dia seguinte. E, se o seu destino é a Escandinávia, poderá parar em Londres sem aumento no preço do seu bilhete.

A BEA proporciona-lhe ainda mais de 1000 voos semanais dentro de Inglaterra. E um dos melhores serviços de bordo do mundo. Consulte o seu Agente de Viagens. **O Comandante deseja-lhe um voo agradável.**

BEA
British Airways



LEO BURNETT

AINDA MELHOR QUE CHUVA
REGA POR ASPERSÃO
TAMBÉM COM EQUIPAMENTO ESPECIAL PARA:
COMBATE À GEADA • REGA DE JARDINS, CAMPOS DE GOLF E OUTROS CAMPOS DESPORTIVOS • ADUBAÇÕES LÍQUIDAS • TRATAMENTOS FITOSSANITÁRIOS • REFRIGERAÇÃO DE COBERTURAS • ACELERAÇÃO DE FERMENTAÇÃO DE ESTRUMES • PRÉ-LAVAGEM DOS ÚBERES DAS VACAS
J.J.GONÇALVES, SUCRS.C.I. S.A.R.L.
ao serviço da lavoura
PROJECTA • ORÇAMENTA • EXECUTA
SOLICITE-NOS INFORMAÇÃO COMPLETA
AZINHAGA DOS LAMEIROS (ESTRADA DO PAÇO DO LUMIAR) — LISBOA-4 — TEL 794095/8
72RA-09

O CASO DA HERANÇA SOMMER

Continuação da pág. 13

mentares e de actos reveladores de qualquer vontade — que fazia maquinalmente o que lhe mandavam e pouco mais; Afonso Sommer, um louco, que saía para a rua altas horas da madrugada em trajes menores, completamente dominado e manietado por sinistras figuras a soldo de António Champalimaud, perseguido por duas acções de interdição que lhe foram movidas por seu sobrinho Carlos Champalimaud, loucura esta — a de Afonso Sommer — que só irrompeu, curiosamente, a partir do momento em que deixou de ser agradável a seu sobrinho Carlos Champalimaud; as próprias irmãs de Henrique Sommer aqui foram retratadas pelo senhor Carlos Champalimaud como duas senhoras inteiramente desconhecedoras das realidades quotidianas da vida, incapazes de se aperceberem do alcance das cartas e documentos que firmaram, obedecendo maquinalmente às instruções do chefe tribal António Champalimaud; e até, os próprios queixosos, para fazerem vingar uma absurda tese acusatória contra seu irmão António Champalimaud, não hesitaram em rotular-se a eles próprios de imbecis, inconscientes e abúlicos, que assinavam, sem se aperceberem do seu conteúdo, todos os papéis que António Champalimaud lhes pusesse à frente, assinando até a sua própria pena de morte se o chefe tribal António Champalimaud assim o exigisse.

Isto é um aspecto caricatural mas é efectivamente aquele que corresponde às afirmações produzidas nestes autos por Carlos Champalimaud.

Enfim, quiseram os queixosos reduzir toda a sua família a um quadro ridículo de inconscientes e inúteis.

E queriam eles ser dignos de prosseguirem a obra de Henrique Sommer, senhores juízes!

É evidente que todo este retrato traçado pelos queixosos, não corresponde, felizmente para eles próprios, à realidade.

Fernando Sommer, mesmo já depois de ter sofrido uma grave doença que o tornou paralítico e afásico, foi considerado, em atestado pedido por sua mulher, aliada desde a primeira hora de Carlos Champalimaud — atestado subscrito pelo distintíssimo médico e prof. que é o sr. dr. Barahona Fernandes —, Fernando Sommer foi considerado, dizia, mesmo depois de hemiplégico, na posse de todas as suas faculdades, com capacidade para reger a sua pessoa e os seus bens.

Este atestado está nos autos, é um documento emitido por uma entidade altamente qualificada, e contra esse atestado nenhum outro meio de prova idóneo foi produzido que seja susceptível de contrariá-lo.

Não são pois, as confabulações do senhor Carlos Champalimaud que podem opôr-se a esta verdade documentada.

Afonso Sommer, soube toda a vida singrar nos seus negócios próprios, sem o apoio, nem adesão, nem sequer a colaboração de qualquer familiar, e nem por isso possuia à data de falecer uma avultada fortuna, que aliás muito cobiçada foi pelo sr. Carlos Champalimaud.

Não obstante, também Afonso Sommer foi perseguido por Carlos Champalimaud, vindo porém a reconhecer-se judicialmente que era uma pessoa psiquicamente normal e possuidora de todas as faculdades mentais.

Suas demais tias foram igualmente pessoas normais; e todos os demais familiares, incluindo os próprios pretensos ofendidos pessoas iguais às outras, com capacidade e actuação correntias.

CONFABULAÇÕES DELIRANTES

Assim, toda esta construção, desenvolvida pelo queixoso Carlos, e perfilhada pelos seus 2 manos Henrique e Maria Ana, toda esta absurdíssima e quase inapreensível construção, em que aparecem envolvidos conceitos obsoletos e ultrapassados — como os de tribo, tradições nos termos concebidos pelos assistentes, clãs, etc. — envolvidos com conceitos modernos, até de existência e concepção posteriores, à data em que António Champalimaud assumiu o lugar de administrador-delegado da Empresa de Cimentos de Leiria —, toda esta construção, repito, não podia ser rigorosamente por nós compreendida, se não fora o recurso à ciência psiquiátrica, e à valiosa colaboração que foi dada à compreensão do processo, pelos distintos psiquiatras, os professores catedráticos Barahona Fernandes e Nunes Vicente e o dr. José Niza Mendes.

Efectivamente, a eles se deve uma boa parte, a explicação, afinal simples, de um comportamento que não cabia nos quadros da normalidade: a anomalia psíquica de Carlos Champalimaud.

Hoje todos compreendemos, felizmente, que as construções concebidas por Carlos Champalimaud acerca das tradições e do modo de funcionamento da sua família, não passam de meras confabulações delirantes resultantes da sua doença.

Entretanto, isto que hoje ressalta com clareza do exame dos autos, do estudo conjunto dos 97 volumes que o integram — não obstou, mercê do clima criado contra António Champalimaud entre os anos de 1965 e 1968, que as absurdas teses defendidas por Carlos Champalimaud, embora mais morigeradamente, viessem a ter consagração na pronúncia, como não obstou a que Carlos Champalimaud as desenvolvesse, com o consequente reflexo jornalístico na opinião pública, durante toda a primeira fase deste julgamento.

Carlos Champalimaud desenvolveu na verdade uma actuação, que conduziu no ano de 1965, ao início daquela ingerência do poder executivo no poder judicial que eu produzi e defini na primeira fase das minhas alegações orais.

A crítica que expressei nos autos, a tal respeito, fazendo a exposição dos factos nos termos que resultavam do processo, com a crítica deste, na medida em que as influências exercidas desviaram os autos e o próprio julgamento do seu curso normal —, foi pura actividade profissional, traduziu-se tudo em exclusiva actividade profissional, mas com a independência de conduta e a liberdade de expressão que devem ser apanágio e constituem obrigação do advogado.

PALMA CARLOS RESPONDE A ALFREDO PIMENTA

Em interpretação que tenho por infeliz — infeliz na sua expressão e infeliz na oportunidade — em interpretação da minha actuação puramente profissional, permitiu-se o meu colega e amigo dr. Alfredo Pimenta, num momento em que estas minhas alegações estão ainda em curso, vir classificar publicamente as referências que produzi, e que produzi, repito, em actuação exclusivamente profissional, como uma «tarefa política de iconoclasta».

Fê-lo em carta endereçada ao semanário «Expresso» e que este publicou no seu número de anteontem, dia 5 de Maio.

Se ao escrever a carta e ao endereçá-la para publicação ao referido jornal, do qual aliás sou um dos primeiros assinantes, se ao escrever e endereçar tal carta, o dr. Alfredo Pimenta visou o desencadeamento contra mim de qualquer tipo de reacção, eu devo lembrar-lhe que melhor faria se reclamasse, sim, aos poderes do Estado, a efectivação do inquérito que se imporia, sobre as actividades que eu publicitei, e que desviaram na verdade a acção da justiça do seu curso normal e legal.

Mas as afirmações do dr. Alfredo Pimenta merecem, e justificam, uma outra observação minha, — e essa recai já sobre o campo da actividade profissional e sobre o entendimento diverso que necessariamente temos, quer sobre a forma de cada um cumprir os seus deveres profissionais, quer sobre a posição da magistratura judicial, em relação à magistratura do Ministério Público.

Parece que entende o dr. Alfredo Pimenta, que a circunstância de um agente do Ministério Público assumir num processo uma determinada posição, vincula obrigatoriamente os juízes da causa, à posição que o Ministério Público assumir.

Parece entender o dr. Alfredo Pimenta, por outro lado, que uma vez que um agente do Ministério Público reconheça dever ser julgado improcedente a acusação contra um qualquer réu, se torna inútil a acção subsequente do advogado.

Em seu entender, portanto, a posição do advogado é subalterna e secundária em relação ao Ministério Público, não são partes num processo em posições de igualdade; e o facto de o advogado criticar a organização do processo, as influências estranhas que o orientam, transmutam a sua actividade, de uma acção profissional para uma acção política.

É evidente que os meus conceitos de advocacia não estão de acordo nem conformes a essa posição profissional do sr. dr. Alfredo Pimenta, como aliás as nossas posições pessoais, mentais e políticas — às quais o processo é estranho — não são necessariamente coincidentes.

Fechado este parêntesis, retornarei ao ponto de que me vinha ocupando.

NEM TRIBO NEM CHEFE

Leu então o dr. Palma Carlos vários artigos da pronúncia, referentes ao primeiro elemento do crime que foi atribuído a António Champalimaud, e nos quais em resumo se afirma que Henrique Araújo de Sommer foi até à sua morte o chefe indiscutido e indiscutível do seu agregado familiar, posição que foi «herdada» por António Champalimaud, em virtude de este ser o primogénito da família; nos termos da pronúncia, teria sido precisamente porque António Champalinaud era o «chefe da família», que todos os seus parentes lhe entregaram uma confiança cega e absoluta, ao ponto de ignorarem os bens deixados por Henrique Sommer, na medida em que teria sido António Champalimaud que passou a administrar todos esses bens, inclusive as acções da Empresa de Cimentos de Leiria que aquele havia deixado.

Após ter exposto a tese da pronúncia, passou o dr. Palma Carlos à sua refutação, ponto por ponto:

O artificionalismo desta construção é evidente: o seu alicerçamento na tese que os assistentes procuravam impor em julgamento, é também evidente.

O julgamento, entretanto, para além mesmo de ter evidenciado o absurdo e o abstruso da tese, destroçou-a nos mais ínfimos pormenores.

Henrique Sommer nunca foi o chefe de tribo, que a pronúncia pretendeu retratar, e que os assistentes procuraram convencer.

Foi um homem normal, dentro de uma família normal, tendo os seus interesse próprios à margem dos interesse próprios dos seus familiares, embora tivessem também, alguns deles, interesses comuns — Como aliás sucede frequentemente quando familiares se aliam dentro de sociedades.

Nas sociedades em que eram todos sócios — todos ou alguns deles — havia na verdade interesses comuns, administrados por um ou por outro, consoante aquele que detivesse ou fosse investido, nas posições de administração da respectiva empresa.

Mas nessa posição de administração, estava na posição de qualquer administrador de qualquer sociedade, sendo nela mantido, ou sendo dela destituído em função dos únicos factores que condicionam o comando de todas as sociedades: a força da comparticipação do capital; o mérito da sua administração.

Nunca, na família Sommer, se verificou a unidade de orientação de interesses, nos termos definidos na pronúncia.

Quando foi criada a 1.ª sociedade Sommer e Ca. Lda., em 18 de Janeiro de 1878, o velho Henrique Luis Sommer — o Sommer de Munique, nem sequer a constituiu associado com todos os seus filhos — Henrique, Luís, Francisco, Maria Carolina, Maria Luisa, Maria Gertrudes e Maria Rita — mas tão somente com dois deles, os seus filhos Henrique e Francisco.

A primeira sociedade de Sommer logo em 26 de Janeiro de 1882 seria substituída por uma 2.ª sociedade de Sommer e Ca. onde já nem sequer o filho Francisco figurava, sendo seus únicos sócios, o velho Henrique Luis Sommer e seu filho Henrique Oliveira Sommer.

A morte do velho Henrique Luis Sommer, ocorrida em 9 de Agosto de 1884, viria a implicar e a justificar que em partilha da sua quota na Sociedade, entrassem então para a mesma todos os seus filhos, embora, por arranjos necessariamente feitos entre eles, a sua comparticipação na quota parte da herança de seu pai, fosse atribuída em proporções diferentes, sucedendo até que o que com menor participação ficou no capital social foi exactamente o já então talvez mais rico de todos — Luis Adolfo Oliveira de Sommer — e essa altura já director da Companhia das Lezírias, e que viria a ser conhecido pelo Sommer da Cardiga.

conhecido pelo Sommer da Cardiga.

Interessando-se cada um dos dois irmãos — Henrique Oliveira de Sommer e Luis Adolfo Oliveira de Sommer, por actividades diferenciadas, o primeiro pela indústria do ferro, o 2.º pela agricultura, justificar-se-ía esta diferente posição quotista, que, entretanto, é por si já bem demonstrativa do absurdo da tese dos assistentes, e da tradição germanoltransmontana da atribuição da totalidade dos poderes familiares a um só dos Sommer, naturalmente o mais velho, que era, no caso concreto, exactamente Henrique Oliveira de Sommer.

Ao contrário da tese da pronúncia, cada um exercia e comandava as suas próprias actividades, e se os irmãos de Henrique Oliveira Sommer beneficiavam da actividade por este exercida, e dos lucros da empresa que este comandava, era pela situação facilmente compreensível, resultante da posição quotista a que tinham ascendido por força da sua legítima paterna.

Continuou o advogado a historiar a evolução da sociedade Sommer e Ca., a qual mostraria que não houve naquela família, mesmo depois da morte de Henrique Oliveira de Sommer, qualquer chefia de tipo familiar, centralizada então, conforme diz a pronúncia, em Henrique Araújo de Sommer — o autor da herança que está em discussão.

E mais adiante prosseguiu o causídico:

Henrique Araújo Sommer, por outro lado, não se coibiria de intervir e ter interesse em outras sociedades, com absoluta independência de seus irmãos, tudo conduzindo, portanto, à confirmação de serem inteiramente inexactas as proposições firmadas nos art.ºs 6.º e 7.º da pronúncia.

Efectivamente, Henrique Araújo Sommer, por outro lado, investiria em Sociedades, em que não tinham quaisquer interesses os seus familiares: Vulcano e Colares, a Empresa Preogresso Industrial.

Por seu turno, também o dr. Carlos Champalimaud, pai dos assistentes e do réu, é que deteria até à sua morte a qualidade de Director-Gerente da Sociedade Comercial Financeira; e em outra sociedade, Montez Champalimaud, Lda. — também só o dr. Carlos Champalimaud deteria funções de gerência e orientação — sem qualquer participação ou ingerência de Henrique Araújo Sommer.

Mas também os irmãos de Henrique Araújo Sommer, tendo na Sociedade Sommer os interesse sociais da sua posição quotista, não se inibiriam de se envolver nos seus próprios negócios — como sucedeu, por exemplo, com Afonso Sommer, que pediu a sua exoneração de gerente de Sommer em 27/3/40, associando-se com Maxime Vaultier, na firma H. Vaultier, Lda.

Mas, por outro lado, não havia só ligações nem gestos fraternos, havia também relações tensas havia também cortes de relações.

Cortes de relações, sabem V. Exas. que ocorreram entre Henrique Araújo Sommer e seus cunhados dr. Carlos Champalimaud, João Osório, dr. Ribeiro Teles, casado que foi com a sra. D. Maria de Lourdes. Está isto relatado a fls. 14.333 v.º, — dou notícia a V. Exas de factos efectivamente concretos e documentados nos autos.

A pronúncia refere-se, naqueles artigos que eu citei a V. Exas. à existência de um grupo de um pretenso grupo que traduziria e seria constituido por todas as empresas em que teriam interesses Henrique Araújo Sommer e seus familiares; um grupo Sommer-Champalimaud.

«GRUPO SOMMER-CHAMPALIMAUD»

O Grupo Sommer-Champalimaud, que o art.º 7.º da pronúncia referiu como designação abarcando o conjunto de empresas a que venho fazendo referência — nunca existiu, nunca teve realidade factual, nunca ninguém se lembrou de dizer, nunca foi produzida a afirmação de que a Casa Sommer pertencesse a um grupo com essa designação, nem que Montez Champalimaud, Lda., a Empresa de Cimentos de Leiria, a Sociedade Comercial Financeira, fosse qual empresa fosse, pertencessem a um grupo Sommer Champalimaud.

Essa designação foi uma mera invencionice dos acusadores — e tanto que assim o viriam a reconhecer em alegações finais, quer o magistrado do Ministério Público, quer o meu colega representante dos assistentes.

Desligadas, como se achavam, entre si, quer no seu comando directivo, quer nas suas próprias actividades, as sociedades, por um lado em que exercia poder preponderante o dr. Carlos Champalimaud — Companhia Geral de Construções, Sociedade Comercial Financeira, Montez Champalimaud, Lda. — e por outro lado, as Sociedades, em que esse poder preponderante era exercido por Henrique Arraújo Sommer — Empresa de Cimentos de Leiria, Casa Sommer, Companhia de Cimento Tejo — nunca podiam constituir na verdade, um grupo homogéneo, nem estar subordinadas à comum designação do grupo Sommer Champalimaud.

Henrique Araujo Sommer, aliás, só viveria até 1944, e, como referiu aqui a V. Exas. o sr. eng. Amilcar Marques essa palavra «grupo» só começou a aparecer muito no fim da década de cinquenta em 1958 ou talvez mesmo só em 1960:

«Na década de 50 a designação de grupo era tabu no meio económico português.

Em finais da década de 50 ou princípios da década de 60, a compreensão no nosso meio pelo significado e pelo interesse até de grupos empresariais, como de empresas de grande dimensão, permitiu que a expressão grupo passasse a ser utilizada sem receio, e foi então que se começou a falar, tal como um grupo Cuf, então apareceu grupo Liz, grupo Champalimaud e grupo da Empreza de Cimentos de Leiria».

Mas, este grupo Champalimaud, nada tem a ver com os manos de António Champalimaud, não é um grupo de pessoas, mas um grupo de empresas concebido e criado por António Champalimaud, na sua actividade empresarial.

No seu lúcido depoimento o sr. Eng. Amilcar Marques esclareceria efectivamente que António Champalimaud é que era na verdade o criador o estruturador e o orientador do grupo, mas grupo de empresas não grupo de indíviduos ou de pessoas.

Mas nesse grupo Champalimaud, ou grupo António Champalimaud, ainda como o definiria o sr. eng. Amilcar Marques, não cabia nenhuma das empresas que haviam sido orientadas pelo dr. Carlos Champalimaud, e tão somente as relacionadas com os cimentos: Empresa de Cimentos de Leiria, Companhia Cimento Tejo, Companhia de Carvões e Cimentos do Cabo Mondego, Transfomal, Companhia dos Cimentos Angola e Companhia de Cimentos Moçambique.

Tudo isto se deixa dito para mostrar quão inexacta é a matéria dos artigos 6.º e 7.º da pronúncia.

Mas inexacta, inexactíssima é ainda o que foi consignado no art.º 8.º da mesma pronúncia — por traduzir manifesta e visível adulteração da realidade.

PRIMOGENITURA — UM DIREITO ABOLIDO

Da leitura desse artigo infere-se, efectivamente, que António Champalimaud teria sido chamado à gerência ou administração de várias sociedades, ainda em vida de Henrique Araújo Sommer, para ser iniciado nos diversos problemas de condução delas e por ser o primogénito da família.

Refutou a seguir o dr. Palma Carlos a ideia de que António Champalimaud tivesse sido iniciado, antes de seus irmãos ou de forma diferente destes, nos segredos da gestão empresarial, como pretende a acusação, comentando em dado passo:

Não se pode dizer, não se pode aceitar essa afirmação estranha que foi produzida na pronúncia, de que António Champalimaud teria sido chamado para ser iniciado — dá a impressão que se tratava de um segredo, de uma conspiração — em problemas de condução das sociedades familiares.

E acerca dos direitos de primogenitura, diria o advogado:

Primogénito de quê? De que família? Pergunto eu.

António Champalimaud era apenas o filho mais velho do dr. Carlos Champalimaud.

Seria pois, quando muito, o primogénito do dr. Carlos Champalimaud — nunca da família Sommer, onde havia familiares muito mais velhos, muito mais primogénitos do que António. Pelo abolido princípio legal — abolido há mais de um século — a que se quis dar expressão no Art. 10.º da pronúncia, quem seria legalmente chamado à sucessão de Henrique Sommer, seria não um sobrinho seu, mas sim seu irmão Fernando.

De resto, se fosse no exercício dum direito de primogenitura — instituição inspirada no direito feudal, que uma lei de 3/8/1770 já declarara injusta e anti-económica, com a consequente restrição dos morgadios, que viriam a ser abolidos por lei de 19/5/1863 — se fosse no exercício dum direito de primo-

Continua na página seguinte

O CASO DA HERANÇA SOMMER

Continuação da página anterior

genitura que António Champalimaud fosse chamado, não se percebe porque é que se gastaram os artigos 8.º e 9.º da pronúncia a indicar que ele tinha sido especificamente iniciado em segredos da gestão empresarial das sociedades.

Tudo isto se reveste de um tal absurdo, para não dizer de ridículo que efectivamente estes três artigos 8.º, 9.º e 10.º da pronúncia só podem compreender-se no clima que dominou a instrução preparatória a partir de meados inclusive de 1965, e que dominavam ainda o processo na fase primeira do julgamento em curso.

IGNORÂNCIA INCONCEBÍVEL

Mas o absurdo da matéria dos artigos 8.º, 9.º e 10.º da pronúncia teria tambem absurda sequência nos artigos 11.º a 14.º da mesma pronúncia.

Isto de se dizer que a mãe de António Champalimaud, seus irmãos e seus parentes próximos lhe entregaram, como sucessor na chefia dos interesses económicos, uma absoluta e total confiança, constitui também ideia de difícil apreensibilidade, mas, na medida em que possa entender-se, é desmentida pelos factos; isso, e a outra ideia levada ao art. 14.º da pronúncia, que os irmãos de António Champalimaud e seus demais parentes ignoravam a substância e delimitação dos bens deixados por Henrique Sommer.

Então, os parentes de Henrique Araujo Sommer, suas irmãs e irmãos, D. Maria Luísa, D. Albana, D. Ana, Fernando e Afonso, não sabiam que Henrique Sommer possuia como principais bens do seu activo a quota da Casa Sommer e as suas acções da Empresa de Cimentos de Leiria?

Não sabiam eles perfeitamente qual era o valor da quota de Henrique Sommer em Sommer, se ainda em 1941, em 15 de Maio, outorgaram todos no 9.º Cartório Notarial a escritura de transformação de Sommer, de sociedade em comandita, em sociedade por quotas?

Se em todos os anos desde 1935 a 1941 todos intervieram sempre em todas as assembleias gerais, voltando também depois todos a estar presentes em mais duas assembleias gerais em 1943?

Não sabiam eles também qual o número, mesmo aproximado, das suas acções da Empresa de Cimentos de Leiria, onde também todos os anos, ou pessoalmente ou através de representantes seus intervinham em assembleias gerais?

Em assembleias gerais da Casa Sommer não intervinha já Henrique Champalimaud nos anos de 1941 a 1944?

E o mesmo não sucedia, igualmente com Henrique em ussembleias gerais da Empresa de Cimentos de Leiria?

O próprio Carlos Champalimaud não interveio logo numa assembleias gerais da Empresa Cimentos de Leiria em 18/4/1944?

Para além disto, sobre a matéria destes artigos 11.º a 14.º da pronúncia, para mostrar o seu absurdo, a sua inexactidão, a sua desconformidade com as realidades, bastará relembrar tudo quanto já disse no decurso destas alegações, os lugares de gerência e administração que os seus familiares exerceram em variadíssimas empresas, o conhecimento e intervenção que tiveram no processo de inventário por morte de Henrique Sommer, tudo, tudo quanto já disse, e que conduz directamente ao conhecimento de que não há um só art. destes artigos 11.º a 14.º da pronúncia, que possa merecer uma resposta afirmativa.

E quanto ao art. 15.º e art.ºs 39.º a 42.º, — já sabemos também que as acções passaram para a posse das sras. D. Maria Luísa e D. Albana.

O que não houve foi entrega das acções, pelos pretensos ofendidos nestes autos, a António Champalimaud das acções provindas de Henrique Sommer, que eles nem podiam entregá-las, visto que delas não eram herdeiros, visto que não constituam propriedade sua, visto que nunca eles consideraram que as acções lhe pertenciam.

Porque das acções da Empresa de Cimentos de Leiria que deles eram, umas que lhes ficaram por óbito do pai, dr. Carlos Champalimaud, e outras que posteriormente compraram, eles sempre dispuseram como bem lhes aprouve: tiveram as acções em suas próprias mãos e empenharam-nas ou venderam-nas como fez Henrique, ou deram-nas em caução como fez Carlos.

No que respeita a Carlos, constituiu, por exemplo, no Credit, um empréstimo caucionado com acções da Empresa de Cimentos de Leiria, e que já existia em 19/6/47, conforme se acha documentado nos autos.

Quanto a Henrique, esse, também empenhava acções e não só suas, mas também de sociedades de que ele era gerente, como sucedeu com acções da Empresa de Cimentos de Leiria pertencentes a Sommer e C.ª L.d.ª, e outras ainda pertencentes à Companhia de Cimentos Moçambique, quando estavam à guarda da Transfomal (o que fez com a conivência de Constantino Sobral), como ainda com acções pertencentes a Sommer Africa (estas últimas com a autorização dessa sociedade).

E a sr.ª D. Maria Ana, — que veio aqui na cola de seus dois irmãos Carlos e Henrique, a pretender mostrar igual ingenuidade, e também inteiro desconhecimento do que ela perfeitamente sabia?

Não tinha D. Maria Ana assinado os documentos de quitação e as declarações de 31/3/1948?

Não levantou ela, pouco tempo depois de casada, em 6/7/1953, a quase totalidade do crédito que possuia sobre Sommer e C.ª L.d.ª, consoante se vê da sua conta nessa sociedade, apreendida por este processo, importância que destinou a adquirir uma herdade no Alentejo, para onde ela e seu marido, então célebre cavaleiro tauromáquico, foram viver?

Aliás D. Maria Ana, sabia perfeitamente que subscrevera na 9.ª emissão 3999 acções, que foram pagas com dinheiro que lhe foi emprestado por seu irmão António, e que tendo-lhe custado apenas, como já disse, 399.900$00, valem hoje mais de 70 mil contos — ficando aliás, a dever, a António essa importância, ao simples juro de 1 por cento, enquanto António Champalimaud, por essa mesma quantia, e no Banco Totta onde a obtivera, pagava ao Banco Totta 3 por cento.

Mas foi ainda D. Maria Ana quem em 1/7/1952 recebeu as 160 acções da Companhia Portuguesa de Celulose que lhe couberam por herança de seu tio Henrique Araújo Sommer, conforme o documento de fls. 10.430, passando desde então a ser a única possuidora de tais títulos, e fazendo deles, ela e seu marido, o que muito melhor entenderam.

Ainda sobre Henrique, convirá relembrar a sua actividade empresarial, iniciada e prosseguida inteiramente à margem de António Champalimaud, e que aliás, talvez por isso mesmo, viesse a fracassar estrondosamente.

Henrique Champalimaud, efectivamente, associou-se a uma sociedade denominada Unosotora, Sociedade de fabricação e venda de material de plástico para indústria, e a respeito da qual ele próprio, Henrique Champalimaud, tecia os mais rasgados elogios, quanto à sua concretização e desenvolvimento, consoante se vê da carta que ele endereçou a seu irmão em 23/5/57.

Henrique diria na sua referida carta o que a seguir vou realçar:

«Sinto-me satisfeito por não ter envergonhado o nome no campo industrial e por ter a certeza que isto te dará grande satisfação».

Afonso Sommer, por seu lado, continuaria também em actividades próprias.

E, assim, em 29/8/946, constituiria com Maxime Vaultier uma sociedade denominada Soformate Sociedade Fornecedora de Material de Portos e Caminhos de Ferro, L.d.ª

É perfeitamente absurdo, em face de tudo quanto já disse em sessões anteriores, e de mais estes factos que hoje realcei, que se pretenda atribuir a António Champalimaud a chefia dos interesses económicos de seus familiares.

António Champalimaud limitava-se, pois, como se limitou, a exercer as suas funções de administrador-delegado da Empresa de Cimentos de Leiria, a contento de todos os accionistas, incluindo de seus familiares, com a capacidade e o zelo, com o entusiasmo e dinamismo, que já aqui tenho apontado, e que imprimiu à Empresa a posição cimeira que conseguiu alcançar, com o espantoso benefício que dali adveio para todos os accionistas, incluindo ainda e mais uma vez os seus familiares, em função das posições accionistas de cada um.

Os seus familiares beneficiaram pois, da actividade de António Champalimaud na Empresa de Cimentos de Leiria, não por serem familiares, mas sim por serem accionistas.

Srs. juízes, não houve, portanto, a entrega a António Champalimaud, por parte dos assistentes, das acções a que se faz referência no art. 16.º da pronúncia, nem os assistentes ignoravam a sua real situação, a transmissão delas para suas tias D. Maria Luísa e D. Albana.

4 VERSÕES ACUSATÓRIAS

Do mesmo modo, e em consequência de não ignorarem, que as acções não lhes pertenciam, nunca podiam possuir o convencimento a que se refere o art. 41.º da mesma pronúncia «de que tais acções lhes continuavam pertencendo».

Sobre esta matéria, o ilustre advogado dos assistenes, resolveu trazer em alegações orais, uma nova versão acusatória.

Não obstante o seu nenhum interesse para o julgamento uma vez que a sua nova construção, não só não se alicerça em factos constantes da pronúncia, como se lhe opõe —, lembrarei a curiosa fertilidade imaginativa dos assistentes, que na ânsia de fazer chantagem contra o meu constituinte, foram consignando nos autos, múltiplas, diferentes e até contraditórias versões.

Pela primeira vez, em 1959, acusaram António Champalimaud de ter furtado as acções.

Numa segunda versão, inventionaram a burla, cuja tese desenvolveram no monumental memorial a fls. 7700 e seguintes dos autos.

Em 3.ª versão, imputaram a António Champalimaud um abuso de confiança de que teriam sido vítimas as senhoras D. Maria Luísa e D. Albana.

Numa 4.ª versão, optaram pela afirmação de que haviam feito entrega a António Champalimaud de todas as acções em causa para ele as administrar com o conhecimento e consentimento deles.

Em alegações finais, viriam contrariando todas as versões anteriores, contrariando a própria base da sua acusação trazida a julgamento, afirmariam, consoante a tese expressa pelo sr. dr. Eridano de Abreu, que sim senhor, estavam convencidos de que as acçoes pertenciam às tias, mas foi António Champalimaud quem lhes incutiu no espírito essa convicção.

Mais uma vez os acusadores ficam isolados da confirmação dessa tese sobre a qual não produziram o mais ligeiro resquício de prova e que, por não ter efectivamente qualquer assento de base factual, V. Exas. nunca poderiam considerar.

Assim, desta enumeração que acabo de fazer a V. Exas., sem me deter nelas com maior profundidade para que se não perca mais tempo, desta relacionação que acabo de fazer a V. Exas. das multiplas posições assumidas pelos assistentes, contrariando-se a si mesmas em todos os instantes, produzindo afirmações ao sabor do momento, mentindo até descaradamente em numerosos passos dos autos, V. Exas. poderão pôr em confronto essa posição múltipla e vária dos assistentes com a posição uniforme e permanentemente assumida pelo meu constituinte, em cujas declarações, requerimentos e mais intervenções nos autos, V. Exas. não conseguem detectar uma única mentira.

Em conclusão: não tendo havido a entrega das acções a António Champalimaud, para este as administrar, sossobra, o primeiro elemento essencialmente consitutivo do crime de abuso de confiança imputado e portanto, a existência de tal crime.

PARADOXOS

O sr. dr. Silva Araújo enumera como segundo elemento essencialmente constitutivo de um crime de abuso de confiança, «a obrigação de restituição da coisa recebida ou de um valor equivalente».

Parece-me óbvio que essa obrigação só é de considerar qudno a coisa haja sido efectivamente recebida, e quando a entrega da coisa, nos casos em que se verifique opere efectivamente a obrigação de restituição.

Se a António Champalimaud não foram sequer entregues as acções em causa nem sequer lhes pertenciam, é evidente que não se implicita a obrigação de restituí-las.

Entretanto, melhor se entenderá este elemento docrime, em face do sucinto estudo a que vou proceder sobre se se verificou, por parte de António Champalimaud, a apropriação dos títulos em causa, ou seja, se ele os desencaminhou ou dissipou elemento este que, segundo o prof. Figueiredo Dias é que constitui o segundo elemento essencial de um crime da natureza do imputado na pronúncia.

Segundo a pronúncia, este elemento do crime imputado a António Champalimaud, ter-se-á traduzido nos factos levados aos art.º 86.º e 87.º do respectivo despacho.

«86.º — Quando a entrega desses títulos lhe é solicitada, já depois de Março de 1957, recusa a restituição alegando que tais acções foram deixadas não aos herdeiros, mas sim a suas tias Maria Luisa e Albana de Sommer».

«87.º — Deste modo descaminhou a totalidade das acções que lhe haviam sido confiadas para administrar bem como as originadas pelas novas emissões, descaminho esse operado em proveito próprio e determinador de prejuízos efectivos para os seus co-herdeiros».

Ora é manifesto que António Champalimaud não se apropriou das acçoes da Empresa de Cimentos de Leiria que são objecto da pronúncia e nem será mesmo exagero afirmar-se como faz o prlf. Ferrer Correia no seu parecer, que, em rigor, nem sequer a pronúncia deduzida contra António Champalimaud contem inequivocamente os actos que consubstanciariam o descaminho ou apropriação usa.

A prinúncia diz tão somente que António Champalimaud se recusou a restituir aos seus co-herdeiros as faladas acções, após estes lhas haverem pedido.

Acontece, porém, que indiscutivelmente nunca foram pedidas a António Chmpalimaud, pelos seus co-herdeiros, as acções em causa, e sintoma disso mesmo, é o facto de a pronúncia nem ao menos referir quem pediu as acções, em que data foram pedidas e quais as circunstâncias em que se teria processado o respectivo pedido.

Alias, em toda a instrução preparatória nunca os assistentes afirmaram sequer que efectuaram tal pedido, que assim, foi, portanto, inteiramente ficcionado pelas acusações deduzidas e pela pronúncia dada.

A querela particular, no que veio a ser secundada pelo parecer do prof. Figueiredo Dias, vai ao ponto de dizer que a recusa de António Champalimaud em restituir as acçoes somente se terá consumado já no decurso da instrução preparatória, ou seja, que afinal António Champalimaud apenas teria cometido o crime já depois de formulada a queixa.

Quer dizer: apresentou-se uma denúncia de um crime que ainda não tinha sido cometido e que só viria a cometer-se no decurso da instrução preparatória subsequente à denúncia!

Os paradoxos, sucedem-se aos paradoxos.

Mas para além da prova produzida na insturção preparatória em que, repito, nenhum elemento probatório foi produzido no sentido da existência de qualquer pedido das acções, o julgamento viia dissipar qualquer veleidade de prova do pretenso pedido.

Efectivamente, não tenho a mais ligeira dúvida em afirmar que nenhuma prova foi produzida no julgamento — nenhuma testemunha foi sequer ouvida a este respeito e nem um só documento foi junto ao processo — a comprovar que alguma vez alguém tenha pedido a António Champalimaud as acções abrangidas pela pronúncia. E, muito pelo contrário, a prova documental constante do processo é esmagadora no sentido de que nehum dos irmão de António Champalimaud lhe pediu quaisquer acções, nem obviamente lhas poderiam ter pedido, pois, como já acentuei, pelo menos até Novembro de 1958, os mavontade expressa por Henrique Sommer na sua carta de 20 de Outubro de 1942, e tinham a convicção, aliás justa e verdadeira, de que as acçaões haviam ficado a pertencer a suas tias D. Maria Luisa e D. Albana.

A este respeito, o distinto Magistrado do Ministério Público foi peremptório.

Sua Excelência, tendo efectuado uma ponderada e cuidados a nálise de todo o processo, pôde concluir designadamente após referenciação das actas das assembleias gerais juntas aos autos, das cartas trocadas entre Carlos Champalimaud, suas tias, sua própria mãe e seus irmãos, que efectivamente o problema destas acções só foi suscitado por Carlos Champalimaud com o requerimento para partilha adicional delas, apresentado no processo de inventário de Henrique Sommer, em data de 8 de Novembro de 1958.

Esta conclusão a que chegou o distinto magistrado do Ministério Público, não pode oferecer a mais pequena hesitação ou dúvida, pois que se baseia em irrefutáveis elementos documentais constantes do processo.

Mas sendo assim, resulta obviamente que é de repelir liminarmente o segundo elemento de crime de que António Champalimaud é acusado.

O PARECER DO PROF. FERRER CORREIA

Não posso deixar de ler a V. Exas. o que a este propósito escreveu o prof. Ferrer Correia, no seu parecer:

«Nas considerações subsequentes, apreciaremos a versão em que assenta o despacho de pronúncia — isto é, a versão segundo a qual António Champalimaud se recusou a entregar as acções aos restantes co-herdeiros de Henrique Sommer.

Se, pelo contrário, e como na consulta se refere, na data em que alguns dos herdeiros de Henrique De Sommer teriam (segundo dizem) reivindicado a entrega dos títulos, estes se achavam já em poder de D. Maria Luisa e de D. Albana, então é evidente que a prática de um crime de abuso de confiança por parte do arguido não pode sequer ser hipotizada: é verdadeiramente impensável.

Ora, eu relembrarei a V. Exas. que em 11 de Julho de 1957, António Champalimaud restituíu a suas tias todas as acções que estas lhe haviam emprestado, sendo por isso evidente e claro que em Novembro de 1958 — data da dedução do pedido de partilha adicional no processo de inventário de Henrique Sommer — já há muiot que António Champalimaud havia operado a restituição.

Não pode, pois, deixar de reconhecer-se que se não verificou o segundo elemento típico do crime de abuso de confiança

O PARECER DO PROF. FIGUEIREDO DIAS

Mas não posso encerrar estas considerações sem um reparo ao douto parecer do sr. prof. Figueiredo Dias, que os assistentes juntaram ao processo.

É que, este jurista desenvolve a temática do processo, partindo do pressuposto de que António Champalimaud se apropriou efectivamente das acções.

Esta afirmação, este pressuposto é que eu tenho, na verdade, por extraordinária!

É que eu sou levado a concluir que o sr. dr. Eridano de Abreu naquele seu jeito de ir de abalada até Coimbra consultar os seus velhos professores (e este nem o era, era um jovem mestre) — não terá talvez referenciado ao sr. prof. Figueiredo Dias que, em 11 de Julho de 1957, António Champalimaud restituira todas as acções provindas de Henrique Sommer, acrescidas até das adquiridas na 8.ª emissão com base nas primeiras.

Eu sou levado a pensar que foi isso mesmo que aconteceu,

Continua na pag. 21

conteste
é indispensável
a revista de assinatura obrigatoria
SE NÃO ENCONTRAR NO SEU LIVREIRO PEÇA-A PARA O EDITOR APARTADO 5134 LISBOA 5

DL/DESPORTOS

VUELTA:

AGOSTINHO PROMESSA CUMPRIDA

Joaquim Agostinho, que foi ontem o herói do dia, é já o 6.º da classificação geral da Volta à Espanha, a 2 minutos e 44 segundos do camisola amarela, o «campionissimo» Eddy Merckx.

O ciclista português, ao serviço da «Bic», foi uma das grandes figuras da 11.ª etapa da «Vuelta». Foi o 7.º na primeira contagem do prémio da montanha, (no difícil cume de Piedralarga), e segundo no ainda mais duro cume de Frolic, onde desencadeou, juntamente com o seu chefe de fila, o espanhol Luís Ocaña, a grande fuga que deixou praticamente a «Vuelta» reduzida a oito ciclistas, tão longe ficaram na classificação geral os que não participaram na fuga de hoje.

Agostinho, que seria o oitavo na terceira contagem de primeira categoria de hoje, (no alto de Pullosa), e quinto na etapa, foi o ciclone que iniciou a grande batalha e o corredor cuja força e dinamismo tornou possível, ao comandar durante a maior parte dos 40 quilómetros que durou a fuga.

A sua missão na equipa é abrir caminho a Luís Ocaña, para que o seu chefe de fila se conserve o mais fresco possível para as metas volantes e contagens do prémio da montanha, a fim de angariar abonos e reduzir a distância que o separa de Merckx. E cumpriu-a com toda a satisfação, fé e entusiasmo. Agostinho foi o homem que provocou a grande separação e que a fez vingar, graças ao seu esforço.

Foi uma tarefa sem alardes, mas eficaz de maneira especial para Luís Ocaña.

Agostinho tinha declarado ao enviado especial da agência noticiosa «EFE», (na meta de Ampuria Brava), que já não sofria de «tonturas» e que esta etapa seria o seu «grande dia». O percurso ajustava-se às suas grandes faculdades e o calor também o ajudou.

O seu ataque foi lançado no momento preciso, quando faltavam poucos quilómetros e duas contagens para a meta final. Embora muito bem calculado, o ataque não ajudou completamente o seu chefe de fila, pois o «caompionissimo», (que sabe destas coisas), se vigiava Pesarrodona, (o camisola amarela) no início da etapa, também estava atento a Ocaña, sobretudo depois de este ter feito o mesmo percurso durante a «Semana Catalã» e saber, logicamente, onde poderia atacar.

Quanto aos outros portugueses, pouco há a dizer: estiveram integrados no pelotão principal e Venceslau Fernandes foi o 16.º da etapa, à frente de ciclistas muito mais famosos, que não andaram mais que este elemento da equipa «Benfica-Coelima».

Galdamez estava esperançado em recuperar a camisola encarnada, a partir de amanhã, pois Merckx tem agora a camisola amarela. Mas será muito difícil que o corredor espanhol da «Benfica-Coelima» a torne a envergar, embora se encontre em segundo na classificação do combinado, a premiar a sua regularidade, mas a quatro pontos de Merckx: e quatro pontos são, na verdade, demasiados.

Finalmente, há a acrescentar que a União Internacional de Ciclismo (UCI) castigou o ciclista espanhol da equipa portuguesa Eduardo Castello. A sanção imposta ao ciclista espanhol foi a sua retirada imediata da «Vuelta», 3 meses de suspensão e mais um mês adicional, por outra infracção anterior.

Numa análise, Castello apresentava vestígios de estimulantes. Pediu a segunda análise e o resultado foi o castigo agora anunciado.

Classificação na etapa:

1.º, Thevenet, 6 h. 40 m. 45 s.; 2.º, Eddy Merckx, 6.40.55; 3.º, Tamames (Espanha), 6.41.01; 4.º Luís Ocaña (Espanha), 6.41,05; 5.º, Joaquim Agostinho, mesmo tempo; 6.º, P. Torres (Espanha), m.t.

O português Venceslau Fernandes cortou a meta na 16.ª posição tendo-lhe sido creditado o tempo de 6.47,15.

Após a etapa de hoje a classificação geral está assim ordenada:

1.º, E. Merckx, 52.29,24; 2.º, J. Pesarrodona (Espanha), 52.29,41; 3.º, B. Thevenet (França), 52.31,08; 4.º, Luís Ocaña (Espanha), 52.31,22; 5.º, P. Torres (Espanha), 52.31,23; 6.º, Joaquim Agostinho (Portugal), 52.32,08; 7.º, A. Tamames (Espanha), 52.32,42; 8.º, L. Balague (Espanha), 52.34,31; 9.º, G. Karsten (Holanda), 52.36,49; 10.º, D. Perurena (Espanha), 52.37,10.

Classificação dos elementos da equipa Benfica-Coelima:

32.º, Venceslau Fernandes, 52.40,27; 44.º, Fernando Ferreira, 52.42,32; 50.º, Fernando Mendes, 52.46,50; 54.º, José Martins, 52.50,04; 66.º, José Pereira, 53.06.26.

Por equipas, a primeira é «La Casera», seguida da «Bic» a 2 minutos e 23 segundos, da «Molteni» a 10 minutos e 54 segundos. O misto Benfica-Coelima continua na última posição a 3 minutos e 19 segundos da penúltima classificada, que é a «Rokado».

PRÉMIO DA MONTANHA

1.º, Abilleira, 44 pontos; 2.º, Merckx, 38; 3.º, Agostinho, 27; 4.º, Balague, 27; 5.º, Pedro Torres, 24; 6.º, Thevenet, 17; 7.º, Tamames, 16; 8.º, Pesarrodona, 15; 9.º, Ocaña, 14; 10.º, Oliva, 13.

Acontecimentos

A equipa de hóquei em patins do Sporting (que batera por 9-2 a formação do Benfica de Luanda) venceu, ontem à noite, o «cinco» do F.C. de Luanda, por 5-1, bastando-lhe empatar com o B.C.A. para conquistar o primeiro lugar no «Torneio Quadrangular da Páscoa», que está a desenrolar-se em Angola.

Os golos dos «leões» foram marcados por Quim e Rendeiro (2cada) e Chana.

No Torneio das Cinco Nações (em badminton) Portugal ficou em penúltimo lugar, atrás da Checoslováquia, Bélgica e Suiça, mas antes da França. A prova ocorreu em Bruxelas e revelou as possibilidades futuras de Isabel Rocha, Helena de Sousa, Margarida Cruz, Jorge Cruz, Pinto Alves e José Bento, que foram os nomes que mais contribuiram para o êxito sobre os franceses.

Portugal continua a ser derrotado nos seus confrontos basquetistas a nível europeu: ontem, apesar de ter chegado ao intervalo em superioridade (48-40) deixou a Bélgica impor o seu jogo e triunfar categoricamente por 94-73. A nossa equipa e marcadores: Baganha (4), Nelson (16), Encarnação (14), Beto (4), Pratas (4), Gui (6), Albuquerque (7), Paulo Carvalho, José Carlos (8) e Quim Neves (3). Leonel não jogou por sofrer de uma microrrutura.

Parte hoje para a Bélgica, onde vai correr na equipa «La Gazelle» (dirigida pelo massagista José Vidal) o ciclista Herculano de Oliveira, que tem representado o Sangalhos.

O sorteio dos próximos jogos da Taça de Portugal em andebol de sete indicou: Passos Manuel-Sporting e Académico-F.C. do Porto.

Vencedores das provas internacionais de tiro ao voo desenroladas em Monsanto: António do Rosário («Grande Prémio de Madrid»), Aldo Pardini («Grande Prémio de Roma»), Palhavã Pinto e dr. Francisco Barbosa (competições-extra) e Jacques Boutemmy («Campeonato do Atlântico»).

Mais um reforço para o futebol benfiquista: Artur, defesa-central do Varzim, vai transferir-se para a Luz. No negócio estão envolvidos 1000 contos para o clube da Póvoa e cerca de metade para o jogador.

O PRÓXIMO CONCURSO - N.º 36

UM GOLO PODE VALER A "SUBIDA" OU A "DESCIDA"!...

Faltam quatro jornadas para acabar a I Divisão e, pode dizer-se, tudo pode ainda acontecer. Verdadeiramente, examinando atentamente a classificação dos 16 clubes da I Divisão, só Guimarães, CUF, Boavista e Leixões não têm qualquer probelma de subida (ou sobrevivência nas competições europeias) ou de descida!

Destes seis jogos, só CUF e Leixões não estão, portanto preocupados e só num jogo (Montijo-Farense) se poderá emitir prognóstico mais ou menos fixo, com a possível vitória do Montijo, no seu campo, contra o Farense.

Tudo o resto é dúvida, drama e «suspense»....

Na II Divisão, faltam apenas duas jornadas, mas os problemas continuam, nas duas Zonas, tanto para aqueles que querem «subir», como para os que não querem «descer». Temos a impressão que só no último minuto da derradeira jornada é que a maioria dos problemas estarão resolvidos.

Vejamos o que prometem os jogos:

1 CUF (7.º - 27) — SPORTING (5.º - 32) — Em nada tem a perder ou a ganhar (Cuf), enquanto outro (Sporting tem e precisa tudo para ganhar, porque quer sobreviver nas competições europeias. Na primeira volta, a CUF ganhou (1-0) no campo do Sporting, mas este agora é capaz de «retribuir». Prognostica-se X2

2 UNIÃO DE COIMBRA (14.º - 15) BARREIRENSE (10.º - 22) — Se um precisa de ganhar, o outro necessita absolutamente dos dois pontos, como é o caso do União de Coimbra que não pode perder mais NADA EM CASA: É de vaticinar 1X

3 — BEIRA-MAR (11.º - 21) — BELENENSES (2.º - 35) — O Belenenses, pelo sim pelo não, precisa de ganhar, pelo menos um ponto, mas o Beira Mar também não pode descuidar-se, sobretudo em casa. Acreditamos no 2 ou no X.

4 — LEIXÕES (9.º - 26) — PORTO (4.º - 32) — «Derby» tradicional do Norte, em que o Porto procurará por absoluta necessidade, de «amealhar» pontos, e «retribuir» a derrota (1-0) que sofreu nas Antas. É de prognosticar 1 ou 2

5 — MONTIJO (12.º - 20) — UNIÃO DE TOMAR (15.º - 14) — O Montijo, com uma vitória, deve ficar quase tranquilo e ao Tomar pouco adianta, porque aquela derrota contra o Atlético, no seu campo, deve ter-lhe «estragado» as contas. Vaticina-se 1 abertamente.

6 — ATLÉTICO (16.º - 13) — FARENSE (13.º - 19) Os alcantarenses querem «Lutar até morrer» e o Farense vai passar um mau bocado, sendo muito difícil que possa ganhar. Favoritismo para o Atlético, com leve «chance» para o Farense. Quer dizer 1 ou 2

7 — RIOPELE (10.º - 27) FAMALICÃO (12.º - 24) — O Riopele, tranquilo, a jogar em casa, deve ganhar, como fez em Famalicão, na primeira volta, embora os visitantes estejam em zona de muito perigo. É de vaticinar 1 ou X

8 — BRAGA (3.º - 32) — VARZIM (2.º - 34) — Mesmo que, como tudo indica, o Braga ganhe, o Varzim ficará em vantagem, porque joga em casa na última jornada. É de prever a vitória do Braga ou um empate.

9 — COVILHÃ (13.º - 24) ACADÉMICA (1.º - 45) — O Covilhã ainda corre perigo e a Académica é, desde há semanas, novamente da I Divisão. Tudo isto deve concorrer para que o jogo se revista de grande interesse e expectativa, mas é de crer que os «estudantes» ganhem ou, quando muito, consintam o empate.

10 — UNIÃO DE LAMAS (16º - 20) — OLIVEIRENSE (8.º - 28) — O União de Lamas, ainda pode ter uma esperança de ir à «liguilla» e isso representa uma grande força, que o pode levar à vitória. Prevê-se 1 ou X.

11 — SEIXAL (16.º - 13) NAZARENOS (15.º - 18) — Se os Nazarenos conseguirem ganhar, ainda têm uma pequena hipótese de fugir à descida automática, enquanto o Seixal está irremediavelmente perdido. É de crer, por isso que os Nazarenos numa derradeira esperança, consigam ganhar.

12 PORTIMONENSE (4.º - 38) — UNIÃO DE LEIRIA (5.º - 37) O Portimonense só teve uma derrota no seu campo (com o Torres Novas, na 22.ª jornada) e, agora que chegou à igualdade com os outros pretendentes ao segundo lugar, não vai deixar-se surpreender. Vitória do Portimonense.

13 — TORRES NOVAS (12.º - 23) — TRAMAGAL (11.º - 23) — Qualquer deles quer ganhar, para fugir definitamente ao perigo da «liguilla», mas o clube que joga em casa, nestes casos, tem vantagem. vitória do Torres Novas

OBJECTO DAS APOSTAS

Quando for adiado ou não chegar a realizar-se qualquer jogo de um concurso, até ao **máximo de seis**, o resultado válido do jogo, para efeitos desse concurso, é obtido por sorteio. Porém, se este máximo for ultrapassado, o concurso é anulado e devolvida aos concorrentes a importância das suas apostas. (Para mais pormenores, consulte os artigos 9.º e 10.º do Regulamento Geral dos Concursos).

VAMOS FALAR DE SISTEMAS

O sr. Rogério P. Alves, de Lisboa, pede-nos o desdobramento de 6 triplas e 3 duplas, para o treze, e com a única condição de nas triplas saírem quatro símbolos «1».

Tal sistema desdobra-se em 15 boletins de 32 apostas.

Acertando nos «fixos», nas duplas e se nas triplas se verificar a condição indicada obtêm-se treze resultados certos.

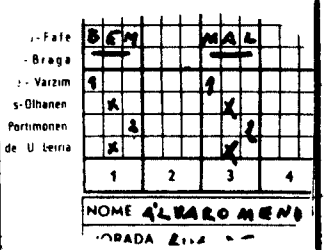
As duplas apresentam-se para 1-X mas podem ser alteradas para 1-2 ou X-2.

TRIPLA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	X2	X2	X2	X2	X2
TRIPLA	1	1	1	1	1	1	X2	X2	X2	X2	1	1	1	1	X2
TRIPLA	1	1	1	X2	X2	X2	1	1	1	X2	1	1	1	X2	1
TRIPLA	1	X2	X2	1	1	X2	1	1	X2	1	1	1	X2	1	1
TRIPLA	X2	1	X2	1	X2	1	1	X2	1	1	1	X2	1	1	1
TRIPLA	X2	X2	1	X2	1	1	X2	1	1	1	X2	1	1	1	1
DUPLA	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X
DUPLA	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X
DUPLA	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X	1X

O PRÓXIMO CONCURSO

1 Barreirense-Sporting
2 Belenen U. Coimbra
3 Setubal - Beira Mar
4 Porto-Boavista
5 U Tomar - Leixões
6 Farense-Montijo
7 Guimarães - Atletico
8 Benfica - CUF
9 Salgueiros - Braga
10 Tirsense-Fafe
11 Sacaven -Olhanense
12 Tramagal - Oriental
13 C. Piedade - Marinh

PREENCHA BEM O SEU BOLETIM



O preenchimento dos boletins, para se evitar inconvenientes desagradáveis, deve ser feito com todos os cuidados, colocando cada signo no seu devido lugar, de forma a não sair desses limites, como mostra a gravura

ATLETISMO

Um "record" absoluto nos campeonatos de juniores

..O passado fim-de-semana do atletismo lisboeta foi integralmente dedicado aos juniores que disputaram os seus campeonatos regionais nas pistas de «tartan» do estádio nacional. Helena Duarte, da Cuf, afirmou-se como grande sensação da jornada ao bater o «record» absoluto do salto em altura, senhoras, passando-o dos 1,58 da moçambicana Katlheen Binda para um centímetro mais: 1,59. A promissora atleta do Grupo Desportivo da Cuf, que salta no mais acabado estilo de Fossbury Flop (de costas), venceu mais duas provas, a de salto em comprimento e a estafeta 4x100 metros.

Três atletas conquistaram duas vitórias: Maria José Sobral, do Belenenses, primeira nos 100 e 200 metros planos, Ana Pacheco (Sporting), triunfadora nas corridas de velocidade prolongada (400 e 800 metros) e Lurdes Macedo, também do Sporting, que vincou clara superioridade nas corridas de barreiras.

Ainda no que toca ao sector feminino, o Sporting classificou-se em primeiro lugar por equipas, com 132 pontos, somando ainda o maior número de títulos individuais: sete.

Belenenses foi segundo colectivamente (60 pontos e três títulos individuais), o Benfica terceiro (53 pontos e apenas uma vitória individual) e a Cuf a quarta classificada (com 50 pontos), mas óptima presença individual: três vitórias.

Quanto aos juniores masculinos, o Benfica dominou o campeonato em toda a linha: pertenceu-lhe o melhor resultado (Helder Jesus nos 800 metros), o maior número de títulos (14) e o primeiro lugar por equipas (com 147,5 pontos). O Sporting foi segundo, (com 118 pontos e quatro títulos) o Belenenses terceiro (48 pontos), a Cuf quarta (31,5) e o CDUL quinto com apenas sete pontos.

Em linhas gerais podem considerar-se muito fracos estes campeonatos o que tem sido, aliás, reflexo de toda a época, já que a Federação parece mais preocupada em alargar a base quantitativa de praticantes do que gastar fortunas com a cúpula. Isto a nível de juniores (e ainda bem que assim acontece) pois os seniores, entretanto, foram passear a Angola.

HELENA DUARTE, RAINHA DOS CAMPEONATOS: três vitórias e o único «record» absoluto, o de salto em altura, com um metro e 59 centímetros

TEMPOS E VENCEDORES DE TODAS AS PROVAS

MASCULINOS: 100 metros: José Morais (Sporting) 11,2 s; **400 metros:** Armando Silva (Benfica), 51s; **1 500 metros:** Helder Jesus (Benfica), 3.56,6m; **5 000 metros:** Joaquim Piçarra (Benfica), 15.44,6m; **110 metros barreiras:** AFonso Santos (Benf.), 16,3s; **4x100 metros:** Sporting «A» (com Luis Santarém, José Morais, João Catorré e Jorge Viegas), 44,5s; **salto em altura:** Ermelindo Santos (Bf.) 1,82 metros; **salto em comprimento:** Eduardo Costa (Bf.), 6,41 metros; **lançamento do peso:** Correia da Cunha (Sp.) 14,11 metros; **dardo:** João Esteves (Bf.), 43,84 metros; **2000 metros obstáculos:** Pedro Barahona (Bf.), 5.58,2m; **lançamento do martelo:** José Correia (Bf.) 37,98 metros; **salto com vara:** Manuel Miguel (Bf.), 3,90 metros; **400 metros barreiras:** António Corona (Bf.) 57,4s; **200 metros:** António Maruta (Cuf), 22,6s; **triplo salto:** José Moreira (Bf.), 14,25 metros; **800 metros:** Helder Jesus (Bf.). 1.51,2m ; **4x400 metros:** Benfica (Plácido, Atabão, A. Silva e Pinto), com 3.31m; **lançamento do disco:** Correia da Cunha (Sp), 44,02 metros.

FEMININOS: 200 METROS BARREIRAS: Lurdes Macedo (Sporting), 31,6s; **100 metros planos:** Maria José Sobral (Belenenses), 12.3 s; **400 metros:** Ana Pacheco (Sporting), 62,4; **altura:** Helena Duarte (Cuf), 1,59 novo record nacional absoluto; **1 500 metros:** Clara Rodrigues (Sp.) 5.02 m; **4x100 metros:** Cuf (equipa formada por Matilde Antunes, Júlia Moisão, Conceição Barrinha e Helena Duarte), 53,9s; **disco:** Helena Julião (Sp.), 30,66 metros; **dardo:** Marília de Carvalho (Bel.), 32,14 m; **comprimento:** Helena Duarte (Cuf) 4,73 metros; **200 metros:** Maria José Sobral, 25,5s; **100 metros barreiras:** Lurdes Macedo (Sp.), 16,7s; **peso:** Noémia Diogo (Benfica), 9,03 metros; **800 metros:** Ana Pacheco (Sporting), 2,28 m; **4x400 metros:** Sporting (equipa constituída por Ana Ribeiro, Maria João Tristão, Helena Ferro e Clara Tristão) 4.20,4m.

Maria José Sobral confirmou a sua superioridade como «sprinter». Foi a mais rápida nos 100 e 200 metros planos

O CASO DA HERANÇA SOMMER

Continuação da pág.19

e sou levado a pensar assim, porque não posso acreditar que um professor de direito penal tivesse chegado às conclusões a que chegou, tendo conhecimento de que António Champalimaud efectivamente se não apropriou das acções em causa, pois quem delas se apropriou, e quem recusou restituí-las aos herdeiros testamentários de Henrique Sommer, por estarem justificadamente convencidas de serem as proprietárias delas, foram indicutivelmente as sras. D. Maria Luísa e D. Albana.

E então, tendo sido estas senhoras que se recusaram a restituir estas acções, foi ANTONIO Champalimaud o acusado e não as pessoas que delas se apropriaram e recusaram restituí-las, recusa aliás confirmada pelas próprias senhoras em cartas e em inúmeras declarações prestadas nos autos?

Mas por outra razão também eu fui levado a pensar que ao prof. Figueiredo Dias foi ocultada a circunstância relavantíssima da restituição às sras. D. Maria Luísa e D. Albana, feita por António Champalimaud, de todas as acções que elas lhe haviam emprestado em fins de Novembro de 1945.

Esta conclusão alicerço-a, desde logo, no facto de o sr. prof. Figueiredo Dias, repetidamente, haver frisado no seu parecer, que a validade do seu parecer está empre condicionada à prova dos factos constantes do despacho de pronúncia — é o que ele diz, por exemplo, a págs. 120 do seu parecer:

«Pressuposto — como a cada passo desta investigação se pressupõe — que se logre a prova dos factos correspondentes a pronúncia».

E, efectivamente, do despacho de pronúncia não consta a restituição das acções de António Champalimaud a suas tias.

AFIRMAÇAO VERDADEIRAMENTE ESPANTOSA

Seja como for, tenha sido ou não tenha sido o sr. prof. Figueiredo Dias informado da comprovada restituição, a verdade é que no seu parecer essa restituição aparece nitidamente ignorada, completamente ocultada a ponto de se ler na pág. 120 uma firmação, verdadeiramente espantosa, já que em nenhuma realidade concreta colhe o mais pequeno indício.

Eu permito-me ler a V. Exas. essa afirmação:

«Esta confiança (a pseudo-confiança dos pseudo-ofendidos em António Champalimaud) manteve-se por muito tempo e, abalada mas não retirada a partir de certa altura só veio a ser definitivamente destruída no momento em que o arguido manifestou inequivocadamente a sua intenção de não restituir os bens e valores que até então administrara em nome dos restantes co-herdeiros... intitulando-se seu único proprietário».

Eu bem sei que não o posso fazer, bem sei que não posso interpelar daqui o sr. prof. Figueiredo Dias, mas muito gostaria que este sr. professor nos explicasse em que passo do processo, em que documento, em qe testemunho, ou em que declaração é que o mesmo sr. professor viu António Champalimaud intitular-se único proprietário das acções que estão em causa neste processo.

Em que testemunho, em que declaração, em que passo dos autos, é que o sr. prof. Figueiredo Dias viu António Champalimaud intitular-se o único proprietário das acções que estão em causa neste processo? Onde é que está essa afirmação contida no processo?

Onde e que há um único passo — um único passo — em que António Champalimaud tenha dito que era o único proprietário das acções?

Peço que V. Exas. vasculhem os 95 volumes do processo, todos os seus apensos, todos os documentos apreendidos, todos os livros de actas, todos os elementos de escrita. E V. Exas. não encontram esta afirmação em nenhum passo do processo.

E, no entanto, é um professor de uma Faculdade de Direito que se permite produzir uma afirmação desta natureza, dizendo que António Champalimaud se recusou restituir as acções, intitulando-se seu único proprietário.

Ou os dados que lhe foram fornecidos estavam inteiramente falseados ou então o parecer não foi elaborado com a consciencialização professoral e doutoral que era de exigir efectivamente da parte da pessoa que o emitiu.

Mas, como podemos estranhar tão infeliz e gratuita afirmação, se o sr. prof. Figueiredo Dias logo inicia o seu parecer afirmando recusar-se «a aceitar que seja função dos pareceres de jurisconsultos substituirem-se à livre convicção dos julgadores sobre a matéria de facto», quando esta perplexidade de quem prossiga na leitura do parecer, se constata que o sr. prof. Figueiredo Dias gasta mais de metade do mesmo seu parecer na análise de factos e na interpretação destes, numa tentativa, aliás inteiramente frustrada, de conferir alguma credibilidade aos factos que constam da pronúncia contra António Champalimaud?

Então se não é função dos pareceres dos jurisconsultos substituirem-se à livre convicção dos julgadores sobre a matéria de facto, porque é que o sr. prof. Figueiredo Dias, que aliás dizia que todo o seu raciocínio de direito subsequente assentava na prova que viesse a fazer-se dos factos constantes da pronúncia, leva mais de metade do seu parecer na análise de factos e na interpretação destes, numa tentativa aliás inteiramente frustrada, de conferir alguma credibilidade dos factos que constam da pronúncia contra António Champalimaud?

É qvidente que um parecer que ignora ou omite um facto tão importante e relevante para a decisão desta causa, como é a restituição das acções feita por António Champalimaud a suas tias em Julho de 1957, e em que, em vez deste facto comprovado, se afirma, contra toda a realidade documentada, que António Champalimaud se recusou a restituir as acções, intitulando-se seu único proprietário, afirmação perfeitamente fantástica e fantasiada, um parecer que assim deforma uma parte rica e importantíssima da realidade, é um trabalho que tem de ficar necessariamente desvalorizado, no mérito de direito que seria de esperar, por porvir de uma pessoa cujas altas qualidades eu sempre apreciei.

O parecer tal como foi efectivamente proferido, permitiu vir a alicerçar a má-fé dos assistentes e nele foram proferidas algumas afirmações que se se tratasse efectivamente de dolo por oarte de um profissional de Direito, teria também de ser considerada má-fé, abarcada nis preceitos do Código, que punem não só a má-dé dos litigantes, como a má-fé dos seus mandatários.

Evidentemente que quando fiz estas referências não estava a referir-me ao sr. dr. Eridano de Abreu, cuja boa-fé, cujas altas qualidades profissionais, cuja actuação em todo o processo, é de um denodado, um esforçado lutador e que, infelizmente, teve amsorte de não poder alicerçar em factos os seus altos talentos jurídicos.

Mas considero, sim, da parte do prof. Figueiredo Dias, alta responsabilidade, na medida em que produz afirmações inteiramente contrariadas pela prova factual, produz afirmações em contrário de tudo quanto nos autos se encontrava e evidentemente não podia produzir essas afirmações porque tinha responsabilidades de não ser advogado no processo, e portanto ignorá-las, não sei em que medida pode ter consultado o processo, mas duvido, o que tinha era de na qualidade de professor, emitir o tal parecer teórico — que poderia emitir — mas nunca com afirmações destituídas e despidas da mais ligeira base.

Relembrarei a interpretação que este professor deu à obrigação cometida por Henrique de Araújo Sommer no seu testamento, a seus herdeiros, de pagarem a contribuição, o imposto devido pelo legado que instituiu a favor de José Sommer Ribeiro e do eng.º Gastão Benjamim Pinto, das 100 acções da Empresa de Cimentos de Leiria que caucionavam o seu lugar de administrador.

Como V. Exas. se recordam, Henrique Araújo Sommer consignara no testamento que a «contribuição» dessas acções, ficava a cargo dos seus herdeiros testamentários e o sr. prof. Figueiredo Dias veio referir-se ou veio interpretar esta palavra «contribuição» como referindo à obrigação de retirar as 100 acções do molho de todas as acções. Em vez de ler o termo utilizado no testamento, naquela interpretação comesinha e elementar, que toda a gente percebeu, e que não percebo como é que o prof. Figueiredo Dias não alcançou — quando Henrique Sommer dizia «contribuição», referia-se ao imposto que recaia sobre a transmissão destas acções, que quis ficasse a cargo dos herdeiros. Ele, Henrique Sommer, queria, na verdade, passar as 100 acções da Empresa de Cimentos de Leiria que caucionavam o seu cargo de administrador, quereria passá-las isentas de quaisquer encargos para os seus colegas de administração.

A interpretação do prof. Figueiredo Dias é... espantosa!

Apontarei uma outra afirmação sua, que ele traduziu na nota n.º 2 da pagina 138 do

Continua na página seguinte

TOTOBOLA
O NOSSO PALPITE

	1	X	2
1 CUF - Sporting			2
2 U Coimbra - Barreir	1		
3 B. Mar - Belenenses		X	
4 Leixões - Porto	1		
5 Montijo - U Tomar	1		
6 Atletico - Farense		X	
7 Riopele - Famalicão	1		
8 Braga - Varzim		X	
9 Covilhã - Académica	1		
10 U Lamas - Oliveiren.	1		
11 Seixal - Nazarenos		X	
12 Portimon - U Leiria	1		
13 T Novas - Tramagal	1		

AGENCIA ABREU
PASSAPORTES
Av. Liberdade 160

Stentofon
Sistemas de intercomunicação
Lisboa 42124 713470
Porto 483598
Faro 24338
Portimão 22954

O CASO DA HERANÇA SOMMER

Continuação da página anterior

seu parecer. Efectivamente, produziu o sr. prof. Figueiredo Dias outra afirmação que me deixou altamente decepcionado:

Sua Excelência escreveu:

«Assim se compreende que, logo nos princípios de 1957, quando se avizinhava a eclosão da disputa familiar e o pedido de restituição dos títulos, o arguido tenha rapidamente constituído a favor de D. Maria Luísa um lote de acções nominativas idêntico ao existente, aquando do falecimento de Henrique de Araújo Sommer.»

O que é que permitiu ao sr. prof. Figueiredo Dias equacionar a afirmação de que a restituição dos títulos, de António Champalimaud a suas tias, foi determinada pelo avizinhamento da eclosão da disputa familiar?

As acções foram levantadas em 12 de Fevereiro de 1957.

A restituição das acções era consequência natural e lógica do levantamento delas no Totta!

Em 27 de Fevereiro de 1957, já Constantino Sobral anotava, como realcei em anterior sessão, em nota que Carlos Champalimaud deve ter encontrado na Casa Sommer, que as acções pertenciam às senhoras, em partes iguais — facto que implicita naturalmente o recebimento de ordens ou indicação para fazer entrega às senhoras das acções que delas eram.

Nem em Fevereiro de 1957, nem em Junho ou Julho do mesmo ano, ou seja até 11 de Julho de 1957, data em que todas as acções foram restituídas por António Champalimaud às tias de quem as recebera por empréstimo, ninguém suscitara o mais ligeiro problema respeitante a uma reivindicação dos títulos que haviam pertencido a Henrique Sommer.

A forma de se expressar, adoptada pelo prof. Figueiredo Dias na nota a que me estou referindo — relacionando o facto exacto da restituição das acções às senhoras com o avizinhamento dos conflitos — foi consignada para lançar dúvidas sobre a conduta de António Champalimaud, e o parecer de um professor penalista deve fundar-se em factos seguros e não em meras deduções ou suposições e muito menos em insinuações.

Ultrapassada esta incidental referência, temos de concluir que António Champalimaud portanto, não se apropriou das acções provindas de Henrique de Araújo Sommer.

Como já relatei na última sessão de julgamento, hoje, sim, é o proprietário de todas as acções que a pronúncia abarca.

Mas, adquiriu essa qualidade de proprietário, tão somente e apenas porque as suas queridas tias, D. Maria Luísa e D. Albana, reconheceram que esse seu sobrinho era o único que se havia mostrado digno de as receber, que era o único, que pelo seu exemplo de trabalho, de perseverança, de dignidade e de inteira lisura, era o único, portanto, a quem elas deveriam deixá-las por morte, no derradeiro cumprimento da vontade manifestada por Henrique Sommer, na sua carta de 20 de Outubro de 1942.

E por isso, apenas por isso, D. Maria Luísa, que faleceu em 6 de Março de 1967, deixou as suas acções da Empresa de Cimentos de Leiria, recebidas de Henrique Sommer, a seu sobrinho António Champalimaud; e D. Albana, que só viria a falecer em 22 de Junho de 1969, já depois de António Champalimaud haver sido tão injustamente pronunciado, já depois de António Champalimaud haver tomado os caminhos do mundo, D. Albana viria a consignar no seu último testamento, lavrado em 30 de Janeiro de 1969, que deixava as suas acções da Empresa de Cimentos de Leiria «inclusivé as que pertenceram a seu irmão Henrique» palavras textuais, estas de D. Albana Sommer —, a seu sobrinho António Champalimaud.

E acrescentaria D. Albana:

«Os bens que deixa a seu sobrinho António são a prova da sua grande amizade e admiração pela sua obra, continuando a iniciada pelo seu irmão Henrique».

Mas não esqueçam V. Exas. que se Carlos Champalimaud não houvesse desencadeado esta vergonhosa luta para a qual arrastou seu irmão António e até toda a família, seria ele hoje o legítimo proprietário também da metade das acções provindas de Henrique Sommer que ficaram a pertencer a sua tia D. Albana, de quem ele, Carlos Champalimaud, era o indigitado herdeiro, pelo menos desde 1953.

E não se esqueça ainda, que na própria data — 11 de Julho de 1957 — em que António Champalimaud entrega a sua tia Albana, em casa dela própria, as acções que esta lhe havia emprestado em Novembro de 1945, Carlos Champalimaud continuava a ser o beneficiário da confiança de sua tia Ibana e a ser o presuntivo herdeiro dela.

Isto é: quando António Champalimaud procede a esta restituição, ep como se entregasse a seu irmão Carlos o mesmo que o invectivava e perseguia publicamente — metade das acções das que haviam pertencido a Henrique Sommer.

No entanto, não era isso que estava em jogo: o que estava em jogo para António Champalimaud era a sua obrigação de restituir a suas tias as acções que estas lhe haviam emprestado. A António Champalimaud era-lhe indiferente o futuro das acções. António Champalimaud o que tinha era de cumprir, em relação a suas tias, a devolução do empréstimo que elas a favor dele haviam feito.

A conclusão que há forçosamente de extrair-se das considerações que agora produzo e que têm de ser necessariamente interligadas com os aspectos factuais para que remeti no decurso das minhas alegações é a de que António Champalimaud não se apropriou abusivamente das acções da Empresa de Cimentos de Leiria provindas de Henrique Araújo Sommer, não praticou quaisquer factos estruturados do segundo elemento do crime ou dos crimes por que foi acusado.

Dizem os leitores

Que se ganha com um concurso de beleza?

Do nosso leitor Paulo Delgado Rufino, recebemos uma carta a propósito da eleição de Miss Portugal. Pode-se ler a determinada altura:

. «Segunda-feira houve misses.

Anúncios e mais anúncios, acentuavam o suspense da «coisa». E que havia razão para tal espectativa. Misses, não há todos os dias, só uma vez por ano!

. De qualquer maneira, dum facto já estávamos elucidados: Angola, Moçambique e Guiné, não enviavam misses, (as últimas esgotaram-se no ano passado, última remessa). Portanto as dúzias de portugueses podiam estar mais tranquilos, quanto à hipótese do titulozinho sair de cá, até porque Cabo Verde não metia lá muito medo.

A falta de misses ultramarinas, arraniam-se porém misses comunidades. E esta! Novo perigo pairava sobre a sorte do festim. Talvez a coroa fosse para uma dessas emigrantes. Não lembrava ao diabo! De repente que vejo eu? Uma misse índia, com penas e tudo. Essa é que não esperava. Mas adiante. Para o fim, vem ainda uma misse «Follie Berger». Era o típico daquela comunidade. Que engraçado tudo aquilo!»

. Mais à frente o nosso leitor prossegue:

. «Perguntava-me quem seriam os eminentes entendedores que julgariam as beldades, quando ouço o apresentador satisfazer a minha curiosidade. Lá estava a mesa do júri, cujos nomes e actividades de cada um, foram citados. Gente importante, sim senhor! E que era um grande evento, aquele, o da eleição da misse.

Ah! E como não podia deixar de ser, o sr. Claude Berr (?!) não faltara. Claude é o famoso especialista de misses, personagem indispensável neste tipo de certames. Quando pronunciaram o seu nome, ergueu-se e arreganhou um sorriso de profissional do assunto.

Depois mais um intervalo. Sobressaltei-me, pois a minha angústia em querer saber o resultado era grande e quanto mais demoras, pior para o coração, que quase saía pela boca de tanto saltar. O apresentador sossegou-me, entretanto. Eram só 5, 6, 7, 8 minutos. Aproveitei para tomar um calmante. Mas o tempo passava e nada. Olhei o relógio. 20 minutos já lá íam. Teria Artur Agostinho dito horas, em vez de minutos? Provavelmente. Eu é que confundi.

Retomada a transmissão pareceu-me ver uma misse a cantar. Mas não. Aquela era uma profissional do canto. Até falava português e com que fluência.»

E a terminar, Paulo Delgado Rufino escreve:

«Por fim a grande deliberação. Quem seria Miss Portugal? QUEM? perguntava o sr. Agostinho, que gosta de fazer suspense. Sei lá! Eu é que não era! Foge! O júri já decidira, após longo matutar.

E depois de outras candidatas terem sido alcunhadas de misse jovem, simpatia e damas de honor soube-se finalmente quem iria representar a mulher do «Zé» por esse mundo fora. Gritos, palmas, urros, assobios mostravam a alegria do público. Também eu estava feliz. O País já tinha uma misse! E assim terminava mais um festival de beleza. Mas afinal que ganhámos nós com isto? Cada um tem a sua opinião e eu tenho a minha. Não se preocupem no entanto, os fãs de misses, que para o ano há mais. E quase certo! E talvez quem sabe, com outras surpresas. Desta vez foram as misses comunidade, a seguir talvez apareça uma misse «montanha» ou mesmo «planície».

Tudo é de esperar!».

televisão

MADEIRA SIEMENS
ISLAND
O MAIS MODERNO TV COM ECRAN TOTAL

HOJE

1.º Programa

1.º Período

12.45 Abertura e desenhos animados Abbot e Costello
13.00 Fronteira do amanhã
13.15 Debbie Reynolds
13.45 Telejornal — 1.ª edição
14.00 O livro à procura do leitor
14.15 Logo à noite

2.º Período

14.40 Ciclo Preparatório TV
19.00 TV Educativa (Matemática Moderna)
19.30 Telejornal — 2.ª edição
19.45 TV Infantil (No Campo)
20.00 TV Mundo (Os Óscares de Hollywood)
20.55 Frente a frente
21.30 Telejornal — 3.ª edição
22.00 Noite de cinema (A Alma de um Criminoso)
23.45 Telejornal — 4.ª edição
24.00 Meditação e fecho.

2.º Programa

20.30 Abertura e Debbie Reynolds
20.55 O livro à procura do leitor
21.15 Desenhos animados
21.30 Telejornal — 3.ª edição
22.00 Aventura no mar
22.30 Os protectores
22.55 Tempo internacional
23.15 Concerto
23.40 Fecho.

AMANHÃ

1.º Programa

1.º Período

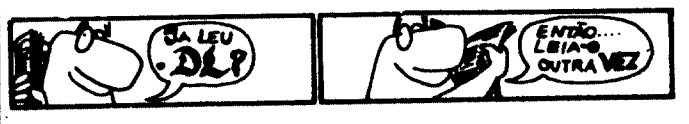
12.45 Abertura e desenhos animados
13.00 Feminino singular
13.15 Gente Miúda
13.45 Telejornal — 1.ª edição
14.00 Portugal no mundo
14.15 Logo à noite

2.º Período

14.40 Ciclo Preparatório TV
19.00 TV Educativa (Iniciação Desportiva)
19.30 Telejornal — 2.ª edição
19.45 Vamos jogar no totobola
20.00 Motores em marcha
20.25 Inquérito (Projecto Piloto de Medicina de Massa)
21.00 Desenhos animados (Flinstones)
21.30 Telejornal — 3.ª edição
22.00 Música para olhar (Angélica-Fauré)
22.30 A Família Bellamy
23.50 Telejornal — 4.ª edição
23.55 Meditação e fecho.

2.º Programa

20.30 Abertura e desenhos animados
20.45 Portugal no mundo
21.00 Gente miúda
21.30 Telejornal — 3.ª edição
22.00 Paul Temple
22.45 Sabe o que é o colégio militar
23.30 Fecho.



urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
C.V.P.	56 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. José	86 0131	C.R.G.E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Aguas	36 1361
P.S.P.	36 6141	Combóios	32 6222

tempo

Situação do tempo

09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado a norte do Tejo e pouco nublado a Sul o vento era moderado de Noroeste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	12º
P. DOURADAS	4º
COIMBRA	12º
PORTALEGRE	10º
LISBOA	15º
FARO	17º
FUNCHAL	16º

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA
Máxima 22,2º
PENHAS DA SAÚDE
Mínima 1,8º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 15,8º
Atmosfera 15,0º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
8.30	3,4 m	1.44	1,1 m
20.51	3,6 m	14.01	1,4 m

DIA 9

9.36	3,3 m	2.57	1,3 m
22.00	3,5 m	15.16	1,5 m

DIA 10

10.47	3,3 m	4.15	1,3 m
23.11	3,5 m	16.35	1,5 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente muito nublado a norte do Rio Tejo onde há possibilidades de chuviscos e pouco nublado para Sul; vento moderado de Noroeste.

AMANHÃ

NASCER ÀS 6.31
OCASO ÀS 20.36

DIA 9 DIA 17 DIA 25 DIA 1

rádio

EMISSORA 1. PROGRAMA

16.00 Noticiário
16.05 Canconetas
16.30 Convívio, programa da juventude
18.05 Rádio escolar — Francês
18.30 Programa do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas
19.00 Sinal horário — noticiário —
19.10 Orquestras e canções
19.30 Recordar é viver, por Maria Natália Bispo
20.00 Diário sonoro
20.30 1.º episódio do folhetim «Iaiá Garcia» de Machado de Assis1 em adaptação de Oliva Guerra
20.50 Melodias
21.00 Momento 73
21.20 Que quer ouvir?
21.55 Viagem ao passado, por Judite Navarro
22.10 Vamos ouvir: os Tocadores de «Corá»
22.30 Jazz
23.05 De um dia para o outro, por Armando Correia
00.30 Diário sonoro
00.45 Escala na madrugada, por Júlia Maria
02.00 Fecho

Programa em MF 1 de Lisboa

23.00 Rádio Universidade
00.00 Junção com o 1.º programa

Programa Estereofónico - MF 2

21.00 Música ligeira variada
22.00 Intercâmbio musical
22.31 Obras para agrupamentos de câmara: Jogos Musicias (Scheidt)
23.07 Coros de óperas: obras de Weber, Verdi, Berlioz, Leoncavallo, pocinni e Verdi
23.30 Obras de Beethoven e Bartok
00.15 Sinfonia n.º 3 em dó menor op. 78 (Saint-Saens)
0100 Fecho

RÁDIO CLUBE

Onda Média

16.00 Noticiário
16.04 Programa CDC
18.02/21.00 Programa Movimento
21.00/24.00 Quadrante 2-9-0
21.03 Terça-feira à noite
21.30 Quando o telefone toca
22.03 Antiquário
22.30 Qunado o telefone toca
23.05 Novas de alegria
23.19 Apenas música
23.30 PBX
02.00 A noite é nossa
06.00 Diário rural
07.00 Talismã

Modilação de Frequência

16.00 Noticiário
16.04 Programa CDC
18.02 O nosso programa
19.04 Vértice
21.02 Boa noite em FM
22.02 Programa à gô-gô
23.00 Noticiário — programa à gô-gô (cont.)
00.02 Em órbita-dois
01.02 Banda sonora Sonipol
02.00 Perspectiva
03.00 Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

15.05 «TRês vezes cinco»
16.05 Radiorama
18.00 Tri-S
18.30 Terço e benção
19.00 Jornal diário
19.30 Página 1
21.05 Meditando
21.08 Poesia é diálogo
21.15 Poente
21.30 Curso de língua alemã
21.45 Pentagrama
22.00 Quando o telefone toca
22.30 Esquema 13
23.05 A 23.ª hora

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

RÁDIO VOZ DE LISBOA
Das 6.00 às 10.00 e das 14.30 às 17.00

RÁDIO GRAÇA
Das 10.00 às 12.00 e das 22.00 às 2.00

CLUBE RADIOFÓNICO DE PORTUGAL
Das 12.00 às 14.30 e das 17.00 às 19.30

RÁDIO PENINSULAR
Das 19.30 às 22.00

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO 1-1
(ATÉ ÀS 22 HORAS)

AJUDA
Dilema, Rua Aliança Operária, 49-A (Telef. 636620).
ALCÂNTARA
Vieira da Rosa, R. Prior do Crato, 74 (Telef. 660137).
ALFAMA
Pereira, Rua do Paraiso, 98 (Telef. 863224)
ALMIRANTE REIS
Cândido Monteiro, Av. Almirante Reis, 121-B (Telef. 45751)
ALVALADE
Sanez, Av. da Igreja, 31-C (Telef. 717505)
AREEIRO
Algarve, Av. de Roma, 7-B (Telef. 731478)
AVENIDAS NOVAS
Cruz Nunes, Praça Duque de Saldanha, 14 (Telef. 41845)
BAIXA
Valadas, Rua da Madalena, 235 (Telef. 872060)
BELÉM
Bom Sucesso, R. Bartolomeu Dias, 63-A (Telef. 611454)
BENFICA
Ribeiro, Estrada da Luz, 199 (Telef. 780969)
CAMINHOS DE FERRO
Conceição, Calcada D. Gastão, 30 (Telef. 381279)
CAMPO DE OURIQUE
Pinheiro, Rua de Campo de Ourique, 131 (Telef. 686640); **Urbano de Freitas,** Rua Silva Carvalho, 1-9 (Telef. 662838)
CONDE REDONDO
Saluz, Rua Luciano Cordeiro, 73 (Telef. 42239)
JANELAS VERDES
Pinheiro, Rua Presidente Arriaga, 16 (Telef. 691054)
LUMIAR
Central, Rua do Lumiar, 77 (Telef. 790480)
MARQUÊS DE POMBAL
Ribeiro e Castro, Rua Braamcamp. 52-C (Telef. 43409)
OLIVAIS
Antunes Rosas, Praça da Cidade do Luso, Lote 199 (Olivais-Sul) (Telef. 313610)
PICHELEIRA
Luzmar, Rua João Nascimento Costa, 16-A (Telef. 728395)
S. BENTO
Confiança, Praça das Flores, 59 (Telef. 690401)
S. PAULO
Africana, Rua Bernardino Costa, 45 (Telef. 369120)
SETE RIOS
Laranjeiras, Rua Filipe da Mata, 160 (Telef. 761035)

TURNO 1-2
TODA A NOITE

ALCÂNTARA
Costa, Rua dos Lusiadas, 30 (Telef. 630704)
ALTO DO PINA
Ibéria, Rua Barão de Sabrosa, 235-A (Telef. 728277)
ALVALADE
Rio de Janeiro, Av. Rio de Janeiro, 4-C (Telef 721409)
AMEIXOEIRA
S. Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, (às Galinheiras) (Telef. 790969)
AVENIDAS NOVAS
Figueiras, Av. Marquês de Tomar, 20 (Telef 44995)
BAIRRO ALTO
Pinharanda, Rua da Rosa, 94 (Telef 321534)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, Praça Norte 11 (Telef. 311216)
BAIXA
Brites Moita, Praça da Alegria, 27 (Telef. 321149) **Cortez,** Rua de S. Nicolau 93 (Telef 325378)
BELÉM
Gomes, Rua da Junqueira, 326 (Telef 638193); **Belém,** Rua Tristão Vaz, 10-A (à Encosta do Restelo) (Telef. 638193)
BENFICA
Santa Cruz, Av. Gomes Pereira, 34-A (Telef. 704828)
CAMPO DE OURIQUE
Elma, Rua Maria Pia, 358-A (Telef. 686176)
CAMPOLIDE
Oliveira, Rua de Campolide, 54-A (Telef. 684424. Rua Maria Pia, 358-A (Telef. 686176)
ENTRECAMPOS
S. Miguel, Praça Francisco Morais, 1 (Telef. 771469)
ESTEFÂNIA
S. Jorge, Avenida Rovisco Pais, 32-A e 32-B (Telef. 534027)
ESTRELA
Tagus, Praceta da Rua Possidónio da Silva, 162-A (Telef. 669485); **Rodrigues e Aires,** Rua da Lapa, 54 (Telef. 662246)
GRAÇA
Branquinho, Rua de Sapadores 87 (Telef. 842725)
INTENDENTE
Intendente, Largo Pina Manique, 50-51 (Telef. 47838)
LUMIAR
Matos Viegas, Av. Rainha D. Amélia, 34-B (Telef. 794174)
SETE RIOS
Curie, Av. Madame Curie, 15-A (Telef. 778439)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar — R.Ernesto Silva, 81 (Telef. 212048)
CAXIAS
Nova — Rua Bernardim Ribeiro, 1-A (Telef. 242839)
PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva — Av. Patrão Lopes, 4 (Telef. 2432039)
OEIRAS
Central — Rua João Teixeira Simões, 18 (Telef. 2430058)
PAREDE
Brandão — Av. da República, 77-C (Telef. 2471054)
SJOÃO DO ESTORIL
SJoão — (Telef. 261186)
MONTE ESTORIL
Suiça — Cruzeiro (Telef. 260087)
CASCAIS
Cordeiro — Av. Comb. G.Guerra, 40 (Telef. 280170)
Nova — Est. de Alvide-Fontainhas (Telef. 281044)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora — P. 28 de Maio, 3-A (Telef. 935518)
Carmelo — R.Elias Garcia, Lote 28 (Telef. 933303)
Helénica — R.Elias Garcia, 2 (Telef. 933613)
SJorge — R. Pedro del Negro, 5-Reboleira (Telef. 938703)
DAMAIA
Lemos — R. de Goa, 21-A (Telef 971121)
QUELUZ
Zeller — R. da República, 83 (Telef. 950045)
Correia — L. do Mercado, 3 (Telef. 950906)
CACÉM
Garcia — Av. dos Missionários, 2 (Telef. 2942181)
MEM MARTINS
Química — Est. de Mem Martins, 285 (Telef. 2910012)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim — (Telef. 980456)
SINTRA
Simões — R.Heliododro Salgado, 26 (Telef. 980832)
COLARES
Abreja — (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes — L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Telef. 234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão — R. Cândido dos Reis, 30 (Telef. 224020)
ALMADA
Macedo Henriques — R.Bernardo Francisco da Costa, Lote 1 (Telef. 271297)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança — Est. Nacional, 174 (Telef. 224302)
BARREIRO
Moderna — R. D.Henriqueta Gomes de Araújo, 12 (Telef. 20734443)
COVA DA PIEDADE
Morgado — R.Cabo da Boa Esperança, 31-A (Telef. 274356)
MOITA
Silva Rocha — P. da República, 16 (Telef. 239029)
MONTIJO
Moderna — R.Bulhão Pato, 60 (Telef. 230156)
SESIMBRA
Leão — Av. Salazar (Telef. 229471)
SETÚBAL
Bocageana — R. do Romeu (Telef. 23425)
Bairros — B.º Santos Nicolau (Telef. 23330)
SEIXAL
Godinho — L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

PORTO

1.º TURNO

SUB-TURNO A

Alves da Silva, Av. da Boavista, 1016. **Azevedo (de)** , Rua do Meiral, 503. **Gomes Ferreira,** Rua Faria Guimarães, 449. **Nau Victoria,** Rua Nau Victória, 723. **Ordem da Trindade,** Rua Her. e Mart. Angola, s/n. **Terreiro,** Rua da Reboleira, 21

SUB-TURNO B

Antas (das), Av. Fernão de Magalhães, 1076. **Ant. Porta do Olival,** C. Mártires da Pátria, 122. **Falcão,** Rua de Santo Ildefonso, 61. **Ferreira,** Praça D. Afonso V, 55-B. **Lousada,** Largo do Campo Lindo, 62

COIMBRA

TURNO G

Rodrigues da Silva, R. Ferreira Borges, 32 (Tel. 24348) **S. José** Arcos do Jardim (Tel. 24697)

motor

cinemas

CINEARTE (Tel. 660446)
15.00 e 21.00
(Grupo D-18 anos)
Frank Sinatra, Dean Martin, Samy Davis, Angie Dickinson e Peter Lawford em «Os 11 DO OCEANO» Jeanne Moreau em «AMOR ILÍCITO»

CINEMA CASTIL (Tel. 530194)
15.00 - 17.00 - 19.00 - 21.45
Grupo C (14 anos) 2.ª Semana colorido OS CLOWNS DE FELLINI (Estacionamento Parque Castil)

MONUMENTAL (Tel. 555131)
15.15 e 21.30
(Grupo F - 18 anos) (3.ª Semana) «THE GETAWAY» (Tiro de escape) Steve McQueen e Ali MacGraw num filme de Sam Peckinpah
O Oeste do avesso amanhã às 18.30 (Adultos) «A BALADA DO DESERTO» de Sam Peckinpah com Jason Robards e Stella Stevens

SATÉLITE (Te. 555131)
15.30 - 18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos) 5.ª Semana
Um filme de António Pedro Vasconcelos «PERDIDO POR CEM...», com José Cunha, Marta Leitão, Ana Maria Lucas e Nuno Martins.

CINEMA LONDRES (Tel. 731313)
14.15 - 16.30 - 18.45 - 21.45
Grupo D (18 anos) colorido. As seduções libertinas e o amor conjugal o filme de Eric Rohmer O AMOR AS 3 DA TARDE
Snack Bar — «Pub The Flag» o melhor encontro gastronómico.

ESTÚDIO (Tel. 555134/5)
15.30-18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
4.ª semana - Color
Um filme de Jan Kador «MULHER À DERIVA» Rade Marcovic, Milena Dravic. (Metro: Alameda)

MUNDIAL (Tel. 538743)
15.15 - 18.30 - 21.45
Grupo C (14 anos) - Panavision color «O JOVEM LEÃO» c/ Robert Shaw, Anne Bancroft, Simon Ward

CONDES (Tel. 322523/326710)
14.00 - 16.30 - 19.00 e 21.45
(Grupo B-10 anos) 5.ª Semana
A alegria, a melodia, o luxo de Viena e de Johann Strauss «A GRANDE VALSA» Com Horst Bucholz, Mary Costa e Nigel Patrick - Panavision-Metrocolor

EUROPA (Tel. 661016)
15.00 e 21.30
(Grupo B-10 anos) 3.ª Semana
William Holden, Alec Guinness em «A PONTE DO RIO KWAI», um filme de David Lean. Technicolor-Cinemascope

IMPERIO (Tel. 555134/5)
15.15 e 21.30
Grupo D 18 anos)
Eastmancolor «O LOIRO DO SAPATO PRETO» Pierre Richard, Mireille Darc. Realização de Yves Robert.
Sessão clássica amanhã às 18.30
(Grupo D - 18 anos)
Eastmancolor Baseado em Dostoievski Um exemplar filme de Robert Bresson «QUATRO NOITES DE UM SONHADOR» Com Isabelle Weingarten e Maurice Monnoyer (Metro-Alameda)

ROMA (Tel. 727778)
15.30 e 21.45
(Grupo B 10 anos)
5.ª semana
«CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITÁ» Com Terence Hill e Bud Spencer.

ALVALADE (Tel. 717480)
15.15 e 21.45
Grupo D (14 anos)
2.ª semana — Um filme de Luis Buñuel «LABIRINTO INFERNAL» Simone Signoret, Michel Piccoli

ODEON (Tel. 326283)
15.15-18.15 e 21.30
(Grupo C-14 anos) 7.ª Semana
Techniscope-Eastmancolor. Bruce Lee é «O INVENCÍVEL», violento! Arrebatador!

APOLO 70 (Tel. 763319)
15.15 - 18.30 - 21.45
Grupo D (18 anos) Technicolor
Grande Prémio do Cinema Fantástico 1973 — UM ASSASSINO PELAS COSTAS com Dennis Weaber

RESTELO (Tel. 610375)
21.30
(Grupo D-18 anos)
5.ª Semana! Um autêntico festival de gargalhada «COM JEITO VAI... NA PÂNDEGA»

VOX
15.15-18.30-21.45 (5.ª Semana)
Eastmancolor Grupo D (18 anos)
Um filme de Calude Chabrol «A CASA DOS DESEJOS» Jean Paul Belmondo e Mia Farrow.

ROYAL (Tel. 865037)
15.00 e 21.00
(Grupo D - 18 anos)
«POR CAUSA DE UMA MULHER» e em complemento «MANOBRAS DE AMOR»

S. JORGE (Tel. 54151)
15.15 - 18.15 - 21.30
(Grupo D 18 anos)
3.ª Semana
De invulgar êxito «PARIS, MANICÓMIO DO AMOR» com Marthe Keller

EDEN (Tel. 320768)
15.30 - 18.30 e 21.45
(Grupo D 18 anos)
Technicolor. Realizacão de Sergio Martino «PASSOS NA ESCURIDÃO» George Hilton - Edwige Fenech - Susan Scott.

IMPERIAL (Tel 821933)
14.45 e 21.00
(Grupo C 14 anos)
«SEGUE-ME QUERIDO» em complemento «O SOLITÁRIO DO RIO GRANDE»

POLITEAMA (Tel. 326303)
15.15 - 18.15 - 21.45
(Grupo B 10 anos)
5.ª Semana
«CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITÁ» Terence Hill e Bud Spencer.

BERNA (Tel. 776098)
15.15 - 18.30 e 21.45
(Grupo D - 18 anos)
2.ª Semana — Eastmancolor
Um filme de Jean - Pierre Melville «CAI A NOITE SOBRE A CIDADE» Alain Deon e Catherine Deneuve

CASINO ESTORIL
17.00 e 21.30
(Grupo B - 10 anos)
«OS REVOLTADOS DO CAINE»
Technicolor com Humphrey Bogart, José Ferrer, Van Fred MacMurray e Robert Francis

AVIZ (Tel. 47163)
15.30 e 21.45
5.ª Semana (Grupo B - 10 anos)
«CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITÁ» Terence Hill e Bud Spencer.

TIVOLI (Tel. 505950)
15.15 - 18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos). 2.ª Semana
Colorido. Dustin Hoffman em «CÃES DE PALHA» o filme de San Peckinfan

ESTÚDIO 444 (Tel. 779095)
15.30 - 18.30 e 21.45
(Grupo D - 18 anos)
Colorido. Um filme de Edouard Luntz «HUMOR VAGABUNDO» Jeanne Moreau - Michel Blouquet

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

A. B. C.
21.45 e 23.00 (18 anos)
«Pró menino e prá menina»

CAPITÓLIO
21.45 (18 anos)
«Sexo, nunca! Somos britânicos»

MARIA VITÓRIA
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Cá vamos pagando e rindo»

LAURA ALVES
21.45 (14 anos)
«O Principe e a Corista»

VASCO SANTANA
21.45 (18 anos)
«Oos Amigos»

MONUMENTAL
21.45 (18 anos)
«Adriano VII»

LISBOA/Cinemas

CINEARTE
21.00 (14 anos)
«OS 11 DO OCEANO»

RESTELO
21.30 (18 anos)
«Com jeiro vai... em Pândega»

PARIS
21.00 (18 anos)
«Os alegres dias de Pompeia»

JARDIM CINEMA
21.30 (18 anos)
«Smic, smac, smoc»

MOSCAVIDE
21.00 (18 anos)
«Amarga experiência»

PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«Traficantes de sonhos»

MAYER
21.00 (14 anos)
«A legião dos danados»

OLIMPIA
19.00 (18 anos)
«O Túmulo do Sangue»

LINHA DE CASCAIS

OEIRAS
Oeiras-cine
21.00 (10 anos)
«Melodia incompleta»

PAREDE
Royal-cine
21.15 (17 anos)
«Shango»

ESTORIL
Casino
17.00 - 21.30 (10 anos)
«Os revoltados do Caine»

ESTORIL
Palácio
21.30 (10 anos)
«O Boy Friend»

CASCAIS
S. José
21.30 (14 anos)
«Segue-me, querido»

Esplanada
21.30 (10 anos)
«Galileu»

LINHA DE SINTRA

DAMAIA
D. João V
21.30 (18 anos)
«Transplantação»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«A linha de demarcação»

QUELUZ
Queluz Cinema
21.15 (14 anos)
«O Sheriff destemido»

SINTRA
Carlos Manuel
(10 anos)
«A Caverna do homem monstro»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Em nome do povo italiano»

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«Com jeito vai... na pândega»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (14 anos)
«Mais morto que vivo»

BARREIRO
Cine-Barreirense
21.00 (18 anos)
«O Padrinho»

AMORA
Operária Amorense
21.15 (10 anos)
«Custer, o herói do Oeste»

PORTO/Cinemas

CARLOS ALBERTO
21.30 (14 anos)
«Sartana está de volta» e «Peny Grant, agente de ferro»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Malpertius»

JÚLIO DINIZ
21.30 (14 anos)
«O Relicário»

OLIMPIA
21.30 (10 anos)
«Dois irmãos num lugar chamado Trinitá»

S. JOÃO
21.30 (18 anos)
«A Estátua»

ÁGUIA D'OURO
21.30 (10 anos)
«Continuaram a chamar-me Trinitá»

COLISEU
21.30 (18 anos)
«Roma de Fellini»

RIVOLI
21.30 (10 anos)
«A grande valsa»

VALE FORMOSO
21.30 (18 anos)
«Heróis por conta própria»

BATALHA
21.30 (14 anos)
«O Jovem Leão»

ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«Eva»

TRINDADE
21.30 (18 anos)
«O assassínio de Trotsky»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.00 (18 anos)
«O Amor às 3 da Tarde»

TIVOLI
21.30 (14 anos)
«Sabata chega e mata»

AVENIDA
21.00 (18 anos)
«Cidade viscosa»

SOUSA BASTOS
21.30 (18 anos)
«A Ameaça»

motor

bars boites

HIPOPÓTAMO — Com Helder Reis Encerra aos domingos. **Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. Telef. 48384.**

PRINCIPE NEGRO-Dancing com variedades. **Calçada da Glória, 2 Telef. 368987**

SOLAR DA HERMÍNIA — Herminia Silva, hoje e sempre. **Largo Trindade Coelho, n.º 10 e 11.** Encerra aos domingos. **Telef. 320164.**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **Telefones 26461, 264526, 264596, 264621 e 264946.**

NINA — **Dancing** com atracções **Rua Paiva de Andrade, 7-13. Telef. 34859-365167.**

EL CIDE — **Dancing** com variedades. Com o conjunto «X 4». **Rua Bernardo Lima, 13-A** (ao Conde Redondo». **Telef. 560538.**

CACO — **Dancing** com música ambiente, com singular quarteto **Rua Camilo Castelo Branco, 23-A.**

FANTASMA-Dancing Caveau — com variedades. Maria Helena, Odete Maria. Domingos Ramos e o fabuloso Tony Sandro e Garcia e o seu conjunto. **R. Gomes Freire, 145-b.** Aberto das 18 h. às 21 e das 22.30 h. às 05.00 h.

TAMILA — Marão e s/ conjunto «Matinées» todos os dias. Encerra aos domingos. **Avenida Duque de Loulé, 69. Telef. 534117.**

LUSO — Grande elenco de folclore fado de Lisboa por Augusta Ermínda e José Luis Tomar, fado de Coimbra por Américo Silva. Em fado castiço Cristina Maria **Travessa da Queimada, 10. Telef. 362889.** Aberto todos os dias.

SAN-PAYO — Bar-boite c/ música constante. Aberto até às 5 h. da madrugada. **Rua Rodrigues Sampaio, 34. Telef. 561422** (Ar condicionado).

DL/NACIONAL

DL
RENASCENÇA GRAFICA S A R L
PROPRIETARIO DO
DIARIO DE LISBOA
ADMINISTRAÇÃO GERAL
REDACÇÃO E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO 185 1.º,2.º E 4.º
TELEF 654531/2 3 4
SERVIÇOS TECNICOS
RUA LUZ SORIANO 44
RUA DA ROSA 57
END TEL DIBOA TELEX 1363
LISBOA PORTUGAL

Contrato Colectivo dos Motoristas do Norte

Por não ter chegado a acordo nas negociações que até agora teve com o respectivo Grémio, a Federação Regional do Norte dos Sindicatos dos Motoristas decidiu entregar na Corporação dos Transportes e Turismo a proposta de revisão do Contrato Colectivo de Trabalho actualmente em vigor, de forma a que se inicie a fase de conciliação.

MOTORISTAS DO PORTO

Decorreram no Sindicato Nacional dos Motoristas do Distrito do Porto as eleições dos corpos gerentes para o triénio 1973-75. A lista apresentada e eleita . . é composta, no que se refere à assembleia geral, por António Costa Coutinho (presidente), Joaquim Costa Ferreira e Manuel da Silva Pedrosa (secretários). A lista da direcção é composta por Alexandre Pinto da Cunha, António Gomes da Silva, Carlos Alberto Moreira Fontes e Tomás Lousada de Oliveira.

Comunicado do Comando-Chefe na Guiné

. Pelo Comando-Chefe das Forças Armadas na Guiné, foi distribuído em Bissau o boletim informativo, referente ao período de 16 a 30 de Abril, de que destacamos as seguintes passagens:

. «Na segunda quinzena de Abril as Forças Armadas continuaram empenhadas no apoio às tarefas de desenvolvimento da Província, assegurando a protecção necessária aos trabalhos em curso e participando activamente nos mesmos em reforço das estruturas civis.

«Prosseguiu, durante o período, em toda a província, a fase regional do quarto congresso do povo.

«Em continuação da ocupação militar da região do Cantanhez procedeu-se à instalação de Forças Militares na povoação de Jemberém com vista a possibilitar uma melhor execução do plano de desenvolvimento da região sul da Província. Neste quadro, prosseguiram activamente os trabalhos em curso nas localidades desta área que ultimamente passaram a beneficiar de protecção militar. Ainda no âmbito dos programas de desenvolvimento continuaram, em bom ritmo, os trabalhos de construção das estradas Jugudul-Bambadinca, Piche-Buruntuma, Mampatá-Cumbijã, Catói-Cufar e Cadique-Jemberem.

A actividade inimiga, durante o período, manteve as características habituais. Assim, o inimigo raptou 20 elementos da população empenhados nas fainas agrícolas na região de Bissum os quais foram, porém, recuperados no decurso da perseguição movida ao grupo inimigo em fuga, por uma força de milícias de Bissum, assaltou e roubou a tabanca indefesa de Ieromaro no leste da província e flagelou, com armas pesadas e à distância, as povoações fronteiriças dwBigene, Guidage, Binta, Catió, Chugué, Jemberém, Canjadude, Cumbija, Bedanda, Guilege e Sinchã Abdulai».

Depois de frizar que «o inimigo prgocedeu ainda a larga utilização de minas e outros engenhos explosivos», o comunicado faz um balanço dos resultados das operações das Forças Armadas no referido período.

ESTANTES METÁLICAS
— POR ENCAIXE — SEM PARAFUSOS — PLASTIFICADAS
— MONTAGEM FÁCIL E RÁPIDA — SEM FERRAMENTAS
— CANTONEIRA PERFURADA
— MÓVEIS METÁLICOS
CORTAL
COMÉRCIO METÁLICO DE ÁGUEDA, LDA.
STAND EM LISBOA:
Avenida Júlio Dinis, 4-A — Tels. 777344 - 777406 — LISBOA

O processo das drogas

Continuam os depoimentos

Durante a quarta audiência do processo da marijuana, realizada ontem na Boa-Hora, prestaram declarações mais seis réus dos quarenta que o Ministério Público acusa.

Os deponentes, que negaram a maioria dos actos de que são acusados, assim como quaisquer intenções lucrativas na transmissão de estupefacientes, confirmando, em geral, terem consumido uma ou outra vez, marijuana ou LSD, sublinharam as condições sob as quais tiveram de prestar declarações à Polícia Judiciária, aquando da instauração dos seus processos. Um dos réus, segundo disse, preso sob depressão nervosa, afirmou: «**Durante quinze dias neguei-me a denunciar amigos. Além do mais, tudo o que disse em minha defesa não consta dos autos; apenas assentaram o que me podia incriminar. Hoje, estou aqui acusado de nove «fumaças» dadas em 1971, de uma presumível marijuana que a Polícia nunca viu».** A importância de um conhecimento detalhado do tipo de marijuana consumido pelos réus é, de facto, relevante, uma vez que, segundo um acórdão da relação, o tipo do produto fumado poderá, decidir, inclusivamente, sobre a absolvição ou inculpação dos acusados. Segundo esse elemento normativo, a lei não proibirá o consumo das **folhas** de cannabis que constituem a marijuana mais usada — mas antes das resinas e da flor, com maior poder estupefaciente. Ora, os réus afirmaram o consumo daquele tipo de marijuana vulgar. Por isso, que se tenha dito: «**Se fosse possível uma análise dos produtos que tomei, não estava aqui incriminado**».

Por mais do que uma vez, advogados de defesa pediram aos deponentes que dissessem quais as razões que os levaram ao consumo de marijuana ou de LSD — ou do que como LSD foi ingerido, pois há suspeitas de se tratar de uma falsificação. Os réus declaram, quase sempre, ter fumado de modo ocasional, num encontro de amigos e nunca em pretensas «sessões de fumo», quer por mera «plaisanterie» quer por declarado interesse nessa experiência. Vários dos incriminados referiram (entre outra informação de que dispunham) os resultados do inquérito da «**Comissão Nixon**» que recomendou que a marijuana «**fosse retirada da lista das drogas proibidas e negou que ela levasse aos consumo das «hard drugs» (cocaína, heroína, etc.).**

— **O que há a explicar às pessoas mais novas é que se drogam todos os dias com aquilo que comem,** afirmou a dada altura, um dos réus. Respondeu-lhe, por seu lado, um dos juízes-assessores: ...**Mas também se droga com marijuana!**

Inclinação para tentarem uma experiência psicótica, estados de depressão nervosa ou o conhecimento de experiências terapêuticas bem sucedidas com o uso do «ácido», foram também algumas das razões invocadas para o seu consumo. Os efeitos foram no entanto, tidos por decepcionantes (insónias) o que poderá corroborar a possível falsificação das pastilhas de LSD tomadas.

Os interrogatórios e as declarações prosseguiram durante toda a tarde voltando, por várias vezes, a serem feitas referências ao modo de tratamento dos acusados pelos agentes da autoridade. Referiram-se: pressões no sentido da denúncia, discrepâncias entre o escrito nos autos e o teor das declarações, interrogatórios nocturnos, mau tratamento, coacção, etc.. O último réu da sessão viria a iniciar assim as suas declarações: «**A Polícia, com os seus métodos, obriga-nos a esforçar a memória ao máximo; depois de o ter feito, admito ter fumado uma vez com amigos. Aliás, nessa altura, senti-me bastante mal surpreendido com as declarações que diziam de pessoas minhas amigas e que eu sabia incapazes de as terem feito.**»

Este deponente afirmou ter estudado o problema da droga, reconhecendo-se naturalmente interessado numa experiência.

— **Como médico que sou, tenho o dever de me informar,** afirmou. Interrogado, por um advogado de defesa, sobre a sua posição face à droga, o réu frisou, no decorrer da sua exposição: «**Uma das grandes consequências da propaganda contra a marijuana e, em especial, da gravíssima relação que se faz entre esta e a cocaína, morfina, heroína e outros produtos semelhantes, é a de provocar a «escalada de drogas». A escalada é exercida pela repressão».** Como foi então afirmado, reconhece-se que esta ligação entre um produto cuja dependência física ou mental muito se discute e aqueles estupefacientes, envolvendo maior capacidade tóxica, promove junto daqueles que, tenham já experimentado o primeiro, um desejo de passarem para produtos que lhes indicam como semelhantes.

Referiu o réu, ainda, experiências feitas com pessoas que durante oito anos fumavam uma média de sete cigarros de marijuana diários, sendo negativas as conclusões quanto a uma provada nocividade do produto. «**O consumo de marijuana está ligado a uma determinada ambiência cultural**», disse.

A próxima audiência deste processo, a quinta, está marcada para amanhã, pelas 14 e 30.

O 'CASO DE MONSANTO"

Julgamento adiado "Sine Die"

Foi adiado «sine die» o julgamento do chamado «caso de Monsanto» em que participam como réus, cinco jovens, acusados pelo Ministério Público dos crimes de rapto e roubo contra as pessoas de Maria Rosa Ferreira e Maria da Ressurreição. Os réus, pertencentes, a algumas famílias bastante conhecidas, são: Waldemar de Almeida Carvalho Ramalho, João Afonso de Albuquerque Cabral Sacadura, Nuno Sotto Mayor Megre, José Diogo Sotto Mayor da Silva Pereira e Nuno Manuel Amigo de Figueiredo.

A identidade dos militares mortos em Moçambique

LOURENÇO MARQUES, 8 — (I/DL) — Foi ontem oficialmente divulgada nesta cidade a identidade dos militares que, no passado dia 2, conforme foi noticiado, pereceram num trágico acidente de aviação, quando o aparelho de transporte da Força Aérea em que viajavam, em missão logística do distrito de Cabo Delgado, embateu no solo, devido às más condições atmosféricas, ao preparar-se para aterrar na pista da vila de Mueda.

A identidade dos mortos é a seguinte: capitão miliciano graduado da Força Aérea, Alfredo António Penacho Azevedo, natural de S. Pedro-Ponta Delgada (Açores), filho de Alfredo António Mouga de Azevedo e de Maria Leonor Torres Penacho, casado com Maria Martins da Silva Azevedo, tenente piloto navegador Manuel Amador Pesquinha da Silva natural de S. Maria da Feira (Beja), filho de Amador da Silva e de Maria da Conceição Pesquinha, casado com Elvira Lídia da Silva Cancela e Cunha; primeiro-sargento da Força Aérea Francisco da Cruz Botelho, natural de Aljustrel, filho de Francisco Botelho Horta e de Maria da Cruz Horta, casado com Maria do Carmo Paulo Botelho; primeiro-sargento da Força Aérea José Armando Santa Rita Varandas, natural de S. Sebastião da Pedreira (Lisboa), filho de José Luís Varandas e de Fabiana Santa Rita Varandas, casado com Maria Helena Santa Rita Varandas; primeiro-cabo da Força Aérea, Daniel Pereira Dias, natural de Penamacor, filho de Manuel Dias Cardoso e de Maria da Conceição Pereira; 1.º cabo da Força Aérea Alberto Manuel Lopes Santiago, natural de Santa Cruz (Coimbra), filho de Alberto Pereira Santiago e de Branca Santiago Lopes; 1.º cabo da Força Aérea, António José Ramos Valente, natural de Setúbal, filho de António Valente Júnior; e o furriel-miliciano do Exército, Augusto Arede Correia da Costa, natural do Seixal, filho de Augusto Henrique Silva Costa e de Virginia Arede Correia Costa, casado com Maria Graça Simões Gonzalez Correia da Costa.

NOTAS VÁRIAS

«LEÃO» DE RIO MAIOR

Terá sido morto o célebre «leão» de Rio Maior, que há vários meses se julga andar à solta na serra dos Candeeiros? O facto aconteceu ontem ao fim da tarde, quando a pastora Olinda dos Santos Vicente acompanhada de sua filha e de outro rapaz foi buscar o rebanho e deparou com um corpulento animal a devorar uma ovelha e com mais duas mortas. O animal acabou por ser abatido por Ivo Cordeiro Venda, que tinha acorrido em auxílio. Não é lobo, nem raposo. Tem, nas patas, mais quatro unhas do que as normais; dentes compridos e afiados; mede cerca de 1,50 e pesa à volta de 50 quilos.

1620 BADALADAS

Foi em 7 de Maio de 1945 que terminou a Segunda Guerra Mundial. Passaram ontem, precisamente, 28 anos. Desde esse dia, que o sino da Paz, em Benfeita, dá para assinalar o acontecimento 1620 badaladas. O facto repetiu-se e o povo dançou e cantou mais uma vez junto da torre.

EDUARDO CLAPARÉDE

Organizadas pelo Centro de Saúde Mental de Lisboa, Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Gulbenkian e pelo Colégio Eduardo Claparede e o Instituto Aurélio da Costa Ferreira, começaram as celebrações do centenário de Claparéde, tendo sido inaugurada uma exposição documental e iconográfica daquele cientista suiço. Hoje, no Centro de Saúde Mental do Hospital Júlio de Matos, o prof. Robert Dotprems orientou um colóquio sobre Eduardo Claparéde.

ACIDENTES

No despiste de um automóvel perto de Alcochete registou-se a morte do condutor, David Alegria Gabriel de 19 anos e ferimentos superficiais em Joaquim José Diogo de 17 anos que após receber tratamento, recolheu a casa.

Um morto e três feridos foi o balanço do acidente ocorrido perto de Bragança, quando o pneu da camioneta rebentou e o veículo se despistou, e foi embater numa cerejeira. O condutor, Serafim de Sousa teve morte imediata, enquanto os outros ocupantes sofreram ferimentos ligeiros.

SOCORRISTAS

GENEBRA, 8 (F) — Duzentos e trinta milhões de socorristas de 115 sociedades da Cruz Vermelha festejarão hoje, terça-feira o seu dia mundial, dedicado este ano à protecção do meio ambiente. Para esta campanha, a Cruz Vermelha conta com a colaboração da equipa Walt Disney: Mickey, Donald e Pluto farão o elogio dos métodos de protecção ao meio ambiente.

marantz «We sound better»
ESTEREOSOM
Avenida Duque d'Ávila, 56-A - Telefone 560563 - LISBOA-1
marantz «We sound better»

Registo Comentário

SOBRE UM CONGRESSO QUE CORRE

A saída deste suplemento, e deste registo-comentário, estará a decorrer o I Congresso de Projectistas e Consultores. O menos que se pode escrever, quando o congresso ainda não se pode medir nos seus resultados e conclusões, e que o seu impacto ja foi bastante importante e significativo.

Ate por razões pessoais começamos por acompanhar os primeiros passos da iniciativa, procurando localiza-la num momento de viragem do processo económico, na necessidade de organização de um sector e actividade, na procura de definição de regras de um jogo concorrencial. De qualquer modo, esse acompanhar dos primeiros passos, possibilitou uma reflexão confrontada com a imagem que o congresso ia construindo, e ia aparecendo construida.

Não é a altura de fazer «balanço» do congresso, mas será, talvez, a de procurar clarificar essa imagem, ou de bem sumariar os problemas que foram surgindo mais marcantes, nalguns casos até prometendo vir a ser polémicos, mas em que o verdadeiro lugar da polemica será ou o próprio congresso ou a prática da actividade, e não a discussão do que «será» o congresso e a quem servirá. O que nada tira da utilidade da sua proposta antes nos parece indispensável como esforço de lúcida denuncia.

Como primeiro ponto, esta necessidade de definir e organizar a actividade representa, quanto a nós, um reflexo de uma imposta maior racionalidade económica», isto é, a prática de uma utilização dos recursos que tenha em conta economia de meios para determinado produto ou maior produto para dados meios. Independentemente (o que e muito diverso de indiferentemente...) dos interesses servidos por essa «racionalidade», da dimensão (qualidade) social em que se enquadra, ou que é predominante.

A organização levanta, depois, o problema do acesso à profissão, a sua intrínseca organização, as suas hipoteses, a formação, as regras de concorrência e a sua articulação com um quadro mais largo. Neste aspecto, importa referir a opção corporativa, isto e, gremial ou sindical, como de muito inviavel consideração, dado o estádio actual do sector, muito heterogeneo, a um tempo personalizado e a enquadrar-se em grandes conjuntos mais ou menos anónimos e mais e mais poderosos. Esta (outra) articulação bem se justifica pela cada vez maior importância de realizações a que se ligam projectistas e consultores, com empreendimentos e «planos» em si muito relevantes mas, sobretudo, com acrescidas e não menos relevantes «pontes», continuidades, oportunidades e criação de condições. Aqui surge um problema de concorrência que pode ter aspectos curiosos, desde a concorrência entre pequenos (às vezes individuais) projectistas e consultores e gabinetes a crescer e a absorver (apagando ou não a personalizada qualificação), e tambem entre grandes gabinetes, conjuntos ou consórcios, grupos ou poligrupos, nacionais ou multinacionais.

Não mais nos move do que arrolar alguns dos problemas que serão, talvez, objecto de discussão, e para que se procurará vir a encontrar conclusões ou caminhos. Para alguns dos problemas, decerto que o congresso trará uma achega, porque definirá (ou abrirá caminho para definir) regras de jogo, para usar expressiva imagem já utilizada neste registo-comentário.

A ACTIVIDADE DE PROMOVER A EXPORTAÇÃO E AS FEIRAS

Talvez a primeira vez que nos referimos ao congresso de projectistas e consultores o tenhamos feito a partir do confronto entre uma actividade assinalável de promoção de exportação e... a importação de trabalho de projectistas e consultores, inclusivé para essa promoção e estudos de base. Pareceu-nos de assim anotar uma contradição, aliás bem traduzida na citação aproveitada para uma comunicação do referido congresso (eng. Martins Pereira, de **Les professions de services: perspectives et incertitudes**:

Continua na pagina dois

MAI	
1	M J. TRAVAIL.
2	M Boris
3	J Phil./Jacq.
4	V Sylvain
5	S Judith
6	D Prudence
7	L Gisèle
8	M ARMIST. 1945
9	M Pacôme
10	J Solange
11	V Estelle
12	S Achille
13	D FETE J.-D'ARC
14	L Mathias
15	M Denise
16	M Honoré
17	J Pascal
18	V Eric
19	S Yves
20	D Bernardin
21	L Constantin
22	M Emile
23	M Didier
24	J Donatien
25	V Sophie
26	S Bérenger
27	D F. des MERES
28	L Germain
29	M Aymar
30	M Ferdinand
31	J ASCENSION

Este é o primeiro número do suplemento «Economia» que sai em Maio.

A primeira terça-feira «caiu» no 1.º de Maio, feriado guardado pelos trabalhadores da Informação.

A título de curiosidade-registo, e porque parece oportuno em razão da causa de não publicação deste suplemento no dia 1 de Maio, reproduzimos a gravura referida ao mês, no calendário de um jornal francês. As estampas representadas nesse calendário são de uma série de «hábitos» de «ofícios», vestimentas ditas «grotescas», e editadas em 1965 por Nicolas de l'Armessin. Longe de ser o fruto de uma imaginação exclusivamente pessoal, as gravuras são também a versão individual de uma herança histórica bem determnada e o sinal de uma nova visão urbana, de um olhar novo para a vida, em que os ofícios começavam a ter uma outra expressão.

Para Maio, o calendário escolheu o operário fabricante de carroças. As estampas encontram-se no Museu des Arts et Traditions Populaires, de Paris.

N.º 55
8 DE MAIO
DE 1973

Economia

NA PÁGINA TRÊS

A QUALIFICAÇÃO E O SALÁRIO _ Por MIGUEL D'ACHA

NAS CENTRAIS

O "PUZZLE" MONETÁRIO _ Por FRANCISCO CORRÊA GUEDES

O PAPEL DO OURO

LIDO & OUVIDO

PÁGINA OITO

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

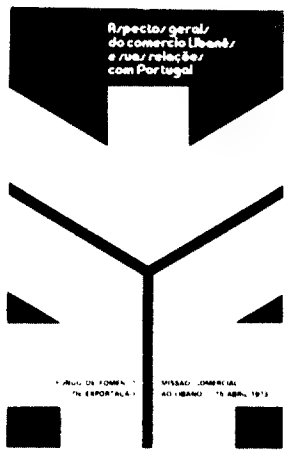
Registo Comentário

A ACTIVIDADE DE PROMOVER A EXPORTAÇÃO E AS FEIRAS

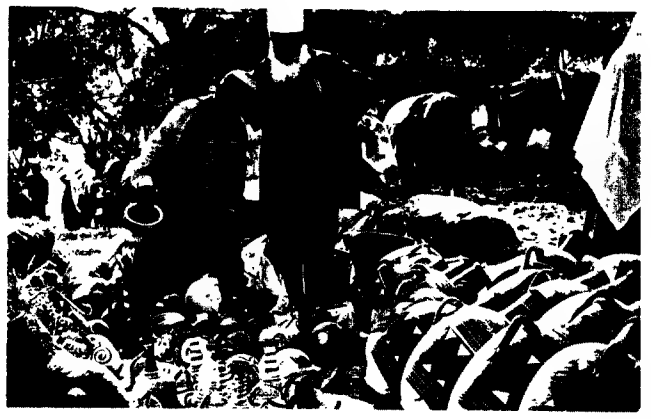
Continuação da pagina um

«Um franco de estudos realizados por consultores nacionais nos mercados estrangeiros determina uma exportação de equipamentos franceses no valor de seis francos»). Seria caso para perguntar qual o valor em escudos importados (ou não exportados) resultará de um escudo de estudos realizados por consultores, ou de projectos realizados, por empresas estrangeiras?

Mas voltemos à assinalável actuação de promoção das exportações portuguesas de que se dá sinal de larga e variada informação. Toda a informação anterior e interior das feiras em que o Fundo de Fomento de Exportação tem estado representado, ou tem proporcionado representação, revela um esforço grande de aproveitar oportunidades de afirmar presença e marcar posição para a exportação portuguesa. Fazemos no entanto duas observações, uma de excesso outra de carência.



A de excesso liga-se à sensação de que a informação anterior e interior é larga, variada e talvez nem toda indispensável. Pode ser muito pessoal, mas os cadernos de «apresentação» de quais os eventuais exportadores que se deslocarão, com fotografia tipo-passe e desequilibrados currículos não nos convencem, antes pelo contrário... Uma informação sobre o Líbano, facultando dados sobre o país em que se vai procurar conquistar mercado, já nos pareceu muito útil, apesar de, salvo erro nosso, termos apanhado duplicações em diferentes publicações com mesmos destinos.



Um aspecto do mercado tradicional de cerâmica libanês

A observação de carência fundamenta-se no facto de nos parecer que menos se cuida de dizer qual «foi» o resultado da missão. Claro que os frutos não se colhem logo após a sementeira, mas temos sentido menos facultada a informação sobre os resultados das acções do que a dos preparativos das acções. Mesmo a informação sobre os contratos «trazidos», que por vezes se colhe, mereceria ser, a nosso juizo, pelo menos tão informada, e confrontada com o custo da promoção. Para usar um «chavão» técnico, não seria de procurar a relação custos genéticos?

Nada do que fica tem a ver com uma crítica, muito menos com uma crítica de base. Talvez a segunda observação surja da primeira, e da sensação de «custo» exagerado. Mas isto também não pretende ser mais do que um registo-comentário, mais registo que comentário...

S. R.

(DES)ECONOMIAS

UMAS HORAS BEM PERDIDAS E UMA MULTA MAL GANHA

«O DA POLÍCIA AVARIOU-SE ONTEM...»

11 horas da noite. Estamos na Calçada da Patriarcal, frente ao n.º 11. Estamos à espera que saia o DI 46-29, que placou a nossa viatura, de forma definitiva. Nem pelo passeio resta a hipótese de saída. E, nós não viemos para ficar mas, para prosseguir com outro serviço da redacção, com hora determinada.

— Por onde andará este José de Castro Martins, da Rua do Alto da Conchada, 4,2.º, segundo reza a chapinha, de Coimbra, telefone 27460?!

— Telefonar por telefonar, antes para o Trânsito do que para Coimbra. De facto é pouca vergonha bloquear assim um veículo. Pode ser que o homem não demore!

São passados 20 minutos de espera. Sobe a Rua da Alegria o carro patrulha da Polícia AE 51-62. Fazemos-lhe sinal para parar e reclamar ajuda. Respondem que levam um advogado, e, prosseguem na marcha.

Vamos ao Hotel Príncipe Real telefonar ao trânsito pedindo a legal remoção do veículo, pois necessitamos do nosso carro e não dum táxi ocasional.

A resposta porém foi decepcionante: o reboque tinha-se avariado dois dias antes, e, só dois dias depois haveria possibilidade de reparação!

Surpresos, sugerimos a utilização do carro do Automóvel Clube, se não para a remoção, ao menos para a deslocação do transgressor a permitir o nosso escapanço. Concordaram, aconselhando a presença dum guarda a reclamar na Esquadra da Praça da Alegria.

Enquanto nos dirigimos para a esquadra damos folga ao nosso mau humor: por que não fazer em Lisboa o que faz a polícia em Londres, onde todos os carros patrulhas são reboques. Como?! Muitos simplesmente, o polícia (dos tais de formação universitária, e, os mais bem pagos do mundo) limita-se a forçar, partindo o fecho da porta, e, depois é só ligar os dois veículos com um cabo curto.

Na Esquadra da Alegria só nos acreditam quando o Trânsito confirma a avaria da grua-reboque.

Consultado o Governo Civil é posto à ordem um guarda para a hipótese do Automóvel Clube aceitar a nossa sugestão de rebocar um veículo não pertença de sócio. E o Automóvel Clube declina polidamente: o nosso carro sim; o outro não (não nosso).

Dos bombeiros, logo nos dizem nem valer a pena tentar. É o princípio do respeito pela propriedade alheia!

À 1 da manhã, a única solução das Polícias do Trânsito e de Segurança, era a que inicialmente tinham proposto, e nada adiantava o nosso problema: irem ao local autuar o transgressor.

Cremos que valerá a pena curar destes assuntos!

JOSÉ ALVES

BRASIL ANO 2000... E A CHINA

O chamado «milagre» brasileiro tem causado grande entusiasmo nos meios financeiros internacionais e o seu P. N. B. (taxa de crescimento de 11,3 por cento em 197) parece ser o responsável por esse entusiasmo, dado que registou um considerável crescimento: 35 mil milhões de dólares em 1970 para 44 mil milhões em 197 .

A marcha da economia brasileira, a caminho do ano 2000, é considerada, uma caminhada de gigante. Prevêem-se, aliás investimentos estrangeiros em que a indústria privada americana contará com 1,7 mil milhões de dólares, aumentando 200 milhões cada ano.

Entretanto, uma missão comercial brasileira que, recentemente, se deslocou a Pequim declarou-se surpreendida com o volume de negócios e encomendas que os chineses lhes fizeram ao ponto de recearem não poder atendê-los, mesmo lançando mão aos excedentes.

O presidente da Associação dos Exportadores do Brasil declarou, no Rio de Janeiro, que a China vai importar muito mais do Brasil do que exporta para aquele país, tornando-se, assim, o segundo comprador em todo o continente asiático.

A China Popular, ao que se sabe, deseja comprar navios brasileiros de 12 a 4 mil toneladas, fazendo o pagamento durante a respectiva construção, pois aquele país não tem dívida externa e pode realizar essas operações à vista.

Muitas surpresas decerto nos trará o ano dois mil...

DOIS TEMAS MUITO ACTUAIS

O PLANO DE BADAJOZ DESMISTIFICADO

de **Eduardo Barrenechea**

PROBLEMAS DA LAVOURA ALENTEJANA

de **Mariano Feio**

EDIÇÃO CONJUNTA DA ASSOCIAÇÃO CENTRAL DA AGRICULTURA PORTUGUESA E DO GRÉMIO DA LAVOURA DE BEJA

À VENDA NAS LIVRARIAS

Distribuidora :

EDITORIAL EXPANSÃO S. A. R. L.

R. Rosa Araújo, 12, 5.º — LISBOA - 2

SENSACIONAL...

Enceradora	**1000$00**
Secadores Cabelo	**140$00**
Aspiradores	**1200$00**
Frigoríficos Mol	**1790$00**
Panelas Pressão	**290$00**
Máq. de Lavar Automáticas	**4500$00**
Sofás Camas	**1800$00**

Mercado de Electrodomésticos

ESTRADA DE BENFICA, 705

CALENDÁRIO

AUTOMÁTICO

DIA E DATA

100% IMPERMEÁVEL

ANTICHOC

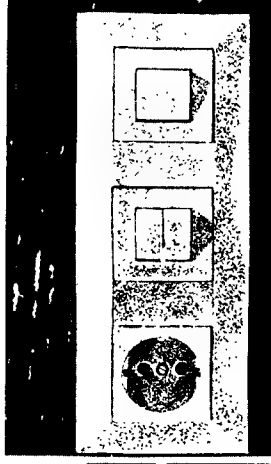
RESISTENTE:

EXIJA A MARCA **CAUNY** GRAVADA NA COROA E NA PARTE EXTERIOR DA CAIXA

CAUNY

A MAIS ALTA PRECISÃO SUIÇA

APARELHAGEM PARA INSTALAÇÕES



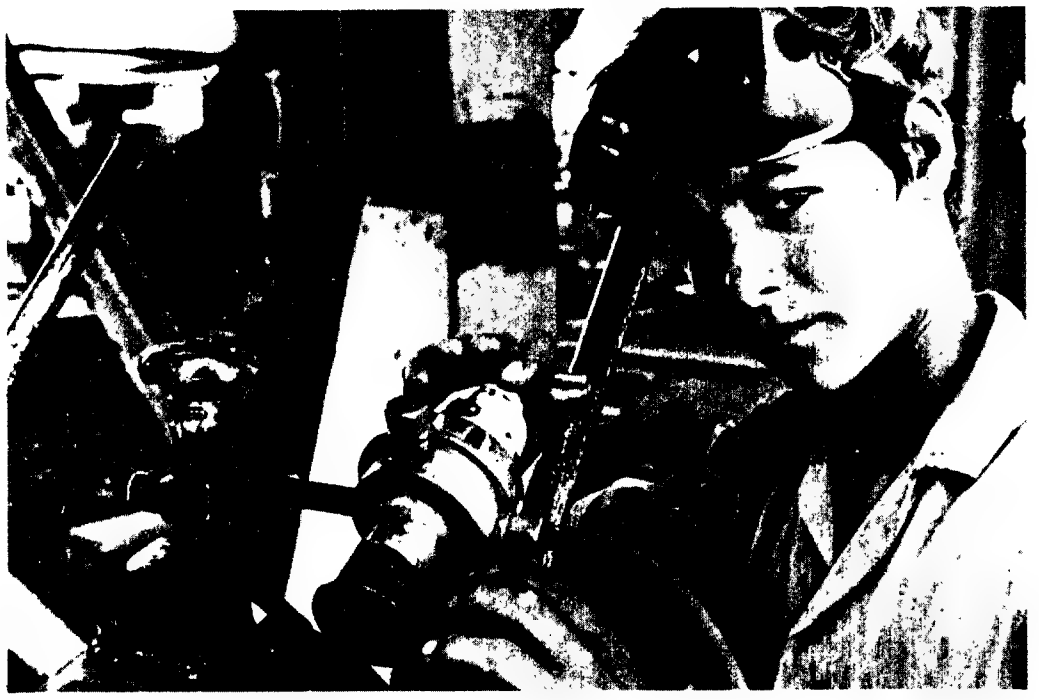
J.F. DE AZEVEDO E SILVA & C.ª, L.DA

TEL. 654165 * LISBOA

DA EMPRESA

A qualificação e o salário

Por MIGUEL D'ACHA



Julgamos que a dicotomia QUALIFICAÇÃO — **alário também ela tem que ver** — e muito — com o fenómeno económico numa ampla perspectiva em que todas estas parcelas da realidade social se interpretam e enquadram. E nossa intensão, portanto, abordar, esta questão, mesmo que genericamente, sob o ponto de vista económico.

A questão surge no momento em que há necessidade de pagar ao trabalhador de acordo com a qualidade profissional. Entendemos esta qualificação com o conjunto da formação (escolar ou não) e da experiência profissionais. Esta formação, melhor, esta qualificação, terá que se reflectir no trabalho realizado pois só esse conduz à determinação do salário.

A necessidade da qualificação do trabalho (avaliação de funções) tem como subjacente a estrutra profissional que, em harmonia com a justiça social, se traduzirá numa escala salarial deversificada ou não. Cremos que, e afastando agora considerações de política social, diversificada será a escala de salários. Ou não? Aceitamos sem grandes reticências — e sem outras considerações — que a qualificação profissional diferente corresponderá salário diferente, abstraindo dum nível mínimo salarial para todos. E claro que só uma correcta avaliação de funções nos pode dar o indicador necessário para a diferenciação. Se existir. E agora poderemos então falar da função QUALIFICAÇÃO SALARIO.

Interessará ou não, economicamente, ajustar esta relação? Perspectivas do empresário e do trabalhador coincidentes? Teoricamente aceite por ambos e negado na prática por ambos ou por um só?

Vejamos um exemplo simples, tomando-o pelo absurdo. Um diplomado duma escola superior desempenhando tarefas do alcance de um trabalhador habilitado apenas com um grau de ensino primário. A situação que é absurda não é de todo inverosível. No entanto, tomemo-la como explicação. O trabalhador entenderá que deve ganhar por aquilo que sabe e não pelo que faz (imaginando mesmo que não soube aproveitar hipotéticas oportunidades). O empresário não aceitará outro critério que não seja o trabalho produzido. SItuação imediata antagónica, geradora de conflitos e de tensões. Haveria lugar aqui para explicar os mecanismos que actuam na procura e oferta de trabalho (que, bem o sabemos, ainda é quem comanda os níveis salariais) e os mecanismos que actuam na determinação do salário. Além disso, no exemplo apontado, teríamos que saber como se processa, e com que dificuldades, a mobilidade de mão-de-obra, sobretudo a um nível que corresponde a determinado estrato profissional.

Mas, como dissemos a princípio, entendemos a qualificação profissional como em conjunto de formação e de experiência profissionais. Será portanto esta realidade que determinará o grau de qualificação profissional projectado este no trabalho realizado. Daqui partimos para as motivações que comandam o desenrolar da vida dos homens. Motivações que, por seu lado, têm que ser motivadas... a ponto de, por vezes, ignorarmos o que está no princípio e o que está no fim.

Mas voltemos à pergunta já formulada. Terá ou não o empresário interesse numa adequada relação entre a QUALIFICAÇÃO E O SALARIO? Pensamos que sim. Economicamente. Sob todos os aspectos. Como realizará o seu trabalho o profissional que se sente mal remunerado? Onde encontrará o ensejo material para se valorizar ainda mais? Além de ser um homem insatisfeito é um comprador a menos. E isso tem interesse económico para o empresário. Mais ainda. Onde o apuro na execução do seu trabalho quando toma consciência (e é fácil, termos a certeza) do desfasamento entre o trabalho produzido e o seu salário? Quando o empresário está a fazer economia no custo dos salários está a praticar uma grande deseconomia onerando, sem muitas vezes o saber, outros custos como sejam o consumo de matérias primas e a utilização das máquinas. Basta pensar nas peças que um trabalhador pode atirar para o refugo (não deliberadamente, entenda-se) por se sentir injustamente mal pago... Além deste aspecto, há um outro factor que pesa no interesse, ou necessidade, que o empresário tem em pagar ao trabalhador pela sua qualificação profissional. Passado o tempo de adaptação ao novo posto de trabalho, o trabalhador procurará novo trabalho noutra empresa. O empresário fez um investimento inicial na formação do novo trabalhador, e não terá tempo de receber os juros. Terá que iniciar o processo de recrutamento com todos os custos que acarrreta. E depois?

Cremos que, efectivamente, o empresário terá todo o interesse em pagar o salário adequado à qualificação profissional do trabalhador.

Deste modo, todo um processo de produção beneficiará este ajuste. O empresário que o é verdadeiramente saberá tirar proveito desta medida.

Economicamente. Socialmente.

RECEBA

1900$00

Pelo seu TELEVISOR usado na troca do novo PHILIPS a pronto ou em 24 mensalidades.

CASA M. L. FERREIRA — Rua de D. Estefânia, 48-A

Todos os caminhos se encontram no Banco Totta & Açores

Estamos onde Você estiver.
No Continente.
Nas Ilhas. No Ultramar.
Somos uma organização em dia
com quadros jovens
e especializados
para a resolução de cada caso.
Actuamos com total
transparência de processos.

BANCO TOTTA & AÇORES

Num mundo novo o Banco Novo

PENTA-BTA 1/72

NO NOVO SISTEMA INTERNACIONAL

O papel a dar ao metal amarelo

Por Philipe Simonnot

excl. Le Monde/D.L.

O ouro foi o grande ausente nas discussões monetárias de Paris (e de Washington), quando, nas semanas que as haviam precedido, a alta fantástica do seu curso no mercado livre tinha alimentado a crónica internacional. Aliás, depois da reabertura dos mercados, já quase não se fala do ouro.

Este silêncio revela exorcismo? O mutismo neste domínio tende a continuar a fazer do metal amarelo um assunto tabú e a alimentar a polémica que opõe partidários e adversários do padrão-ouro, acabando os dois campos por ter os mesmos complexos relativamente a esta «relíquia bárbara», que não se consegue tratar sem paixão. É, portanto, impossível seguir nesta matéria, um caminho «científico», se é que se pode falar de ciências neste domínio?

Neste artigo, Philippe Simonnot esforça-se por isso, constatando que a questão de saber se o ouro será ou não desmonetizado está mal posta, pois, como desejavam os americanos e com isso se regozijam ou deploram , actualmente, o ouro está incontestàvelemte desmonetizado «de facto». A questão é mais de saber se se pode remonetizar, e se se deve fazê-lo.

Angelos Angelloçoulos, cujas crónicas sobre este assunto são bem conhecidas, considera que o outro não pode, de forma alguma, ser eliminado do sistema antes de passado um certo tempo, mesmo que se deseje, como acontece com ele, substituí-lo progressivamente pelos D. S. E. (direitos de saque especiais, sobre o Fundo Monetário). Mas, uma revalorização do ouro (a 80 dólares a onça) nada regularia, se se ficasse por aí; seria chocante e perigoso que os países ricos fossem os únicos ou os principais beneficiários da operação.

PODE-SE E DEVE-SE REMONETIZAR O OURO?

Que o ouro esteja actualmente desmagnetizado, é um facto que os observadores atentos têm apontado frequentemente. O facto do preço do ouro estar por cerco do dobro do preço oficial impede os bancos centrais de trocar o seu ouro: com efeito, a menos que consentissem numa desvalorização maciça das suas divisas relativamente ao metal amarelo, estes bancos não poderiam trocar o seu ouro senão na base do curso oficial, e uma tal operação exigiria, por parte do vendedor eventual, um sacrifício enorme que ele não pode consentir-se.

Esta congelação de uma parte ainda importante das reservas oficiais é, evidentemente, uma situação absurda que não pode durar. Deste modo, já se levantaram vozes autorizadas para lhes pôr fim. Assim, René Larre, director do Banco das Regularizações Internacionais, propôs, numa recente entrevista, que os bancos centrais trocassem o seu ouro na base de preço do mercado. Se estas transacções devessem conduzir a um volume importante, parece pouco lógico que o preço considerado seja o de um mercado tão restrito e tão «volátil», para fazer uso da expressão dos próprios especialistas, como o actual mercado do ouro. A proposta de Larre consiste, de facto, em instaurar uma espécie de mercado duplo, como ele próprio, aliás, o reconhece oficial em que se fariam as transacções mais importantes e um mercado «livre», marginal e especulativo, que serviria de guia ao primeiro. Seria, quanto a nós, mais lógico que os bancos centrais passassem pelo mercado livre para efectuar as suas transacções em ouro. Isso nada modificaria ao princípio anunciado (o preço oficial do ouro deve ser o que resulta da livre confrontação da oferta e da procura), mas, alargando consideràvelmente o mercado livre, as compras e vendas dos bancos centrais ajudariam a estabilizá-la. Alguns peritos pretendem mesmo que o preço do metal amarelo baixaria então; este ponto, porém, não é necessário à demonstração que pretendemos fazer.

Quer as transacções em ouro dos bancos centrais passem ou não pelo mercado livre, o ouro poderá circular de novo. Para tanto, será remonetizado? A resposta é não, se se entender a remonetização como um regresso ao padrão-ouro.

Para que o ouro volte a encontrar o seu papel de padrão monetário, é preciso, em primeiro lugar como primeira condição que o seu preço seja fixado. Se este preço flutuar à medida da oferta e da procura, o ouro perde o seu carácter monetário e torna-se um activo como os outros, do ponto de vista financeiro, conservando completamente, bem entendido, as suas qualidades específicas. Não é suficiente, pois, reievantar o preço do ouro para o remonetizar.

Encontraramo-nos, assim, no âmago do problema: numa economia inflacionista, é possível fixar um dos elementos enquanto tudo o resto varia? «Abandonar esta questão», não é supor o problema resolvido, isto é, admitir **a priori**, que o regresso ao padrão-ouro será suficiente para restabelecer a estabilidade de todos os preços em todos os países?

O exame da segunda condição de um regresso ao padrão-ouro – a saber, o restabelecimento da convertibilidade em ouro das diferentes divisas – permite responder a esta pergunta.

A convertibilidade implica que a emissão de moeda em cada país se faça em função das suas reservas em ouro. Se esta função não é respeitada, se, por exemplo, a moeda é emitida em maior quantidade do que o permite o estado das reservas, então, a convertibilidade não pode ser assegurada. Isso significa que, se o pais em questão perde o ouro devido a um déficet de pagamentos externos, deve, para manter a convertibilidade da sua divisa, abrandar a expansão da massa monetária e, no limite, reduzir esta massa. Nesse momento, a alta dos preços abranda, ou dá mesmo lugar a uma baixa, a competitividade de economia. do ponto de vista internacional, restabelece-se, e o mesmo acontece com o equilíbrio dos pagamentos externos; o ouro volta, e tudo estará eplo melhor no melhor dos mundos possíveis.

O funcionamento do padrão-ouro, sipõe, portanto a flexibilidade à baixa de preços, de todos os preços, incluindo os do trabalho, isto é, o salário. E não foi por um acesso que Rueff, que é o melhor dos advogados do padrão-ouro, se esclareceu durante quase meio século, mostrando que a rigidez dos salários à baixa era geradora de desemprego. Rueff é perfeitamente coerente, porém esta coerência corresponde às realidades da economia contemporânea?

Sim, de facto, os salários não são flexíveis à baixa, a redução da massa monetária – necessária ao funcionamento do padrão-ouro se a banca de pagamento está em déficit não pode deixar de provocar desemprego. Porém, para além de um determinado nível, o desemprego já não é nem política nem socialismo suportável. Também, nenhum governo aceitará reduzir a massa monetária e, mais do que ajustar o emprego à moeda, preferirá ajustar a moeda ao emprego, isto é, acabar por desvalorizar. Há já mais de um quarto de século, Hicks exprimia um fenómeno análogo num artigo bem conhecido dos economistas, em que mostrava que o padrão-dólar havia sido substituído pelo «padrão-trabalho» **(labour standard)**.

UM ARGUMENTO DE PESO

A esta objecção, Rueff respondeu várias vezes com um argumento de peso: os ajustamentos que o padrão-ouro exige, fazem-se dia a dia e são indolores. Não é monos verdade que estes ajustamentos supõem uma flexibilidade dos preços **que não existe,** e não apenas, por outro lado, no mercado do trabalho. Supor esta flexibilidade, é colocar-se num outro mundo.

A alta de preços é, portanto, inevitável, e torna impraticável, num longo período a fixidez do preço do ouro, qualquer que seja o nível que se tome em consideração. Por outras palavras, as divisas devem ser desvalorizadas periòdicamente relativamente ao ouro, ou o ouro periodicamente revalorizado relativamente às devisas. Para pôr um pouco de ordem nesta desordem, e evitar especialmente que os países não entrem em guerra entre si a golpes de desvalorizações sucesivas – como é, ao fim e ao cabo, o caso actual –, poder-se-ia escolher supondo (hipótese ousada) que a inflação se desenvolve com o mesmo ritmo em todos os países , a segunda solução: revalorizar o ouro periodicamente numa certa percentagem, por forma que todas as moedas sejam desvalorizadas numa mesma percentagem relativamente ao ouro. Porém, qual a percentagem a escolher? Haveria um consenco internacionl para admitir esta percentagem?

Para a escolha da percentagem, seria preciso poder cifrar convenientemente o ritmo de inflação mundial, como também conhecer melhor as condições específicas da produção de ouro. E curioso que, numa época em que se fala tanto dos limites dos recursos naturais, nada se diga dos que respeitam à extracção do metal amarelo. Ora, a aplicação de um padrão-ouro, mesmo pouco firme, supõe **que se possa continuar a produzir ouro a custo constante**. Se não é este o caso, isto é, se os custos crescem à medida que se esgotam as minas, então será preciso que o preço do ouro aumente mais rapidamente do que o nível geral dos preços, o que complica ainda mais o problema. (Por outras palavras, ao argumento dos adversários do padrão-ouro – «Seria absurdo fazer depender a produção e o comércio do mundo capitalista de uma extracção de ouro cada vez mais limitada» –, os advogados do **Gold Standard** deviam responder por uma revalorização periódica do preço do ouro.)

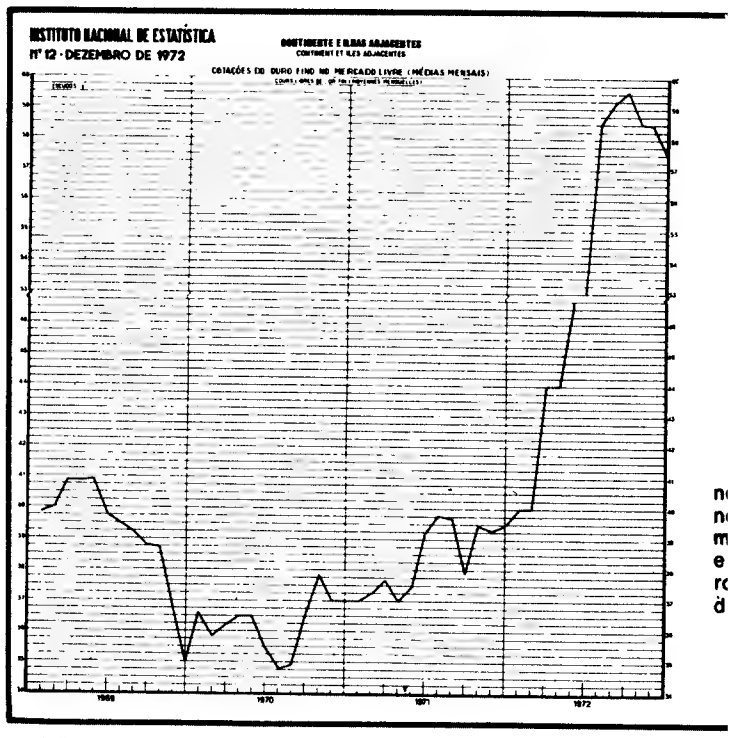
As últimas estatísticas em matéria de extracção são significativas do desgaste dos recursos: 1972, o preço do ouro passou de 44 para 70 dólares a onça e, no entanto, a produção física de ouro, longe de aumentar, diminuíu, relativamente a 1971, de 7 por cento na Africa do Sul, que fornece três quartas partes da produção mundial, de 8 por cento no Canadá, de 3 por cento nos Estados Unidos. Porquê? Muito simplesmente porque a alta do preço do ouro permitiu aos produtores, para a obtenção de um mesmo lucro, extrair o metal de minérios de menor teor, prolongando assim a vida das minas, e, desta forma, esperar que o preço do ouro suba ainda um pouco mais. Como escrevia. Th. Green no seu livro **Le Monde de l'Or** (O Mundo do Ouro), a alta do preço do ouro **não passa de um agradável bónus para as minas em actividade e, talvez, uma boia de salvação temporária para as minas secundárias**. Acrescentamos, por nosso lado, que a rentabilidade das minas do principal produtor de ouro assenta na utilização de mão-de-obra «negra» a troco de salários baixos, e que, se se aplicasse a esta mão-de-obra os padrões dos «brancos», o preço do ouro deveria ser ainda mais elevado para que a extracção fosse rentável. Precisamente, os salários dos mineiros sul-africanos acaba exactamente de ser aumentado de 26 por cento.

Supondo que, tècnicamente, se possa definir a taxa ideal da revalorização periódica do metal amarelo, seria ainda preciso que ela fosse aceite pelos diferentes países, o que implica uma certa coerência do mundo capitalista. O menos que se pode dizer é que a actualidade, a mais recente, trouxe ainda mais à luz as suas contradições.

AS OPOSIÇÕES POLÍTICAS

Tais são, portanto, as dificuldades que uma restauração do padrão-ouro encontraria. São suficientemente redibitórias para se deixar de mencionar aqui, apenas para memória das oposições políticas de certos países ao seu restabelecimento e, principalmente, do mais poderoso entre todos. Os Estados Unidos que gozam ainda das vantagens do padrão-dólar, não têm, de momento, qualquer interesse em restabelecer a convertibilidade da sua moeda em ouro. A alta do preço no mercado livre é de natureza a inquietá-los, visto que ela consagra a desmonetização do metal amarelo. Ela só não é embaraçosa porque esta alta reforça a desconfiança relativamente ao dólar e **porque a longo prazo** obrigará a substituir o **padrão-dólar por outro padrão**. Porém, no imediato, são principalmente os europeus e os japoneses os que ficam embaraçados pela fraqueza do dólar, dado que ela os força a revalorizar ainda um pouco mais as suas divisas e, portanto, a ficar ainda em maior desvantagem nas suas exportações.

A alta do preço do ouro tem, ainda, uma outra vantagem; revaloriza as condições de troca do segundo produtor mundial de ouro, a União Soviética (6 a 7 milhões de onças, a comparar com os 30 milhões de onças da Africa do Sul), o que não deixa de facilitar o co-



LIDO & OUVIDO

A GULF OIL PARTICIPA NUMA COMPANHIA ALEMÃ DE REACTORES NUCLEARES

A Gulf Oil anunciou o estabelecimento dum acordo com a Brown Bover e a C. I. E. A. G. de Manheim (Alemanha Federal), visando a introdução neste país, de reactores nucleares a altas temperaturas, pelo que obterá uma participação de 45 por cento numa subsidiária da BB, a Hochtemperatur-Reacktorbay.

O acordo envolve mútua colaboração tecnológica quer para o reactor a alta temperatura arrefecido a gás do Gulf, quer para o reactor do Kório a alta temperatura da BB.

A Gulf dispõe ainda de uma opção para a posse de 49 por cento do capital do HOBEG, subsidiária da Nuben, que é a principal empresa alemã produtora de combustível nuclear.

Gulf: outra companhia petrolífera a entrar no domínio nuclear.

ACIDENTE NUMA CENTRALNUCLEARAMERICANA

No dia 27 de Julho de 973 deu-se um acidente na central nuclear de Surry, pertencente à Virgínia Electric Power Co, do qual resultou a morte de dois técnicos.

Um acidente em centrais deste tipo é sempre um assunto delicado, dado que o público, mal informado, tem perante elas uma certa desconfiança, pelo facto de associá-las às explosões nucleares de tão nefastas consequências.

A morte daqueles dois

mércio entre os dois blocos. Ora, conhecem-se as novas ambições americanas e também japonesas relativamente ao «Far West» russo.

Se é, pois, inteiramente provável que o preço oficial do ouro será implicitamente revalorizado, isto não implica, de nenhuma maneira, a remonetização do metal amarelo. Quer seja de regozijar, quer seja de deplorar, será preciso encontrar uma outra solução, e, por exemplo, substituir o actual «padrão-dólar» por um novo padrão, ou fazer-lhe concorrência com o auxílio de novas moedas de reserva (escudo europeu, yen asiático), ou acabar por se resolver a admitir durante muito tempo um sistema de flutuações generalizadas. Em todo o caso, para obrigar os Estados Unidos, como potência dominante, a respeitar a regra comum de equilíbrio dos pagamentos externos, parece cada vez mais claramente que se pode encontrar uma solução diferente do que aquele que consiste em fazer buracos na terra: uns __ as minas __ para neles encontrar ouro, os outros __ as caves dos bancos __ para ali o enterrar.

O "PUZZLE" MONETÁRIO-7

Por FRANCISCO CORRÊIA GUEDES

VIII - INFLAÇÃO "URBI ET ORBI"

1. DUVIDO que, nos últimos anos palavra alguma tenha sido mais vezes escrita e impressa do que «INFLAÇÃO». Creio mesmo que, para «medir» a quantidade de artigos, comentários, análises, colóquios, estudos, livros que jorram dos prelos, seria necessário introduzir uma unidade especial, por exemplo, a «velocidade de avanço da pilha» obtida por acumulação de páginas, a qual, se é de presumir que não atinja ainda a do som, certamente excederá em larga margem a do rápido do Porto.

2. Apesar de toda a gigantesca produção, não parece por enquanto, que tenhamos à vista a cura do mal, pois até a maior parte do esforço feito se dirige à explicação do fenómeno, ao reconhecimento das suas causas, à forma como se desenvolve. Creio bem que as pessoas optariam por ver a inflação controlada em vez de a compreender muito bem, tal como quando se vai ao médico se não espera que ele nos explique porque é que o nosso fígado funciona mal, mas sim que no-lo trate.

3. A «inflação» é, de facto um fenómeno complexo em extremo, composto em inextricável amálgama de componentes psicológicas económicas sociais, políticas e vou limitar-me aqui a tomá-la como um dado e relevar o aspecto mais importante no nosso contexto «ela» existe e está hoje generalizada a todo o mundo, seja capitalista, seja socialista.

A primeira interrogação a fazer é a de «qual o limite de tolerabilidade de uma inflação e é também a primeira ocasião para pôr à prova algumas ideias que julgávamos assentes».

4. Pudemos aprender por exemplo (Prof. A. Lewis) que a passagem de «onflação tolerável» a «inflação galopante» se situaria pouco mais ou menos ao nível dos 5% de crescimento do «Indice Geral de Preços», mantidos por período superior a cinco anos.

A partir daqui o galope é dado como certo e o galope é o aniquilamento de toda a estrutura monetária.

5. Que dizer ao contrastar com esta proposição, o caso do Brasil, por exemplo, que, em 1965, se congratulava por ter consequido reduzir a sua taxa de inflação a uns modestos... 40% !!

. Como sobrevive o Brasil a esta corrupção, podridão, diríamos, do seu dinheiro?

. E curioso lembrá-lo. Por um lado evita que as importações «escorracem» completamente a produção nacional, desvalorizando constantemente e sem meias medidas o cruzeiro de percentagens adequadas à da subida dos preços; por outro, «indexa» os salários pelos preços; por outro ainda pratica taxas de juro altas que absorvem a deterioração dos rendimentos das aplicações, deixando intacto o «juro real».

E quem vá perguntar a Delfim Neto se não é um sistema de loucos, ouvirá certamente responder que as taxas brasileiras de crescimento, estão nos últimos anos entre as melhores.

6. Outro dos aspectos curiosos do fenómeno inflacionário, é que, enquanto se sente intuitivamente, já não é, porém possível medi-lo adequadamente.

Quando a dona de casa se sente justamente amargurada porque traz para casa cada dia menos coisas, de pior qualidade, tendo gasto mais dinheiro, ela apercebe a inflação no seu cerne. Quando o «estatístico» nos diz que em Portugal, em dado ano, a inflação correspondeu a 7% de «aumento do indice de preços no consumidor», enuncia uma proposição carregada de ciladas e incertezas, que nada diz de verdadeiro além de que os preços aumentaram, o que já sabíamos.

Pois possivelmente **nada** aumentou de 7%, algumas cvisas terão aumentado três e outras vinte. Para mim o aumento pode ter sido de cinco e para o leitor de dez, tudo dependendo de qual seja o meu «cabaz» de consumo e do seu.

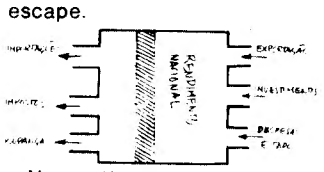
Além disso, coisas que nada têm que ver com a inflação, vão afectar as medições do estatístico, que não o pode evitar. Se a população passa a ter um gosto repentinamente intensificado por caracóis o preço destes aumenta: como o consumo de caracóis tem fraquíssimo ou nulo peso no cabaz de compras médio, o seu aumento de preço não afecta o índice o que neste caso até está certo. O consumidor dirá ao comprar caracóis: cá está tudo a aumentar: até so caracóis! Mas se porventura a população começa a aborrecer o bacalhau e este baixa de preço, como tem grande peso no «cabaz de compras médio» o índice vem mais pequeno do que devia, pois entretanto, todos os outros bens subiram por razões genuinamente inflacionárias.

Ainda outro aspecto muito importante é o seguinte. Se eu usar, para comparar o custo de vida hoje com o de há dez anos atrás, os índices de preços, cumulando ano a ano a partir do ano base, obtenho um número que não me serve para nada, pois o «estilo» de vida, as coisas que eu utilizo hoje, os serviços que compro, os divertimentos que frequento são completamente diferentes para melhor certamente do que os de há dez anos. Quanto vale esse aumento de qualidade? E quanto a depreciação da moeda? O automóvel que compro este ano é mais caro que o que comprava há dez anos mas quantos por cento é mais cómodo, mais rápido, mais bem concebido?

Não nos envolveremos mais nestas complexidades. Para os nossos objectivos, de resto, isto não foi mais que uma diversão, um apetite indisciplinado do autor.

7. O aspecto que mais nos interessa é o carácter universal que a inflação apresenta hoje em dia e a fome como se propaga e transmite de uns países para os outros.

Para compreender isto, imaginemos um artefacto mecânico: um cilindro com 3 válvulas de admissão e 3 válvulas de escape.



Nas válvulas de admissão são «injectadas», por uma as exportações, por outra os investimentos e pela terceira as despesas realizadas pelo Estado em bens e serviços.

O «volume» limitado pelo «piston» é o Rendimento Nacional.

Quando se atinge dado volume, as válvulas de escape deixam sair uma quantidade de «importações», de «impostos» e de «poupanças» que, em conjunto, igualam a soma das inflações. O que importa aperceber é que o «volume» dentro do cilindro __ o Rendimento Nacional __ cresce o «bastante» para o que sai pelo escape iguale as inflações. Isto é: as «exportações + investimentos + despesas do Estado», correspondem a produção realizadas pela economia, que geram rendimentos primários, os quais se transformam em despesas gastando rendimentos secundários e assim por diante, até que, o Rendimento final seja suficientemente elevado para que, dadas relações determinadas entre Rendimento/Importações, Rendimento/Poupanças e Rendimento/Impostos, o que sai pelo escape (Importações Poupanças + Impostos), iguala a inflação inicial.

8. Sendo assim, se um dado país viu o seu Rendimento aumentado, importará mais. Essas importações serão exportações doutros países, «inflações» que se traduzirão num aumento do Rendimento com aumento consequente das suas próprias importações e assim por diante.

Ora quando os países se encontrem com os seus aparelhos produtivos sobrecarregados por uma «Procura global» intensa em face de uma Oferta que vai levando tempo a adaptar-se, os preços respondem, subindo. As trocas internacionais constituem, portanto, um mecanismo por via da qual, as tensões inflacionárias se transmitem de um país para os outros.

9. Outra peculiar característica da inflação contemporânea, é que coexiste com outro fenómeno que, tradicionalmente se tinha como antagónico dela: o desemprego. Que quer isto dizer?

. Que cada país, em dado momento se encontra frente a uma situação de compromisso entre taxa de inflação e taxa de desemprego, tal que só aceitando um crescimento de preços maior poderá diminuir o número de desempregados ou inversamente, só permitindo que o desemprego suba mais pode conseguir suster o ritmo de aumento dos preços.

10. Os Governos vêem-se assim a braços com um dilema da maior delicadeza, para fugir ao qual recorrem em escala cada vez maior às chamadas «políticas de rendimentos, salários e preços».

Esse difícil dilema recebeu mesmo a sanção formal de um organismo internacional com as responsabilidades da OCDE que, em 1970, nas «recomendações de política» do seu relatório sobre a inflação, teve a coragem de propor que os Governos para conseguirem reduzir as taxas de inflação a proporções toleráveis deveriam estar dispostos a aceitar volumes de desemprego maiores de que o habitual.

Pois que o que torna o caso ainda mais dramático é que, aquele compromisso entre desempregado e inflação, parecesituar-seaníveiscadavezmais altosàmedidaqueotempopassa, ou seja: enquanto «ontem» era possível reduzir o desemprego a 5% da população activa aceitando uma «taxa de inflação» de 5%, «amanhã» os mesmos 5% de desemprego custrão 7% de inflação, por exemplo.

11. Os governos __ acertadamente __ não aceitam a sugestão, porque, interpretando correctamente o sentir dos seus súbditos, acham que é preferível comprar o pão mais caro a simplesmente não o poder comprar de todo.

Empenham-se portanto em «políticas de pleno emprego», originando portanto, taxas de inflação que sendo de titmo diferente de país para país, arrastam permanentes desequilíbrios entre preços externos e internos com as consequências já conhecidas sobre as balanças de pagamentos.

Aqui temos pois a cadeia «infernal»: Inflação-desequilíbrio-defesa-especulação-rotura-desvalorização-inflação-dequílibrio «ad infinitum»...

12. Não surpreende que, nestas condições a atracção do mercantilismo, do «fecho das fronteiras» aos produtos estrangeiros seja uma ameaça que, a pouco e pouco se vai revitalizando, depois e apesar dos imensos progressos conseguidos na cooperação internacional e apesar de toda a gente bater no peito com horror, «abrenuncio Satanás...» Depois do idílio do Kennedy Round veremos se o «caldo se não entorna» no próximo Nixon (?) Round.

Pois uma ressentida desconfiança reina agora entre os parceiros.

13. Como podem, por exemplo e para citar o caso mais flagrante, os japoneses explicar que o «índice de preços internos» tenha subido entre 1953 e 1970 de 100 para 197,3 enquanto no mesmo período o «índice de preços na exportação» desceu de 100 para 94,8?

. Eis que Nixon pede ao Congresso poderes especiais para que os americanos possam conduzir as negociações sobre comércio internacional no próximo mês de Setembro servidos por todo o arsenal retaliatório, para o que der e vier.

Que nos espera? A paz ou a guerra?

O preço do ouro

Em Lisboa, a 30 de Março, no mercado livre de moedas, notas e ouro, segundo informação do Grémio dos Bancos e das Casas Bancárias, o ouro compráva-se a 69$00 e vendia-se a 75$00.

técnicos foi provocada por queimaduras de vapor a alta temperatura, quando se desfez uma ligação que conduzia a chaminé de saída, e não por efeitos de radiações. Aliás a Atemic Ener Comission apressou-se a comunicar as causas do acidente.

Os inquéritos levados a efeito, pela Atomic Energy Commission e pela Virginia Electric Power Co chegaram à conclusão de que houve deficiente instalação dos componentes ou erro de projecto.

URÂNIO ENRIQUECIDO PRODUZIDO NO JAPÃO A PARTIR DE 1985

A Comissão de Energia Atómica Japonesa aprovou um relatório em que se estabelece como objectivo nacional japonês a construção duma unidade de produção de urânio enriquecido pelo processo de ultracentrifugação, para começar a funcionar em 985.

Se esta recomendação vier a ter andamento, os países industrialmente menos evoluídos veriam diversificar-se as suas fontes de fornecimento do combustível nuclear.

OS TESOUROS DE OURO DO MUNDO

A República Federal da Alemanha é, ao lado dos E.U.A o país do mundo ocidental mais rico em ouro. Em Maio de 1972, o tesouro de ouro alemão atingia 4,4 mil milhões de dólares. A participação de ouro no total da reserva de dividas cifra-se, aliás, em apenas 22,! por cento, enquanto que a participação de ouro nos parceiros da C. E. E. era dupla. Só a Grã-Bretanha, cujas dificuldades crónicas da balança de pagamentos consumiram as reservas de ouro, e o Japão, que de resto nunca mostrou grande ambição de ouro, têm uma participação menor.

Junto inserimos um quadro sobre os tesouros de ouro no mundo, que a Câmara de Comércio Luso-Alemã quis oportunamente publicar.

	Reservas (*) Total Maio 1972	Reservas de ouro	Participação de ouro nas reservas em %
	Em biliões dólares		
Estados Unidos da América	13,3	10,5	78,9
Grã-Bretanha	7,9	0,8 (**)	10,1
República Federal da Alemanha	19,9	4,4	22,1
França	8,5	3,8	44,7
Itália (***)	6,6	3,1	47,0
Bélgica	3,6	1,7	47,2
Países Baixos	4,3	2,1	48,8
Suíça	6,3	3,2	50,8
Japão	16,0	0,8	5,0

(*) Maio 1972; ouro, divisas, directos a empréstimos especiais posições de reserva no FMI.
(**) Fins 1971.
(***) Abril 1972

Notícias sobre energia nuclear

Cada vez mais os responsáveis americanos concluem que a energia nuclear será capaz de resolver o problema da produção de energia eléctrica nos Estados Unidos.

De facto, amedrontados pelas medidas tomadas pelos países produtores de petróleo no sentido de defesa dos seus direitos, medidas que vão desde as reformistas pretensões de participarem no capital das empresas exploradoras ou das empresas refinadoras (Arábia Saudita) até às nacionalizações das primeiras (Iraque, Líbia).

Por outro lado, a escalada de exigências quanto à defesa do ambiente contra o lançamento na atmosfera de gases sulforosos e nítricos levado a efeito pelas centrais térmicas clássicas (carvão e fuel), conduz ao refrear do programa de instalação de centrais deste tipo. Em todos os estados se formaram comissões de defesa do meio ambiente que impõem regras cada vez mais exigentes e o congresso votou várias leis visando a luta antipoluição referentes ao sector de produção de energia eléctrica.

Mas a maior importância atribuída em pouco tempo à energia nuclear (a longo prazo já se sabia que ela se viria a impor, face ao custo inferior do kwh produzido por esta via) levou, por outro lado, as autoridades americanas a tomarem medidas de segurança mais duras.

Assim, cada vez mais se fala no sistema de segurança ECCS (emergency cose cooling system), que visa entrar em acção automaticamente quando falhar o sistema de aquecimento normal. Considera-se pouco provável esta falha, mas as consequências deste facto (fusão do núcleo, o que significa inutilização do reactor e possibilidade do líquido resultante — radioactivo por conter produtos da fissão — se escapar) levaram a exigir o desenvolvimento do sistema ECCS.

O Atomic Energy Commission estabeleceu recentemente regras mais rígidas mas mais gerais, o que permitirá aos industriais, por outro lado, saberem melhor com o que contam.

Aquela entidade tem mesmo realizado alguns estudos no que respeita aos problemas da mineração do urânio e ao seu transporte, bem como do combustível já irradiado (altamente radioactivo).

Estas exigências quanto à segurança de reactores nucleares e as incertezas quanto ao licenciamento que daqui resultarão para os industriais do sector da electricidade devem vir a gerar neste um clima de desconfiança pouco propício à instalação das centrais que utilizam a energia resultante da fissão do núcleo.

Segundo estes industriais e os que produzem equipamento electroprodutor, acabou por triunfar no AEC a linha mais conservadora.

DOIS REACTORES NUCLEARES CANCELADOS NOS E.U.A.

A empresa Baltimore G e E cancelou a encomenda de dois reactores nucleares que deveriam entrar em serviço em 1979 e 1980 em Perryman.

A empresa justifica a sua atitude na base de três argumentos: o Atomic Energy Commission (AEC) sofre constantes alterações, bem assim como algumas exigências para a concessão de licenciamentos; a uma incapacidade da empresa para controlar os custos; a oposição persistente dos grupos de defesa do ambiente.

Mas a verdadeira razão do cancelamento parece ser o receio de que a constante elevação dos custos das centrais nucleares seja incompatível com a capacidade financeira da empresa. Diz um responsável: «Não há um razoável grau de certeza de que a construção duma segunda central nuclear possa ser financiada nos próximos oito anos, sem causar graves perturbações na integridade financeira da Companhia».

ASSEMELHAR UM REACTOR NUCLEAR A BOMBAS ATÓMICAS!...

James Schlesinger, presidente do Atomic Energy Commission, afirmou no encontro de Novembro do American Public Health Association, em Atlantic City, que os inimigos da energia nuclear costumam dizer que «um reactor nuclear a funcionar durante um ano produz a mesma quantidade de produtos de fissão que 150 bombas atómicas».

Depois de comentar esta afirmação concluiu que, segundo a mesma lógica, «todos os automóveis dos E.U.A. produzem durante um ano uma quantidade de monóxido de carbono suficiente para matar 3 biliões de pessoas»...

REACTOR NUCLEAR FORNECERÁ ÁGUA QUENTE PARA A AGRICULTURA?

Os reactores nucleares produzem energia sob a forma de calor, a qual é transmitida a um fluido, que, por sua vez, a transmite à água circulante.

Uma parte da energia transmitida não se consegue aproveitar, pelo que se terá, no final, água a elevada temperatura.

A água utilizada é captada no rio em cuja margem o reactor nuclear se situa, sendo devolvida, como vimos, a elevada temperatura, ocasionando apreciável poluição térmica.

Recentemente, três universidades americanas propuseram à National Science Foundation um projecto de investigação que visa o aproveitamento desta água, com fins agrícolas, a partir de 1976.

Os estudos serão levados a cabo numa área de 1000 acres adjacentes ao reactor nuclear Hanford 2, do Washington Public Power Supply System.

Entre as possibilidades a estudar contam-se a utilização dos desperdícios sólidos e líquidos e o controlo do meio animal e vegetal.

Também no laboratório de Oak Ridge se ensaia a utilização da água quente para aquecimento de estufas destinadas à criação de tomate e pepino.

Estuda-se ainda a criação de pimentos, alfaces, beringelas, cebolas, rabanetes, abóboras e plantas raras usadas na extracção de produtos farmacêuticos.

A GULF FORNECE À ROMÉNIA UM REACTOR NUCLEAR PARA INVESTIGAÇÃO

A Gulf Energy and Environmental Systems Company (do grupo Gulf) estabeleceu um contrato com a Rumnergo (companhia nacional para o equipamento eléctrico) para o fornecimento de um reactor binuclear do tipo TRIGA, para o fornecimento do combustível nuclear e para a instrução de técnicos romenos nos centors da Gulf em San Diego.

O reactor entrará em funcionamento em 1976 e destina-se à investigação no domínio nuclear.

A construção será financiada pelo Export Import Bank.

A GENERAL ELECTRIC VAI CONSTRUIR REACTORES NUCLEARES NA GRÃ-BRETANHA

O secretário de Estado da Indústria britânica anunciou há dias na Câmara dos Comuns que a poderosa companhia americana General Electric vai participar em 50 por cento do capital duma sociedade que projectará e construirá reactores nucleares na Grã-Bretanha.

O capital da nova sociedade será de 10 milhões de libras (cerca de 650 mil contos) e esta denominar-se-á British Nuclear Power. Outras sociedades participarão com 35 por cento e o Estado inglês com 15 por cento através da Atomic Energy Authority.

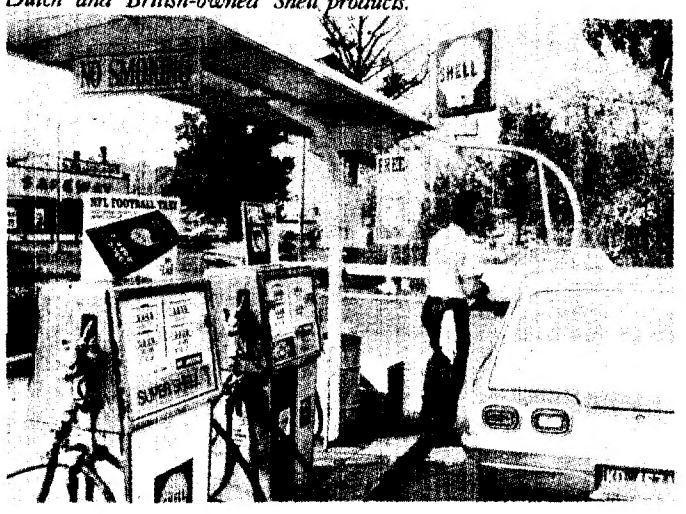
O Governo inglês pretende evitar que a General Electric consiga conquistar todo o mercado, tanto mais que os dois tipos de reactores desenvolvidos na Grã-Bretanha, o reactor avançado arrefecido a gás e o reactor a água pesada, não estão a provar bem e devem ser abandonados.

Embora não pertença à administração da nova firma, anuncia-se que Sir Arnold Weinstock teve peso decisivo na operação e que deverá desempenhar uma missão importante na British Nuclear Power.

AS MULTINACIONAIS EM "ECONOMIC IMPACT"

(A QUARTERLY REVIEWOF WORLD ECONOMICS)

Motorists throughout the United States are served by stations selling Dutch and British-owned Shell products.



«Economic IMPACT» é uma revista nova, editada trimestralmente pelas embaixadas dos Estados Unidos, e por elas distribuida.

Com excelente aspecto gráfico, faz sobretudo a colectânea de artigos saidos em revistas da «especialidade». Entre as colaborações escolhidas há nomes sonantes, como o de **Samuelson.**

Mas as multinacionais não poderiam faltar. Com o título sugestivo, mas algo enganador, de «As multinacionais: três perspectivas» encontram-se, no sumário, três artigos. Um, sobre a expansão da cooperação internacional, outro com título sugestivo (esse nada enganador) de «Pode a América competir?» e, no meio destes, um outro, ilustrado estudando as empresas estrangeiras nos Estados Unidos...

De facto, quando se fala de multinacionais é preciso não cair no erro fácil de considerar a multinacionalidade um vício das empresas de «nacionalidade» norte-americana!

CLÍNICA DE DIAGNÓSTICOS
DR. FERNANDO TEIXEIRA

DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM PERMANENTE
Rua Rodrigues Sampaio, 38-1.º
Telefs. 55 55 27 - 55 55 61
ENFERMAGEM GERAL E DE REABILITAÇÃO ESPECIALIZADA
PEDIATRIA — PARTOS
ASSISTÊNCIA MÉDICA
SERVIÇO PERMANENTE NA SEDE E DOMICILIÁRIO

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES CLÍNICAS
Rua Rodrigues Sampaio, 30-C, 2.º Dt.º
Telefs. 55 55 27 - 55 55 61
SERVIÇO PERMANENTE INCLUINDO DOMINGOS E FERIADOS
SERVIÇO DE URGÊNCIA
COLHEITAS DOMICILIÁRIAS

CORRESPONDENTES NAS PRINCIPAIS PRAÇAS ESTRANGEIRAS

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

UM BANCO VOLTADO AO FUTURO

Se os teus projectos vão até um ano:
semeia trigo
Se os teus projectos vão até 10 anos:
planta uma árvore
Se os teus projectos vão até 100 anos:
instrui um povo

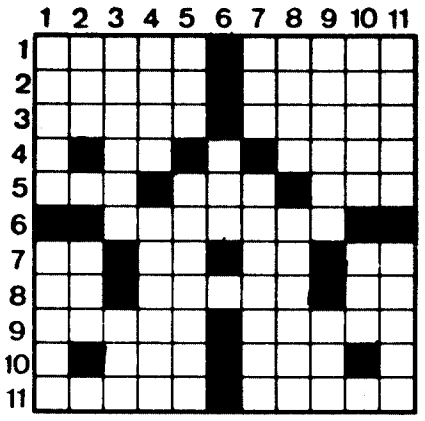
Kouang Tseu (400 anos A. C.

PASSATEMPOS

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 10420

HORIZONTAIS

1 Sugar o leite materno. Da parte de cá.
2 Ave pernalta. Torne curvo.
3 O mesmo que medão. Cantores.
4 Compaixão. Troçará.
5 Ena! Heroína francesa que foi queimada viva. Chefe etíope.
6 Repisa.
7 Chefe supremo em certos países da Ásia. Pronome pessoal. Caminhar. Utensílio doméstico.
8 Prefixo que designa afastamento. Freguesia do concelho de Guimarães. Viração.
9 Arma ofensiva de haste comprida e terminada por um ferro ponteagudo. Rio de França.
10 Rio da Suiça. Sufixo que designa abundância.
11 Freguesia do concelho do Seixal. Adicionas.



VERTICAIS:

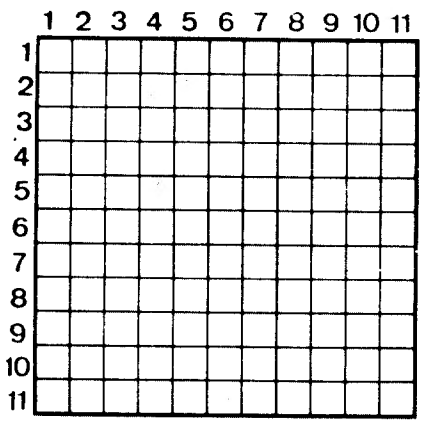
1 Freira. Bonança.
2 Calor (Bras.). Falda.
3 Ordenar. Recusa.
4 Homem de baixa estatura. Reunir em maço.
5 Freguesia do concelho de Penafiel. Afiara.
6 Livro de versos de António Correia de Oliveira.
7 Mau cheiro. Olhos (gir.).
8 Deseja. Espesso.
9 Tramara. Medida de líquidos da Alemanha.
10 Cidade de Portugal. Igual.
11 Móveis sobre os quais se come. O mesmo que arauás.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 6577

HORIZONTAIS:

1 Condado da Irlanda. Tempero com sal.
2 Assim seja. Cidade do Japão.
3 Brejeira. Alternativa.
4 Patrona da ilha de Malta. Cidade do Estado do Paraná.
5 Compaixão. Anue. Mil e cem em romano.
6 Gosto muito de.
7 Cidade da Roménia. Rima.
8 Safa. Lugar de contenda.
9 Berilo (s. q.). Rio de França. Freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis.
10 Espírito. Rio do Egípto.
11 Lago da Finlândia. Tratamento dado às freiras.



VERTICAIS:

1 Sedimento. Faldas.
2 Medula. Chama em socorro.
3 Cidade de Espanha. Larva das feridas dos animais. Nota musical.
4 Toma nota de. Procediam.
5 Reprimendas.
6 O mesmo que betele. Preposição. Ouro (s. q.).
7 Idolatrar.
8 Velha. Nome de planeta.
9 Reino da Federação Indochinesa. Alúmen. Caminhar.
10 Grosa (abrev.). Antes de meio-dia. Torno nulo.
11 Relativo a oásis. Impulso.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10419

HORIZONTAIS:

1 Tomar. Anaco.
2 Elado. Natas.
3 Letra. Oreis.
4 MAIO. Aido.
5 Ora. Ais. Ras.
6 Sentado.
7 Pi. Marro. If.
8 At. Alora. Ba.
9 Ruela. Armar.
10 Mab. Fão.
11 Obeso. Omito.

VERTICAIS:

1 Telmo. PARDO.
2 Olear. Itu.
3 Matias. Eme.
4 Adro. Emalas.
5 Roa. Analabo.
6 Litro
8 ANO. Sarrafo
9 Nara. Doaram.
10 Ateiro. Môi.
11 Caída. Iba. Ossos. FARTO

Provérbio: MAIO PARDO, ANO FARTO.

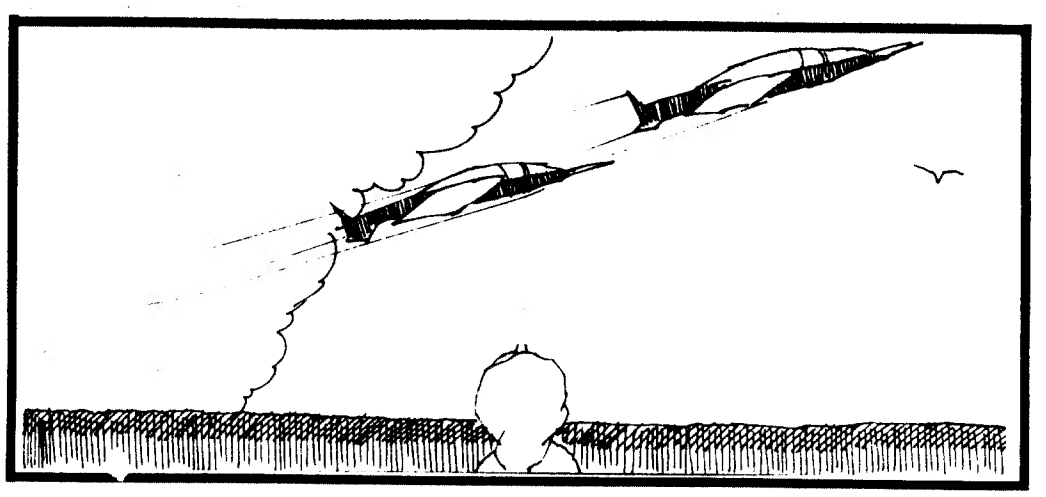
SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 6576

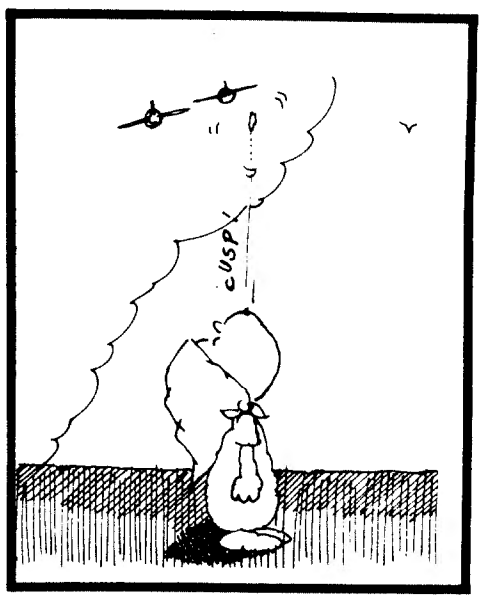
HORIZONTAIS:

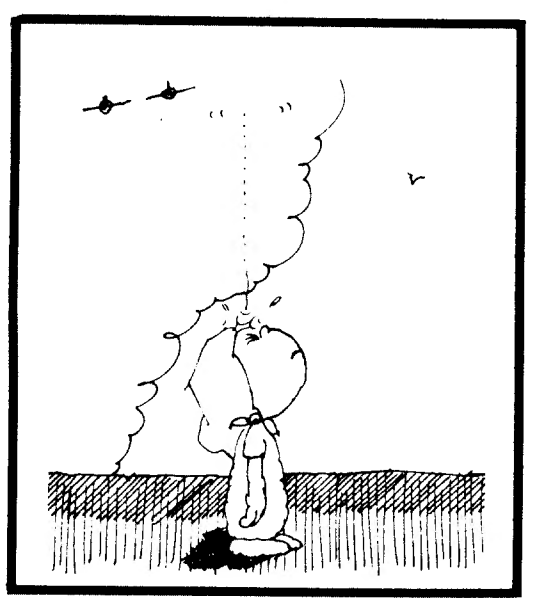
1 Vinga. Mansa.
2 Amara. Aliás.
3 Nas. Sacos.
4 Alão. Masa.
5 Ar. Datar.
6 SS. Corar. Pã.
7 Comeu. Pã.
8 Cara. Pios.
9 Amara. Ser.
10 Divas. Atais.
11 Aramo. Sósia.

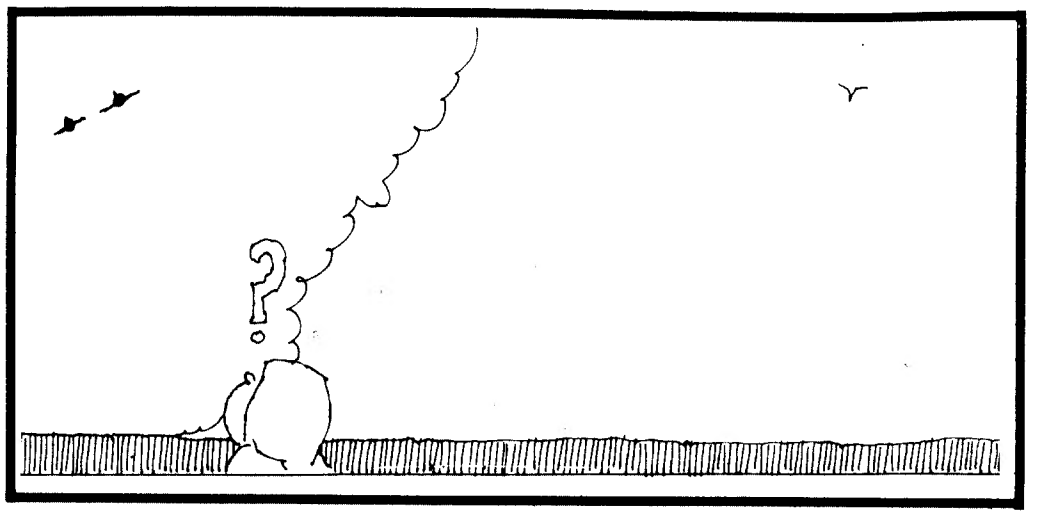
VERTICAIS:

1 Vaga. Sacada.
2 Im. Lãs. Amir.
3 Nanar. Crava.
4 Grão. Coaram.
5 Aas. Dom. Aso.
6 Pares.
7 Mas. Tau. Sãs.
8 Alamar. Peto.
9 Nicar. Piras.
10 Sãos. Pão. II
11 Assaca. Sisa.









Actividades económicas

De novo a pasta e o papel

- O RELATÓRIO DA CELULOSE DO TEJO, S.A.R.L.

Mais uma vez, voltamos à pasta e ao papel. É certo que começamos a fazer um certo esforço para não nos deixarmos prender por uma certa «vocação» para encontrar notícias sobre este sector, mas também é certo que, mesmo com uma selecção estreita apareçam sempre coisas para informar sobre a actividade económica ou as actividades económicas em que o papel e a pasta são as mercadorias.

Num dos últimos «Diário do Governo» folheados — a III Série de 24 de Março — encontramos o relatório e contas relativo a 1972 da Celulose do Tejo, S.A.R.L. e, como não podia deixar de ser, lá encontrámos dados com muito interesse.

O quadro que confronta as vendas de 1972 com as de 1971 mostra bem significativamente a dimensão, a nível desta empresa, que tem o problema da concorrência entre um mercado externo de pasta e as necessidades internas de papel.

Enquanto em 1971 a exportação não passou de 66,2 por cento, o que apesar de tudo representa quase dois terços, em 1972 ultrapassou os 90 por cento, tornando quase desprezível o volume de negócios dirigido ao mercado interno.

E esta evolução verificou-se durante um ano que, segundo o relatório, «a crise internacional, a que inicialmente nos referimos, tivesse ainda, durante o ano de 1972, os seus efeitos perniciosos no mercado europeu de pasta».

O que não deixamos também de salientar é que se verificam problemas de aprovisionamento de matéria-prima para as actividades económicas nacionais que têm a pasta ou o papel como matéria-base.

Mercados	1971		1972			
	Contos	Percentagem	Contos	Percentagem	Valor	Percentagem
Interno:						
Pasta (K. C. P.)	36 459	32,9	19 771	7,5	- 16 688	- 45
Subprodutos	942	0,9	3 452	1,4	+ 2 510	+ 270
Externo:						
Pasta (K. C. P.)	73 356	66,2	235 654	91	+ 162 298	+ 221
Totais	110 757	100	258 910	100	+ 148 153	+ 134

DIRECÇÃO-GERAL DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PORTARIA N.º 293/73 de 25 de Abril

Em exercício da Lei n.º 3/72 de 27 de Maio, e depois de ouvidos os serviços competentes do Ministério da Economia:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo ministro das Finanças, o seguinte:

1 — Aos actos de concentração que se realizem até 31 de Dezembro de 1975, com vista à reorganização de unidades industriais de fabricação de pasta para papel, de papel e de cartão, serão concedidos os seguintes incentivos fiscais:

a) Isenção de sisa relativa às transimissões dos imóveis que sejam utilizados exclusivamente no exercício da respectiva ctividade industrial, incluindo a instalação dos serviços comerciais, administrativos e sociais conexos;

b) Isenção do imposto de mais-valias sobre os ganhos resultantes da concentração.

2 — A concessão dos incentivos referidos no número anterior dependerá de requerimento, dirigido ao ministro das Finanças, a apresentar antes do acto da concentração, pelas empresas interessadas na repartição de Finanças do concelho ou bairro onde será situada a sede da empresa resultante da concentração ou, sendo esta fora do território do continente e ilhas adjacentes, onde for situado o estabelecimento principal da empresa.

3 — O requerimento, contendo as indicações necessárias para a verificação do condicionalismo das isenções, será instruído com memória descritiva e demonstrativa do empreendimento e acompanhado de uma cópia em papel comum para passagem de recibo.

Ministério das Finanças, 11 de Abril de 1973 — Pelo ministro das Finanças, **Augusto Victor Coelho**, secretário de Estado do Orçamento.

RECORTE

CRONICA POLITICA

FIRMA DEL PROTOCOLO ADICIONAL CON LA C. E. E.

Relaciones plenas con la República Democrática Alemana | **El ministro del Plan de Desarrollo, ante las Cortes**

De España, hoy

«POLÍTICA EXTERIOR (...) Dentro das relações com o Leste, há que situar também a visita a Varsóvia de uma delegação de parlamentares espanhois, presidida pelo conde de Mayalde, e o estabelecimento da linha aérea Sofia-Madrid, que se liga às já estabelecidas com Moscovo, Varsóvia, etc.»

Notas sobre recursos energéticos de Moçambique

1. **Recursos carboníferos.** Tradicional fonte de produção de energia, tem interesse uma sumária inventariação de jazigos que é como quem diz de concessões, pelo menos potenciais.

Assim:

A) Minas de Moatize — Situam-se no distrito de Tete, e estão concedidas à Companhia Carbonífera de Moçambique S.A.R.L. Estão a ser efectuadas pesquisas em novas áreas concedidas aquela empresa, as quais irão constituir uma ampliação da concessão já existente.

B) Região de Morongodzi — Distrito de Tete também, ou, mais precisamente, a 18 km de Matundo, a noroeste das minas de Moatize. Não existia até Dezembro de 1972 notícia da concessão.

C) Bacia Chicoa-Metamboa — Na mergem esquerda do rio Zambeze, 150 km a noroeste da cidade de Tete. Recentemente as reservas da região foram avaliadas em 154 milhões de toneladas, tudo fazendo crer que, dado o seu elevado teor, a concessão não se fará esperar.

D) Áreas de Manimba, Catur e Espungabera — em interesse económico de maior, de momento.

2. **Gás natural.** Durante as prospecções e pesquisas que, há duas décadas, estão a ser efectuadas em Moçambique, primeiramente pela Mozambique Gulf Oil Company. e mais tarde também pela Mozambique Pan American Oil Company, foram detectados jazigos de gás natural situados no distrito de Inhambane (Pande e Temane) e no distrito de Sofala (Búzi). Estas e outras empresas concessionárias prosseguem nas pesquisas.

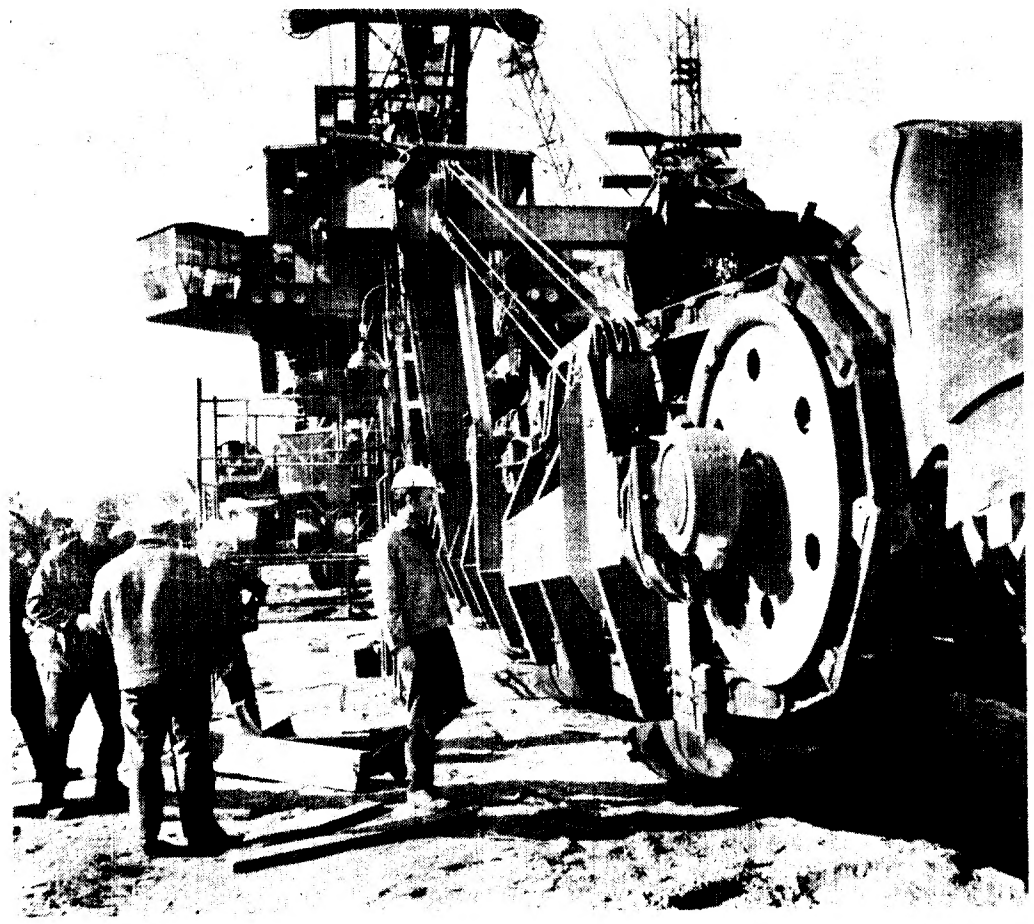
3. **Petróleo.** Embora nada de concreto seja conhecido quanto à existência de petróleo em Moçambique, já foram outorgadas diversas concessões.

Citam-se apenas dois exemplos, por agora, na certeza porém que brevemente voltaremos «à carga» com dados mais extensos e mais actualizados:

A) A área de concessão do grupo Aquitaine Moçambique (capital essencialmente francês) foi, em 1969, aumentada de perto de 37 mil kms quadrados para mais de 60 mil kms quadrados. Dois outros pedidos de alargamento da área de concessão estão em estudo no Ministério do Ultramar.

B) Até 1967 a Mozambique Gulf Oil Company fez mais de 30 furos profundos, 7 dos quais foram dados como produtores de gás.

4. **Outras fontes de energia.** Já são utilizados, com valores muito importantes, as lenhas, as ramas, e os desperdícios industriais.



NA R. D. ALEMÃ

Escavadora construida na empresa Förderanlagen-und Kranbau Köten, que está a trabalhar, desde há pouco tempo, na região de Inhite de Konin, ao lado de outras instalações de grande potência da República Democrática Alemã